

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ANNA CAROLINA ROCHA COSTA PERET

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM DEMOCRACIA:
Perspectivas de Desenvolvimento e Análise de Indicadores para os BRICs

NITERÓI
2010

ANNA CAROLINA ROCHA COSTA PERET

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM DEMOCRACIA: Perspectivas de Desenvolvimento e Análise de Indicadores para os BRICs

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Estudos Estratégicos.

Orientador: Prof^a Dr^a INÊS EMÍLIA DE MORAES SARMENTO PATRÍCIO
Co-orientador: Prof. Dr. LUIZ BEVILACQUA

NITERÓI
2010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P437 Peret, Anna Carolina Rocha Costa.
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM DEMOCRACIA:
perspectivas de desenvolvimento e análise de indicadores para os
BRICs / Anna Carolina Rocha Costa Peret. – 2010.
136 f.
Orientador: Inês Emília de Moraes Sarmento Patrício.

Co-orientador: Luiz Bevilacqua.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal
Fluminense, Departamento de Ciência Política, 2010.
Bibliografia: f. 132-136.

1. Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento econômico. 3.
Crescimento econômico. 4. Sustentabilidade. 5. Liberdade. 6.
Democracia. 7. Instituição. 8. Indicador. 9. Índice. I. Patrício, Inês
Emília de Moraes Sarmento. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia III Título

À Deus, por sempre me dar esperança e nunca me deixar desistir, dando-me força, coragem e alento para seguir meu caminho.

À minha avó Carolina Terra Rocha, *in memorium*, pelo exemplo de caráter, dignidade e fé, que me faz acreditar que neste mundo ainda existem pessoas de valor.

À minha mãe, Carolina Rocha Costa, por todo apoio, carinho e amor que sempre me dedicou. Sem sua ajuda, eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

À professora Inês Emília de Moraes Sarmiento Patrício, minha orientadora e, acima de tudo, grande amiga.

Ao professor Luiz Bevilacqua, pelo sábio aconselhamento durante a realização do presente trabalho.

Às professoras Ruth Helena Dweck e Ângela Ganem, por terem participado do processo de avaliação do meu trabalho, com muito carinho e dedicação, contribuindo para a sofisticação e engrandecimento do resultado final.

Ao Prof. Eurico de Lima Figueiredo, pelo apoio, pela paciência e pelo exemplo de disciplina e perseverança, que levarei para toda minha vida.

Ao PPGEST, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos, por ter acreditado no meu trabalho, investido na minha pesquisa e financiado meus estudos.

Às(os) demais professoras(es) deste instituto que fazem parte dessa jornada em busca do conhecimento que se inicia sala de aula.

Aos meus amigos de turma que permaneceram comigo, mesmo com toda a distância provocada pelo estudo, pela dedicação e pela pesquisa.

Um agradecimento especial ao meu eterno amigo Renan Almeida de Souza, *in memoriam*, pelo exemplo de luta e superação.

Aos funcionários do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, por todo o suporte de sempre e pelo sorriso no rosto ao resolver nossos problemas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 8.

1 – MITO E SUSTENTABILIDADE EM CELSO FURTADO, p. 18.

2.1 – O Mito do Progresso, p. 18.

2.2 – Sustentabilidade, p. 21.

2 – HA-JOON CHANG E OS DEGRAUS DO DESENVOLVIMENTO, p. 34.

2.1 – As Potências Chutando a Escada, p. 34.

2.2 – Chang, List e a Perspectiva Histórica, p. 37.

2.3 – Os PADs e Suas Estratégias de *Catch Up*, p. 42.

2.4 – O Desenvolvimento Institucional, p. 44.

2.4.1 – Burocracia e Judiciário, p. 45.

2.4.2 – Direitos de Propriedade e Sociedades Anônimas, p. 47.

2.4.3 – Instituições Financeiras, p. 50.

2.4.4 – A Bem Estar Social e Instituições Trabalhistas, p. 52.

2.4.5 – A Democracia e o Desenvolvimento, p. 55.

3 – AMARTYA SEN, A LIBERDADE E O DESENVOLVIMENTO, p. 59.

3.1 – Um Mundo de Paradoxos, p. 59.

3.2 – A Perspectiva de Liberdade, p. 65.

3.3 – Desenvolvimento: Meios e Fins, p. 70.

3.4 – Os Fundamentos da Justiça, p. 76.

4 – FUNDAMENTOS PARA UM INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE PARA OS BRICS, p. 82.

4.1 – Muito Além do PIB, p. 83.

4.2 – Indicadores Alternativos ao PIB, p. 86.

4.2.1 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, p. 86.

4.2.2 – Indicadores de Desenvolvimento Institucional, p. 90.

4.2.3 – Indicadores de Desenvolvimento Humano, p. 97.

4.2.4 – Indicadores de Felicidade e Progresso, p. 103.

4.3 – Uma Proposta de Indicador para o Futuro, p. 110.

CONCLUSÃO, p. 116.

ANEXO – TABELAS, p 120.

BIBLIOGRAFIA, p. 132.

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1 – Extensão Territorial (em km²), p. 120.
- TABELA 2 – População 2009, p. 120.
- TABELA 3 – População (em milhares) – Média (1980 - 2010), p. 120.
- TABELA 4 – Taxa de Crescimento da População (%), p. 121.
- TABELA 5 – PIB Nominal (em US\$ bilhões), p. 121.
- TABELA 6 – Dívida Externa Bruta (em US\$ bilhões), p. 121.
- TABELA 7 – Saldo em Conta Corrente (em US\$ bilhões), p. 122.
- TABELA 8 – Saldo em Conta Corrente (% PIB), p. 122.
- TABELA 9 – População Desempregada (em milhões), p. 122.
- TABELA 10 – Taxa de Desemprego (%), p. 123.
- TABELA 11 – Índice de Desenvolvimento Humano - IDH 2009, p. 123.
- TABELA 12 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH Ranking 2009, p. 123.
- TABELA 13 – Evolução Histórica – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), p. 124.
- TABELA 14 – Índice de Performance Ambiental – Índice 2008, p. 124.
- TABELA 15 – Índice de Performance Ambiental – Ranking 2008, p. 124.
- TABELA 16 – Índice de Sustentabilidade Ambiental – Índice 2005, p. 125.
- TABELA 17 – Índice de Sustentabilidade Ambiental – Ranking 2005, p. 125.
- TABELA 18 – Pegada Ecológica (em hectares), p. 125.
- TABELA 19 – Relatório Anual de Competitividade – Índice 2009-2010, p. 126.
- TABELA 20 – Relatório Anual de Competitividade – Ranking 2009-2010, p. 126.
- TABELA 21 – Índice Big Mac, p. 126.
- TABELA 22 – Ranking da Competitividade Mundial - Competitividade global, p. 127.
- TABELA 23 – Competitividade Mundial – Pontuação 2009, p. 127.
- TABELA 24 – Índice de Pobreza Humana – IPH1, p. 127.
- TABELA 25 – Coeficiente de Gini - Pontuação, p. 128.
- TABELA 26 – Coeficiente de Gini - Ranking, p. 128.
- TABELA 27 – Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG) – Ranking, p. 128.
- TABELA 28 – Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG) – Valor, p. 129.
- TABELA 29 – Esperança de vida ao nascer, p. 129.
- TABELA 30 – Taxa de Alfabetização - 2008 (%), p. 129.
- TABELA 31 – Índice de Felicidade Planetária - 2009, p. 129.
- TABELA 32 – A Cidade Mais Feliz do Mundo (Revista Forbes), p. 130.
- TABELA 33 – Índice de Satisfação com a Vida – Índice 2008, p. 130.
- TABELA 34 – Índice de Satisfação com a Vida – Ranking 2008, p. 130.
- TABELA 35 – Risco País 2009, p. 131.
- TABELA 36 – Fazendo Negócios 2009 – Ranking, p. 131.
- TABELA 37 – Mortalidade Infantil – 2009, p. 131.
- TABELA 38 – Tabela de Potencialidades Humanas, p. 111.
- TABELA 39 – Tabela do Modelo Proposto, p. 113.
- TABELA 40 – Tabela exemplificativa do Modelo Proposto, p. 114.

RESUMO

O objetivo principal do trabalho é discutir, pela perspectiva de três autores, possíveis formas de mensuração de desenvolvimento que consigam entender e captar o que é o desenvolvimento de um país, através de um prisma que inclua, além das variáveis econômicas, variáveis sociais, políticas e legais. Para isso, um indicador precisa incluir fatores sociais – como a educação e a saúde –, políticos – como a democracia –, e legais – como as liberdades e os direitos humanos. A partir dessa perspectiva, pretende-se discutir os indicadores de desenvolvimento existentes, de forma a compreender de que forma elas contribuem para medir o real desenvolvimento de uma nação.

ABSTRACT

The main objective is to discuss, from the point of view of three authors, possible ways of measuring the development, through a prism that includes, in addition to economic variables, social, political and legal variables. So, an indicator needs to include social - such as education and health - and political - like democracy - and legal factors - such as freedom and human rights. From this perspective, we will discuss the existing indicators to understand how they contribute to the evaluation of the real development of a nation.

INTRODUÇÃO

Muitos caminhos nos levam a um tema de dissertação de mestrado. O amor pelo assunto, o interesse por determinada matéria, o instinto de investigação, etc. No caso do presente trabalho, têm-se todos estes ingredientes juntos. É grande a motivação de analisar e entender realidade brasileira através de uma perspectiva diferente daquela difundida pelo pensamento hegemônico.

Durante meses, muito se conversou, pesquisou, analisou e modificou. Os contornos da idéia inicial estão aqui neste trabalho – e serão apresentados abaixo –, no entanto, suas cores estão diferentes. É claro! Impossível seria não alterar diversas partes. Com as pesquisas e conversas, novidades são descobertas e surge a necessidade de se fazer alterações na concepção inicial do projeto.

A grande motivação para escrever esse trabalho veio da sigla BRICSs. Como sabemos, o Brasil faz parte dos BRICs. Tal termo foi cunhado pelo economista, integrante do grupo Goldman Sachs Inc.¹, Jim O'Neill² para denominar o grupo de países composto pelo Brasil, Rússia, Índia e China, os quais, teriam características semelhantes – como um potencial crescimento futuro, uma expressiva extensão de terra e grandes populações. O próprio afirma em sua análise que os países que compõe esse grupo têm similaridades e, obviamente, particularidades. No entanto, recentemente, O'Neill afirmou que, no que diz respeito ao caso brasileiro, certas características poderiam desqualificar a posição do Brasil como integrante do grupo supracitado.

Como se pode perceber, o conceito de “desenvolvimento econômico” adotado pelo “pai” do termo, fez com que ele revisse sua posição, no que diz respeito á colocação do Brasil no grupo. O país teria, provavelmente, um tipo

¹ **O grupo Goldman Sachs Inc.**, a companhia líder de investimentos nos Estados Unidos, é um dos mais antigos e prestigiosos bancos de investimento do mundo. Fundado em 1869 por Marcus Goldman, tem sede em Nova Iorque. Atua em três segmentos: Banco de Investimento; Trading e Investimentos e Administração de Recursos e Securitização.

² **Jim O'Neill** é chefe de pesquisa econômica global e economista-chefe do Goldman Sachs Inc., além de ser o autor do termo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China).

de desenvolvimento calcado em algumas variáveis que não as consideradas tradicionalmente, o que o faria ter um perfil diverso do dos outros componentes do grupo. E é justamente destas “variáveis” que iremos tratar no presente trabalho.

O'Neill, ao fazer uma análise da economia brasileira, destacou alguns elementos que a atravancam: “A dívida externa, a corrupção, a regulamentação e a estabilidade política são itens nos quais o Brasil precisa trabalhar mais”³, disse em uma entrevista, concedida no mês de junho de 2006, ao jornal Folha de São Paulo. No entanto, mesmo com a ressalva, O'Neill enfatizou que o país ainda merece pertencer ao grupo BRICs.

Como se percebe, o Brasil apresenta problemas bastante complexos, como os apontados acima. Entretanto, ao apontar as fragilidades do caso brasileiro, o autor não levou em consideração alguns problemas que, concomitantemente, assolam os outros países componentes do grupo dos BRICs, como por exemplo, a China e a Índia. De fato, o Brasil encontra-se muito à frente de ambos os países citados no que diz respeito à democracia e aos direitos humanos, por exemplo. As desigualdades de renda na Índia e o sistema de castas podem ser considerados aviltantes para um olhar europeu imbuído dos ideais difundidos pela Revolução Francesa. E a utilização de mão de obra quase escrava na China, no setor industrial, assim como muitos outros níveis de exploração do trabalho? Será que os aspectos sociais e políticos não deveriam fazer parte do conceito de “desenvolvimento”? Ou será que apenas a acumulação de taxas de crescimento espetaculares pode mudar o perfil de uma nação para melhor?

As relações do Brasil com os demais BRICs não é apenas pautada em semelhanças, ou ainda, simplesmente amistosa. Por detrás de todas as

³ **CARDOSO, Cíntia.** Brasil tem menor crescimento que Rússia, Índia e China. [online] Disponível em: <http://vestibular.uol.com.br/atualidades/ult1685u244.jhtm>. Arquivo retirado do Jornal Folha de São Paulo e consultado dia 10 de julho de 2006.

características similares, existem questões profundas, como aponta João Paulo dos Reis Velloso⁴, neste trecho debatido no XVII Fórum Nacional⁵:

(...) China e Índia, como sabido, são países extremamente complexos, e passaram da condição de países de baixo crescimento para países de alto crescimento, com enorme expansão do seu comércio exterior e outras grandes transformações. Ao mesmo tempo, têm seus problemas e vulnerabilidades. A essência do desafio está nos grandes avanços competitivos recentes da China e Índia, e no risco de o Brasil ficar para trás, alijado, em boa medida, dos mercados de países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁶, Ásia e outras áreas. E ameaçados no nosso próprio mercado interno. Novo elemento do desafio é representado pelo fato de que os dois já têm programas de evolução para a Economia do Conhecimento – o novo modelo de desenvolvimento, para o qual temos, também de evoluir⁷.

A mídia como um todo divulga diariamente a necessidade de se conseguir um determinado nível de desenvolvimento econômico. Ela mesma estabelece enormes comparações entre o desenvolvimento econômico dos países. Podemos citar como exemplo uma reportagem do jornal Estado de São Paulo, que destaca essa visão quantitativa e restrita do desenvolvimento no seguinte trecho: “A economia chinesa cresceu 10,7 por cento em 2006, maior taxa registrada em 11 anos, graças à ampliação de investimentos e exportações, apesar das medidas do governo para controlar o ritmo da expansão. (...) O PIB chinês agora soma 2,7 trilhões de dólares, o que dividido

⁴ **João Paulo dos Reis Velloso** é Coordenador-geral do Fórum Nacional (INAE), Ex-Presidente do IBMEC – Mercado de Capitais, Professor da EPGE (FGV). Ex-Ministro do Planejamento.

⁵ O **Fórum Nacional** é associação de cerca de cem dos principais economistas, sociólogos e cientistas políticos do país, iniciada em 1988 com a finalidade de oferecer propostas concretas para a modernização da sociedade brasileira. Em 1991, o Fórum Nacional foi formalizado e adquiriu permanência, com a criação do Instituto Nacional de Altos Estudos - Inae, sociedade civil sem fins lucrativos.

⁶ A **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros.

⁷ VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **O Desafio da China e da Índia: a resposta do Brasil** / coordenação João Paulo dos Reis Velloso... [et al.] – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005, p.10.

pela gigantesca população de 1,3 bilhão de pessoas dá pela primeira vez uma renda per capita superior a 2.000 dólares, bem abaixo dos 42 mil dólares dos EUA.”⁸.

No entanto, o que é preciso observar são as variáveis que se encontram por detrás dessa “classificação” que se propõe. O fato de simplesmente aceitar essas comparações como verdades absolutas pode trazer conseqüências muito duras para a realidade de um povo. Afinal, o conceito de desenvolvimento econômico, concebido de forma distorcida, pode fazer com que as políticas públicas de um país sejam construídas dando preferência a um determinado tipo de gasto e investimento a outro – o que pode comprometer a ordem e o futuro de uma nação.

Exatamente esse aspecto é o que se deseja tratar nesse estudo: quais seriam as variáveis que poderiam ser detectadas no contexto de um país para caracterizá-lo como em desenvolvimento? Impõe-se ao Brasil, na atualidade, que o mesmo tenha como meta as taxas de crescimento anuais chineses e o desenvolvimento tecnológico indiano. Não seria a hora de se recomendar a países como a China e a Índia a democracia nacional? Com certeza, o Brasil teria menos dificuldade para crescer do que a China para transformar a sua ordem política. Sen contar que alguns autores chegam a considerar a ditadura ou regimes autoritários funcionais ao crescimento econômico⁹.

Um dos pontos que mais chamaram atenção para a necessidade de se escrever sobre o tema foi a polêmica possibilidade de “retirada” do nome do Brasil do hall dos BRICs. Podemos citar, como forte exemplo, o ponto de vista de Gray Newman¹⁰. O mesmo pôs em dúvida a colocação do Brasil como

⁸ A fim de ilustrar esse fato, podemos citar a seguinte reportagem: **“China cresce 10,7% em 2006, a maior taxa em 11 anos”**. FONTE: VICENTINI, Paulo. China cresce 10,7% em 2006, a maior taxa em 11 anos. Estado de São Paulo, São Paulo, 26 jan. 2007, p. B7.

⁹ Ver a esse respeito: LIMONGI, F. ; CHEIBUB, J. A. ; PRZEWORSKI, A. ; ALVAREZ, M. . ***Democracy and Development: political institutions and well-being in the world***, 1950-1990. New York: Cambridge University Press, 2000. 312 p. e também Ha-Joon Chang. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.127.

¹⁰ **Gray Newman** é diretor de estudos do Morgan Stanley para a América Latina, analista sênior e economista-chefe desta empresa, a qual é um banco de investimento global, com proeminente liderança nos seus vários “core businesses”, como Gestão de Ativos, Operações sobre Valores Mobiliários e Serviços de Crédito. Mundialmente, os seus recursos expandem-se por 28 países.

membro do BRICs¹¹ – “*Is it time to pull Brazil out of the BRICs and rename them the RICs?*” – e enumerou diversos fatores que poderiam contribuir para rebatizar o grupo como sendo os RICS. Para o autor, o problema do Brasil não seria simplesmente os recortes de baixa de crescimento, mas principalmente os desafios fiscais que o país teria de enfrentar nos próximos anos, e mais, os gastos crescentes com a previdência, que inviabilizariam um real impulso de crescimento da economia.

Já o empresário e colunista Benjamin Steinbruch¹² trata dos BRICs e da questão nacional¹³, comparando-os com os países que no século passado enriqueceram, como o Japão e a Coreia. O autor afirma que esses dois países apresentam quatro características que os quatro pretendentes a potências em 2050 deveriam apresentar. Primeiramente, a estabilidade macroeconômica, com baixa inflação, equilíbrio nas contas públicas, juros menores, maior estímulo aos investimentos e uma taxa de câmbio desvalorizada a fim de fortalecer o comércio exportador. Em segundo lugar, o investimento em educação. Em seguida, a estabilidade institucional, de uma forma geral, e por último, a abertura econômica em via de mão dupla, ou seja, “tanto para o comércio internacional quanto para os investimentos externos”.

Deve-se destacar ainda que, o próprio presidente do Brasil, Luiz Ignácio Lula da Silva, garantiu que, em sua concepção, seria inconcebível uma valorização da economia em detrimento da democracia. O mesmo afirmou de forma concreta que: “A democracia é o ambiente mais saudável para o crescimento. Pouco me interessaria um aumento expressivo do PIB se isso implicasse, no mínimo que fosse, redução das liberdades democráticas. Assim como não adianta crescer sem distribuir, não adianta crescer sem

¹¹ NEWMAN, Gray. Latin America: Emerging Markets: RICs or BRICs? [online] Disponível na internet via WWW. URL: <http://www.morganstanley.com/GEFdata/digests/20061010-tue.html>. Arquivo consultado em 10 de outubro de 2006.

¹² **Benjamin Steinbruch**, 52 anos, empresário, é diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, presidente do conselho de administração da empresa e primeiro vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). As terças-feiras, o mesmo assina a coluna “Opinião Econômica” publicada no caderno Dinheiro da Folha de São Paulo. Além disso, Benjamin Steinbruch é formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e filho de Mendel Steinbruch que ao lado de Jacks Rabinovich foi fundador do Grupo Vicunha, maior grupo têxtil da América latina.

¹³ STEINBRUCH, Benjamin. Colar nos Brics. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=256444>. Arquivo retirado do Jornal Folha de São Paulo e consultado dia 16 de outubro de 2006.

democratizar”¹⁴. Guido Mantega, ministro da Fazenda no Brasil, em março de 2006, afirmou que o Brasil encontra-se num nível de desenvolvimento mais avançado que a própria Índia e a China e que por esse motivo o país não precisaria crescer tanto quanto esses países para conseguir “gerar empregos, fortalecer o mercado interno e o Brasil se tornar uma das maiores economias do mundo”¹⁵.

Na verdade, o que se percebe é uma certa discordância no próprio conceito de desenvolvimento, no momento em que se confunde este conceito com o de crescimento econômico. De fato, como consequência, a maioria das publicações a respeito do BRICs enfatizam monogamicamente a questão do crescimento econômico. Afirma-se veementemente, que ser desenvolvido é, pura e simplesmente, uma questão de PIB ou índices conexos. A comparação entre níveis de desenvolvimento acabou resumindo-se a uma comparação quantitativa de taxas de crescimento econômico. Ser desenvolvido plenamente é, no entanto, muito mais do que crescer em larga escala. De fato, a taxa de crescimento econômico no Brasil pode estar aquém das atuais taxas de crescimento na China. No entanto, a China poderá incorporar a democracia e o próprio exercício da cidadania, mais avançados no caso brasileiro, o que poderá ter reflexo na intensidade do seu crescimento. A questão política e social e o crescimento econômico não podem ser dissociados, havendo necessidade de compreender e comparar os diferentes países com base em denominadores mais complexos que a mera taxa de crescimento.

Será que os indicadores existentes traduzem, da forma mais fidedigna possível, a realidade, a fim de que fatores sociais, políticos e jurídicos não sejam banidos de um conceito tão relevante como o de desenvolvimento? O que se pretende não é responder às questões colocadas impondo verdadeiros dogmas, mas sim, polemizá-las, como ponto de partida para uma reflexão

¹⁴ BRAMATTI, Daniel. **Só democracia embasa crescimento, diz Lula**. [online] Disponível na internet via WWW. URL: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1362772-El6579,00.html>. Arquivo retirado do site Terra Magazine e consultado dia 30 de janeiro de 2007.

¹⁵ WASSERMANN, Rogério. **Mantega: Brasil não precisa crescer como Índia e China**. [online] Disponível na internet via WWW. URL: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/bbc/ult272u60436.shtml>. Arquivo retirado do Jornal Folha Online e consultado dia 30 de janeiro de 2007.

teórica sobre desenvolvimento, que permita realizar comparações entre países de histórias diferentes e culturas diversas.

O objetivo principal do trabalho é, a partir de três perspectivas teóricas diversas, analisar alguns dos principais indicadores existentes que se propõe a mensurar o desenvolvimento das nações. Tais perspectivas foram selecionadas a partir da tentativa de captar três pontos de vista diversos. Três autores, com objetos de estudo semelhantes, mas com formas de analisar a realidade diferentes. São eles Celso Furtado, Ha-Joon Chang e Amartya Sen. O foco que Furtado coloca na sustentabilidade é complementado pela mira certa de Chang na sua cautelosa análise das instituições. Da mesma forma, Sen colabora com sua perspectiva de desenvolvimento onde a liberdade ocupa um papel primordial. Sustentabilidade ambiental, instituições e liberdade são, neste trabalho, princípios constitutivos basilares do desenvolvimento e, por essa razão, procuraremos propor indicadores que incorporem estes fundamentos.

O que se deseja é analisar se os indicadores existentes são capazes de entender e captar o que seria o desenvolvimento de um país através de um prisma que inclua, além das variáveis econômicas, variáveis sociais, políticas e legais. Sabemos que, em um indicador “perfeito”, devem estar presentes fatores sociais – como a educação e a saúde – políticos –, como a democracia –, e legais – como as liberdades e os direitos humanos. O trabalho, dessa forma, pretende, a partir dos fundamentos indicados, abordar criticamente as concepções de desenvolvimento econômico hegemônico, da forma com que os institutos de pesquisa abordam e a imprensa massifica.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além de uma introdução e uma conclusão.

No primeiro, analisa-se a perspectiva de Celso Furtado¹⁶ o qual, no livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*¹⁷, introduz o conceito de

¹⁶ **Celso Furtado** (1920-2004), economista paraibano de Pombal e fundador da Sudene, que lançou as bases para um novo pensamento econômico, baseado na sustentabilidade, sendo reconhecido como um dos mais importantes economistas do Séc. XX.

¹⁷ Furtado, Celso. ***O mito do desenvolvimento econômico***, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1974.

sustentabilidade ambiental e a relação entre esta e o desenvolvimento. Essa relação, para Furtado, é fundamental, sobretudo para as economias periféricas. Furtado foi o pioneiro ao apresentar o conceito de sustentabilidade. Para Furtado, o homem moderno estaria negligenciando um grave problema:

Refiro-me ao caráter predatório do processo de civilização, particularmente da variante desse processo engendrada pela revolução industrial. A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico. O economista limita seu campo de observação a processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico. (...) Não se trata de especular se teoricamente a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contra-partida processos irreversíveis no mundo físico, cujas conseqüências tratamos de ignorar¹⁸.

A visão de sustentabilidade de Furtado é fundamental para o nosso objetivo, que é propor um indicador de desenvolvimento mais abrangente do que o PIB, por exemplo.

No segundo capítulo, analisamos a perspectiva do desenvolvimento de Ha-Joon Chang¹⁹ tomando como ponto de partida o livro *Chutando a Escada*²⁰. Examinamos suas considerações a respeito da “cartilha” ditada pelos países Centrais, na qual estes recomendam regras, instituições e políticas públicas para os Países Periféricos. Perceberemos que estes “conselhos” não são tão confiáveis, uma vez que não reproduzem a história vivida por esses países,

¹⁸ Furtado, Celso. ***O mito do desenvolvimento econômico***, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1974. p.19.

¹⁹ **Ha-Joon Chang**, economista sul-coreano, é professor da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, desde 1990, e diretor-adjunto do Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento. Chang vem sendo considerado um líder da nova geração de economistas heterodoxos que tentam revitalizar os trabalhos e debates na área de desenvolvimento econômico.

²⁰ Ha-Joon Chang. ***Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica***. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Em 2003, o livro, cujo título original em inglês é ***Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective***, foi o vencedor do Prêmio Gunnar Myrdal, dado pela EAEPE (European Association for Evolutionary Political Economy) para a melhor publicação.

mas apenas uma estratégia destes em “chutar a escada” que subiram, para que os demais não subam:

Á luz dessas provas contrárias à visão ortodoxa da história do capitalismo, cabe indagar até que ponto os países desenvolvidos não estão procurando esconder o “segredo de seu sucesso”. (...) Em outras palavras, o que este livro pergunta é: como os países ricos enriqueceram de fato?²¹

No terceiro capítulo, apresentamos as idéias de Amartya Sen, tomando como referência seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*²². Neste, o autor vê o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Para Sen, identificar desenvolvimento como um simples crescimento do Produto Interno Bruto é conservar uma visão demasiado restrita. O autor não desmerece a necessidade do crescimento do PIB e das rendas individuais. Porém, é preciso entender esse aumento de renda como uma forma de expandir as liberdades dos cidadãos:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria²³.

Ou seja, o crescimento econômico em si não configura desenvolvimento, mas sim, apenas um meio para se alcançar o desenvolvimento.

²¹ Ha-Joon Chang. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 13.

²² SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como Liberdade* / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²³ SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como Liberdade* / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 18.

Com essas três perspectivas diversas, temos base para construir a quarta e última parte do trabalho. Construimos então uma visão panorâmica dos indicadores de desenvolvimento existentes, observando sua composição e apontando assim algumas de suas fragilidades e potencialidades. Além disso, tentamos construir um banco de dados para os BRICs, que permita, ainda que de forma incipiente, que se estabeleça uma comparação entre os países. A conclusão da tese é que o indicador que mais se adequaria a uma concepção de desenvolvimento com equidade, justiça social e liberdade teria de partir dos fundamentos teóricos apresentados.

2. MITO E SUSTENTABILIDADE EM CELSO FURTADO

O objetivo deste capítulo é, a partir da sistematização das idéias de Celso Furtado²⁴ – expostas no livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico”²⁵ – chegar a um conceito de sustentabilidade que possa servir de fundamento para a construção de um indicador de desenvolvimento.

Na primeira parte do capítulo apresento as idéias do autor relativas à existência de um mito do progresso, que igualaria países periféricos e países centrais num mesmo padrão de consumo. Na segunda parte, analiso o modelo de sustentabilidade de Furtado, para concluir que o padrão de consumo implícito no que Furtado considera o mito do progresso, caso fosse generalizado em escala global, teria efeitos catastróficos em termos ambientais.

2.1. O MITO DO PROGRESSO

Ao iniciarmos a leitura de Celso Furtado, nos deparamos com o conceito de mito. Furtado faz questão de analisar os mitos e a relação destes com a realidade humana. De fato, os mitos são responsáveis por certa compreensão da realidade social. Segundo o autor: “A função do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter²⁶ chamou de *visão* do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido”²⁷.

Furtado parte da hipótese de que vivemos um mito, uma ilusão, ao acreditar que o progresso e o crescimento econômico, de forma isolada e

²⁴ **Celso Furtado** (1920-2004), economista paraibano de Pombal e fundador da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que lançou as bases para um novo pensamento econômico, baseado na sustentabilidade, sendo reconhecido como um dos mais importantes economistas do Séc. XX.

²⁵ FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p.7

²⁶ **Joseph Alois Schumpeter** (1883-1950) foi um dos economistas mais importantes do último século. Procurou compreender os movimentos gerais da economia do modo particular de produzir em sociedade: o capitalismo. Mas, diferente dos economistas clássicos, Schumpeter não considerava o crescimento da população, o aumento da produção e o acúmulo de recursos como os fatores determinantes do desenvolvimento econômico. Nesse assunto, estava mais próximo de Karl Marx conferindo papel relevante ao progresso técnico na dinâmica capitalista.

²⁷ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 7.

estática podem constituir um avanço social. O “mito do progresso”, como o autor coloca, é uma forma de visão da realidade bastante estreita e simplista, a qual infelizmente perpassa toda a literatura sobre desenvolvimento econômico contemporânea, fundada na idéia de que o desenvolvimento econômico, tal como praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, possa ser universalizado.

O autor acredita ser inconcebível a hipótese de que os padrões de consumo da minoria da humanidade venham a se tornar acessíveis às crescentes populações dos países subdesenvolvidos. Por esta razão é que o autor trata o “progresso” de forma mítica.

Furtado afirma que o padrão de consumo dos países industrializados é “exportado” aos países em desenvolvimento, tornando-se também a lógica destes. Dessa forma, a ideologia burguesa dá margem à atual mentalidade da sociedade industrial. Furtado explica o “mito do progresso” como sendo parte da filosofia capitalista intrínseca à vida da sociedade contemporânea: “elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial”²⁸.

Para Furtado, os economistas tendem a conceber a realidade através de complexos esquemas de acumulação de capital, os quais, juntamente com o progresso tecnológico, constituiriam a mola propulsora da sociedade industrial, fora de qualquer contexto social. Crer que o desenvolvimento econômico, concebido desta forma, possa ser universalizado gerando benefícios para todos é uma falácia.

O autor expressa um descontentamento com a rasa concepção de progresso dos modelos de desenvolvimento, a qual não leva em conta o meio ambiente, a cultura, enfim, questões que, á primeira vista, não estão diretamente ligadas à acumulação de capital, ao lucro, a valores capitalistas. Mas que, por outro lado, tratam do futuro, das próximas gerações, dentro de uma perspectiva mais igualitária e humanitária do Planeta:

Pouca ou nenhuma atenção foi dada às conseqüências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do estoque de capital. As grandes metrópoles modernas, com seu ar

²⁸ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 8.

irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anticultura, surgiram como um pesadelo no sonho do progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados²⁹.

Além disso, a forma excludente de um consumo que é cópia do padrão dos países afortunados – o qual se tornou possível graças aos aumentos de produtividade revertidos em benefício de escassa minoria – explicaria o agravamento das desigualdades sociais como função do próprio avanço na acumulação.

Furtado deixa claro que a idéia do desenvolvimento como um mito, uma fantasia, algo inalcançável no arcabouço de um sistema que destrói recursos naturais, agrava disparidades de renda e tende ainda a produzir uma homogeneização cultural danosa. Para Furtado, os mitos têm exercido grande influência na *“mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social”*³⁰, como, por exemplo, no caso de Rousseau³¹ e o *“bon sauvage”*³², e no de Malthus³³ e o seu *“princípio populacional”*³⁴ ou no de Walras³⁵ e o *“equilíbrio geral”*³⁶. Afinal, todos esses enunciados têm como

²⁹ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 9.

³⁰ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 15.

³¹ **Jean-Jacques Rousseau** (1712 - 1778) foi um filósofo, escritor e teórico político suíço. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, que é também um precursor do romantismo. Defendia que todos os homens nascem livres, e a liberdade faz parte da natureza do homem e, com esta máxima inspirou todos os movimentos que visavam uma busca pela liberdade.

³² *“Bon sauvage”*, ou seja, bom selvagem, teve origem em Rousseau que defendia que sem a sociedade a corrompe-lo, o Homem era naturalmente bom, ou seja, “o homem nasce bom e a sociedade o corrompe”.

³³ **Thomas Robert Malthus** (1766 - 1832) foi um economista britânico cuja fama decorre dos estudos sobre a população, uma vez que para ele o excesso populacional era a causa de todos os males da sociedade. Em síntese, de acordo com Malthus, a população cresce em progressão geométrica e alimentos em progressão aritmética.

³⁴ **Princípio Populacional** conferiu grande fama a seu autor, Malthus, e decorreu dos seus estudos sobre a população. Para ele o excesso populacional era a causa de todos os males da sociedade (população cresce em progressão geométrica e alimentos em progressão aritmética). Malthus realizou ensaios sobre esta questão. Um deles denominado "Um ensaio sobre o princípio da população na medida em que afeta o melhoramento futuro da sociedade, com notas sobre as especulações de Mr. Godwin, M. Condorcet e outros escritores" (1798) e um outro chamado "Um ensaio sobre o princípio da população ou uma visão de seus efeitos passados e presentes na felicidade humana, com uma investigação das nossas expectativas quanto à remoção ou mitigação futura dos males que ocasiona" (1803).

³⁵ Marie-Ésprit-Léon Walras (1834 - 1910) foi um economista e matemático francês associado com a criação da Teoria do Equilíbrio Geral. Foi considerado por Joseph Schumpeter como “o maior de todos os economistas”.

sustentáculo algum postulado cujo sistema de valores é raramente explicitado. No caso do mito do progresso, tem sido uma idéia de grande utilidade para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico e para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo.

Dessa forma, podemos inferir que a palavra mito, na obra do autor, é a forma de que o mesmo se vale para desmascarar a falsa idéia de que o progresso seria conseqüência do crescimento econômico – como se fosse este, a correta e única forma de se alcançar a prosperidade. Ledo engano. Serão desastrosos os efeitos colaterais do mero crescimento econômico. Fechar os olhos para as conseqüências do crescimento econômico tem um preço muito alto: impacto catastrófico na natureza e mazelas sociais terríveis. Ou seja, o resultado de ‘tamanho riqueza’ será um desenvolvimento em nada sustentável, como veremos no próximo tópico.

2.2. SUSTENTABILIDADE

O mito do desenvolvimento econômico, como Furtado o apresenta, está intimamente ligado à tese de que este não é capaz de assegurar sustentabilidade ao próprio sistema.

Furtado começa a tratar de sustentabilidade citando o estudo “The Limits to Growth”³⁷. Tal documento, apresentado no Clube de Roma³⁸, em 1972, gerou enorme polêmica, pois colocou em xeque a ideologia do crescimento econômico, ou seja, a idéia de que era possível continuar a produzir e a

³⁶ Teoria do Equilíbrio Geral é um conjunto de teoremas microeconômicos. Ela procura explicar a produção, o consumo e os preços numa economia completa. O Equilíbrio Geral tenta nos fazer entender uma economia completa utilizando uma abordagem próxima, iniciando com mercados e agentes individuais. O modelo do equilíbrio geral geralmente refere-se à uma multidão de diferentes mercados de bens. O equilíbrio geral walrasiano refere-se à noção de equilíbrio na qual há igualdade entre oferta agregada e demanda agregada nos mercados de bens e de fatores. Esse equilíbrio é garantido por um vetor de preços responsável pela igualdade.

³⁷ Os Limites do Crescimento (The Limits to Growth) foi um livro publicado em 1972 como resultado do trabalho de investigação realizado por uma equipa do Massachusetts Institute of Technology (MIT), coordenada por Dennis Meadows, a pedido do Clube de Roma. Tal documento informa que, com o ritmo de crescimento conhecido à época (o qual era infinitamente inferior ao atual), ao final do séc. XXI a humanidade correria sérios riscos de sobrevivência.

³⁸ **Clube de Roma** (The Club of Rome) foi criado em 1968, no intuito de discutir questões relacionadas à política, à economia internacional e, sobretudo, analisar os limites do crescimento econômico, sempre considerando o uso crescente dos recursos naturais e o impacto dessa prática no meio ambiente. É composto por cientistas, industriais e políticos.

consumir recursos, com elevado desperdício, sem que esta prática pudesse gerar conseqüências devastadoras. A idéia de que não existiriam limites para a capacidade de regeneração e assimilação, dos resíduos produzidos pela Natureza, foi completamente descartada. A errônea impressão de que a população do planeta poderia suportar tais estragos acabou. A concepção de que riquezas como os minerais, os combustíveis, a água potável e o solo produtivo iriam durar para sempre, enfim, essa crença do “*ad eterno*” caiu por terra.

Furtado apresenta o estudo com muito entusiasmo, pois, de acordo com ele, trata-se de um documento precursor, que proporcionou bases científicas para questões globais. O autor, ao final de sua análise, apresenta o problema dos países subdesenvolvidos:

Pela primeira vez dispomos de um conjunto de dados representativos de aspectos fundamentais da estrutura e de algumas tendências gerais daquilo que se começa a chamar de sistema econômico planetário. Mais ainda: dispomos de um conjunto de informações que nos permitem formular algumas questões de fundo relacionadas com o futuro dos chamados países subdesenvolvidos³⁹.

Para Furtado, o que existia em abundância era a feitura de prognósticos momentâneos, modelos representativos da estrutura econômica e do seu funcionamento no curto prazo. Para ilustrar a idéia, Furtado cita os dois séculos improdutos – no que tange à questão da consciência do meio ambiente – entre o *tableau économique*⁴⁰ dos fisiocratas⁴¹ e as matrizes de

³⁹ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 10.

⁴⁰ “*Tableau économique*” foi o primeiro modelo do sistema econômico, publicado em 1758 e elaborado pelo fisiocrata francês François Quesnay. Tal modelo se propunha a explicar como o produto total de uma sociedade circula entre grandes grupos sociais, representados por proprietários de terra, agricultores arrendatários, mercadores e artífices. Desejava mostrar também como o produto nacional se produzia anualmente. Baseava-se na idéia de que somente a agricultura seria capaz de produzir superavit.

⁴¹ A fisiocracia surgiu no século XVIII e é considerada a primeira escola de economia científica. Os **fisiocratas** consideram o sistema econômico como um “organismo” regido por leis intrínsecas, ou seja, pela ordem natural das coisas, sendo elas assim, cientificamente relevantes. Para os fisiocratas, toda riqueza provém da terra, a indústria apenas diversifica o produto e o comércio distribui.

Leontieff⁴². Durante esses duzentos anos, para o autor, algo se aprendeu sobre a interdependência das atividades econômicas.

Furtado afirma ainda que foi apenas no último quarto do século que modelos complexos de economias nacionais de dimensões reduzidas – porém, amplamente abertas ao mundo exterior, como a Holanda – foram construídos. Ou modelos de economias nacionais de amplas dimensões e mais autôcentradas, como a dos Estados Unidos. Tais modelos proporcionaram então, uma perspectiva a mais longo prazo de certas variáveis, principalmente a demanda de produtos estratégicos. Para ilustrar essa questão, o autor cita o exemplo dos Estados Unidos, um país que está ciente da interdependência entre os países e da necessidade de estreitar laços na economia mundial:

Esses estudos puseram em evidência o fato de que a economia norte-americana tende a ser crescentemente *dependente* de recursos não renováveis produzidos fora do país. É esta, seguramente, uma conclusão de grande importância, que está na base da política de crescente *abertura* da economia dos Estados Unidos e de fortalecimento das grandes empresas capazes de promover a exploração de recursos naturais em escala planetária⁴³.

Furtado constata que, nas projeções a mais longo prazo, feitas no quadro dos estudos sobre o desenvolvimento, anteriores ao trabalho *The Limits to Growth* existia a idéia, mesmo que implícita, de que a fronteira externa do sistema seria ilimitada. A hipótese sobre o progresso das técnicas e o conceito de reservas dinâmicas tranquilizava os espíritos inquietos. O estudo feito para o Clube de Roma abandonou a hipótese de um sistema aberto para a fronteira de recursos naturais. E é graças ao desenvolvimento e a propagação destas idéias que temos, hoje, debates cada vez mais fortes sobre a questão ambiental (como aqueles promovidos pela UNFCCC⁴⁴), protocolos (como o ex-

⁴² **Wassily Leontief** (1905 - 1999) foi um economista soviético-estadunidense, professor da Harvard University. Ganhou o Prêmio Nobel de Economia, em 1973, por desenvolver uma teoria de planejamento econômico através da análise de um sistema do tipo insumo-produto, a **Matriz de Leontief**, e por sua aplicação em importantes problemas econômicos.

⁴³ **FURTADO, Celso**. *op. cit.*, p. 11. **Grifos do autor**.

⁴⁴ **UNFCCC** (United Nations Framework Convention on Climate Change ou, em português, Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas) é composta por 198 países que se juntaram num acordo internacional que estabelece objetivos genéricos e regras para se enfrentar a questão das alterações climáticas.

protocolo e atual Tratado de Kyoto⁴⁵) e acordos supranacionais (Tratado de Maastricht⁴⁶), visando um controle mais rígido da degradação dos recursos naturais.

Para Furtado, a grande contribuição do texto “The Limits to Growth” é ter deixado claro que, no que diz respeito à proteção da natureza, não adianta nenhum país agir sozinho. É, sem sombra de dúvidas, uma questão global e, por assim ser, providências deste porte devem ser tomadas. A preocupação do autor está na própria “filosofia” de vida dos países desenvolvidos – a qual, como já foi dito, é exportada para os países subdesenvolvidos e rapidamente absorvida por estes – e que, se fosse efetivamente concretizada geraria impactos inimagináveis. Furtado explica:

(...) que acontecerá se o *desenvolvimento econômico*, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso⁴⁷.

Deve-se inferir, diante da citação, que estes efeitos podem tomar uma proporção maior, já que a sociedade mundial caminha para um crescimento desordenado onde a civilização, caso não sejam tomadas providências, tende a intensificar o processo predatório dela mesma. Afinal, são negligenciadas medidas de ações sustentáveis que visem reequilibrar o planeta. Em geral,

⁴⁵ **Protocolo de Quioto** – comumente denominado dessa forma, porém, atualmente, já constitui um tratado internacional – versa sobre compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do aquecimento global. As metas de redução estipuladas não são homogêneas a todos os países, colocando níveis diferenciados para os 38 países que mais emitem gases. Países em franco desenvolvimento (como Brasil, México, Argentina e Índia) não receberam metas de redução, pelo menos momentaneamente.

⁴⁶ **Tratado de Maastricht**, também conhecido como **Tratado da União Europeia** (TUE) foi assinado em 1992 na cidade holandesa que lhe deu nome. No corpo do tratado, mais recisamente no seu artigo 174, I, constam objetivos referentes a preservação, a proteção e a melhoria da qualidade do ambiente (visão ecocentrista, a ecologia como um fim em si mesma) a utilização prudente e racional dos recursos naturais.

⁴⁷ **FURTADO, Celso.** *op. cit.*, p. 12. **Grifos do autor.**

coloca-se em segundo plano a política de meio ambiente, em prol da aceleração do crescimento.

O texto de Furtado nunca esteve tão atual. O fato dos Estados Unidos não ter assinado o Tratado de Kyoto, por exemplo, é um sinal de que um dos maiores poluidores do planeta não quer abrir mão de sua riqueza financeira para aumentar a qualidade de vida na Terra. Afinal, trata-se de efeitos colaterais intrínsecos a lógica capitalista: aquecimento global, efeito estufa, perda de biodiversidade, extinção de animais, etc. Tais problemas, sem uma devida precaução, tomam rumos preocupantes, uma vez que, quanto maior for o movimento em busca da acumulação de capital, mais urgentes se tornam as decisões, afim de que sejam corrigidos – ou, simplesmente, minimizados – os atos oriundos de um passado desprovido de consciência ecológica.

Como bem infere Furtado, quando o economista limita seu campo de observação a processos parciais, ele age ingenuamente. Afinal, conseqüências, como as que agredem a natureza, não tardam a aparecer, provocando efeitos na própria produção capitalista. Furtado afirma que:

A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-las. Não se trata de especular se teoricamente a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas conseqüências tratamos de ignorar. (...) Na civilização industrial o futuro está em grande parte condicionado por decisões que já foram tomadas no passado⁴⁸.

Furtado passa em seguida a uma crítica ao modelo do Clube de Roma, centrada no irrealismo deste, o qual, ao fazer projeções para a economia mundial, não levou em consideração as fronteiras nacionais nem a desigualdade na distribuição dos alimentos, dos recursos e do capital. O modelo fundou-se na observação das economias que lideraram o processo de industrialização e que controlaram grande parte dos recursos não-renováveis

⁴⁸ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 14. **Grifos do autor.**

dos países subdesenvolvidos. O processo de industrialização caminha de forma bastante diversa em países que estão em diferentes graus de desenvolvimento. Ele mesmo propõe a reflexão:

Como admitir que um modelo baseado na observação do comportamento histórico das atuais economias industrializadas e na presente estrutura destas possa servir para projetar as tendências a longo prazo do processo de industrialização em escala planetária?⁴⁹.

Á frente, quando analisamos o desenvolvimento sob a ótica de **Ha-Joon Chang**⁵⁰ vamos compreender como Furtado, muitas anos antes, já antecipa a discussão que surgirá no livro “Chutando a Escada”⁵¹. De fato, não existe como medir ou prever o futuro dos países subdesenvolvidos, simplesmente contemplando o passado dos desenvolvidos. É pura ilusão. Na verdade, como bem coloca Furtado é uma observação inadequada da realidade, portanto, não é apropriada para projetar qualquer tendência. Simplificar o devir das nações subdesenvolvidas a ponto de concebê-las futuramente como meras cópias da atualidade norte-americana é ignorar as múltiplas características do desenvolvimento, como explica Furtado:

(...) já não é possível aceitar a tese, esposada pelos autores do estudo, segundo a qual ‘à medida em que o resto da economia mundial se desenvolver economicamente, ela seguirá basicamente os padrões de consumo dos Estados Unidos’. A aceitação dessa doutrina implica ignorar a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento. A ela se deve a confusão entre economia subdesenvolvida e ‘país jovem’; e a ela se deve a concepção do desenvolvimento como uma seqüência de fases necessárias, à la Rostow (...)⁵².

⁴⁹ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 16.

⁵⁰ ⁵⁰ **Ha-Joon Chang** (n. 1963), economista sul-coreano, é professor da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, desde 1990, e diretor-adjunto do Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento. Chang vem sendo considerado um líder da nova geração de economistas heterodoxos que tentam revitalizar os trabalhos e debates na área de desenvolvimento econômico.

⁵¹ Ha-Joon Chang. ***Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica***. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Em 2003, o livro, cujo título original em inglês é ***Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective***, foi o vencedor do Prêmio Gunnar Myrdal, dado pela EAEPE (European Association for Evolutionary Political Economy) para a melhor publicação.

⁵² FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 17.

Torna-se pertinente ressaltar que não foi o liberalismo que fez com que os Países Centrais, se desenvolvessem, mas sim uma política concebida para esse fim. Não existe, portanto, uma cartilha liberal a ser cumprida. Na verdade, tais princípios liberalizantes só vão contribuir para tornar o Central cada vez mais forte e o Periférico cada vez mais excluído.

Como bem coloca Furtado, não é fácil captar a natureza do subdesenvolvimento. De certo, sabe-se que o subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país. Furtado faz uma importante consideração sobre a forma de estigmatizar um país através de sua classificação:

E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso ao arsenal de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno. Mesmo para o observador superficial parece evidente que o subdesenvolvimento está ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia⁵³.

O autor salienta duas grandes transformações ocorridas na economia mundial durante o século XIX – mais especificamente na segunda metade – a fim de que a lógica capitalista seja compreendida juntamente com os danos que ela acarreta. De fato, neste período, percebeu-se considerável aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção e, concomitantemente, uma intensificação do comércio mundial. Esses dois processos levaram a aumentos da produtividade do trabalho e a um crescimento exponencial do excedente, financiando a expansão e diversificação do consumo público e privado.

Para ficar mais clara a análise, Furtado cita fatos históricos. Na primeira fase da Revolução Industrial, a Inglaterra consolidou o sistema de divisão do trabalho, cunhando o derradeiro avanço do capitalismo industrial e, com isso, favoreceu a concentração geográfica de capital, aproveitando as economias de escala e as economias externas da aglomeração industrial.

⁵³ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 16.

Posteriormente, numa segunda fase, e como reação contra o projeto inglês de economia mundial, há uma maior centralização das decisões e a conseqüente consolidação dos sistemas econômicos nacionais – o que formaria, na verdade, o ‘clube’ de países desenvolvidos do século atual.

Como descreve Furtado:

Em algumas partes, essa maior centralização seria obtida por meio da preeminência do sistema bancário, o qual conheceria importante evolução estrutural; em outras, o Estado nacional assumiu funções mais amplas na direção do processo de acumulação. Por toda parte essa orientação levou a alianças de classes e grupos sociais – burguesias industrial, comercial, financeira, proprietários, rurais, burocracia estatal – em torno de um “projeto nacional”, com repercussões significativas na evolução do capitalismo industrial⁵⁴.

Nesta segunda fase, o comércio mundial passa a crescer menos rapidamente que a produção, nos países do centro, e a evolução dos termos de intercâmbio tende a ser desfavorável à periferia do sistema, produtora de produtos primários. A acumulação continua a concentrar-se no centro e a maior centralização de decisões no plano nacional facilita a emergência de grandes empresas, que controlam os mercados internacionais na forma de cartéis.

De fato, Furtado afirma que os motivos que fizeram com que um país, neste momento, atravessasse “a linha demarcatória” e entrasse para o supracitado ‘clube’ dos desenvolvidos, podem ser mais bem explicados com uma análise histórica do que com uma econômica. Porém, o que o autor quer deixar claro é que, sejam lá quais forem os motivos, a questão é que a linha demarcatória que divide este dois *grupos* de países se acentuou. Muitos, atualmente, denominam tal ‘linha’ como sendo um verdadeiro fosso de desigualdades.

Após tecer estes comentários sobre a divisão entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, Furtado centra a análise no segundo grupo. Ele afirma que as economias subdesenvolvidas têm sua história pautada no processo de “substituição de importações”. Na sua maioria, são países que integraram o

⁵⁴ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 16.

sistema capitalista internacional na fase da hegemonia britânica e permaneceram como exportadores de produtos primários, quando, posteriormente o sistema se expandiu. Para Furtado o grande problema está na perspectiva destes países. Ao invés de entender incremento de produtividade como resultado de um processo de acumulação de capital e avanços tecnológicos, tais nações entenderam esta como expansão das exportações de produtos primários. E, assim como afirma o economista David Ricardo, tratava-se apenas de uma questão de “vantagem comparativa”⁵⁵, para que – dentro da doutrina liberal, calcada na divisão internacional do trabalho⁵⁶ – o fosso entre os países aumentasse cada vez mais.

Furtado sintetiza que a diferença fundamental – que dá origem à linha divisória entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos – é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade. Segundo o autor:

A atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente em poucas mãos e a conservá-lo sob controle do grupo social diretamente comprometido com o processo produtivo. Por outro lado, como o capital investido na indústria está sendo constantemente renovado, a porta fica permanentemente aberta para a introdução de inovações. Dessa forma, um sistema industrial tende a crescer por suas próprias forças, a menos que seja submetido à insuficiência de demanda efetiva⁵⁷.

Além disso, o autor afirma que os países que procuraram criar um sistema econômico nacional na segunda fase da evolução capitalista protegeram suas atividades agrícolas – as quais não contavam com “vantagens

⁵⁵ **Teoria (ou princípio) das vantagens comparativas** explica que o que importa no comércio entre dois países, regiões ou pessoas, não é o custo absoluto de produção, mas a razão de produtividade que cada país, região ou pessoa possui. Na vantagem absoluta, cada país se concentra em um nicho baseado nestas vantagens, beneficiando-se com a especialização em setores nos quais é mais eficiente, e comercializando os seus produtos com outros países. Pela teoria das vantagens comparativas, mesmo que um país não possua vantagem absoluta, ele pode especializar-se nos setores em que apresenta vantagem comparativa. Esta teoria ricardiana recebeu críticas da escola cepalina por desconsiderar a dinâmica de longo prazo dos preços dos bens cuja produção foi especializada pelos países.

⁵⁶ **Divisão internacional do trabalho** é um reflexo da solidificação do capitalismo, o qual, ao longo dos anos, vem favorecendo a especificação das funções econômicas de cada país. Os países em desenvolvimento, exportadores de matéria-prima, possuem mão-de-obra barata e industrialização tardia, de modo que sejam alvo fácil dos interesses das grandes economias.

⁵⁷ **FURTADO, Celso.** *op. cit.*, p. 24.

comparativas”. Dessa forma, eles asseguravam demanda ao setor industrial, compensando com incrementos de produtividade na indústria, tudo o que eles perdiam nos seus setores “protegidos”. Por outro lado, nos países em que as vantagens comparativas conduziam a uma especialização na exportação de produtos primários, o incremento do excedente gerava um aumento das importações, principalmente de bens de consumo, sem implicar modificações nos métodos produtivos. Foi pelo lado da demanda de bens finais de consumo que a periferia se inseriu na civilização industrial, o que é crucial para entender o sentido que nesses países assumiu o processo de industrialização. A industrialização por substituição de importações tendeu a reproduzir um sistema industrial apoiado em processos de acumulação de capital de muito maiores dimensões. Neste processo instalaram-se na periferia subsidiárias de empresas dos países centrais, reforçando a tendência para reproduzir os padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda médio e a concentração de renda típica dos países subdesenvolvidos.

A esta rápida industrialização da periferia do capitalismo, sob a direção das empresas dos países centrais, a partir da segunda guerra mundial, corresponde um processo de integração das economias nacionais do centro, que se materializou em iniciativas como a criação do GATT ou o mercado comum europeu. A criação de um mercado internacional de capitais ampliou este processo de integração, permitindo que as empresas se liberassem das limitações dos sistemas financeiros nacionais, adquirissem maior flexibilidade e se organizassem internacionalmente como oligopólios, operando através de centros de decisão que escapam ao controle dos governos nacionais. As relações comerciais entre países centrais e periféricos transformaram-se em operações internas das grandes empresas. Este processo abriu caminho para intensificar o crescimento no centro, ao mesmo tempo em que agravou as disparidades entre os países da periferia e os países centrais. A industrialização substitutiva de importações que no início enfrentava obstáculos consideráveis criados pela falta de capitais, acesso à tecnologia e pequenez do mercado interno, passa a realizar-se com rapidez, com a colaboração das empresas oligopólicas internacionais. Enquanto a industrialização do centro tem o seu dinamismo assegurado por inovações, fluxo de novos produtos e

elevação dos salários reais, permitindo a expansão do consumo de massa, o capitalismo periférico caracteriza-se pelo mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda, para que minorias reproduzam as formas de consumo dos países centrais.

Muito do que Chang aborda em “Chutando a Escada” foi tratado por Furtado no “Mito do Desenvolvimento Econômico”. Este último procura deixar claro que os países periféricos têm características próprias, particulares e que não são meras “cópias” atrasadas e imperfeitas dos países desenvolvidos.

Dessa forma, reproduzimos aqui todo este contexto para reforçar a conclusão de Furtado, quando o mesmo afirma que a má distribuição de renda, a desigualdade social, o fosso de diferenças entre os países, enfim, os problemas sociais apenas colaboram para que haja maior pressão sobre os recursos não reproduzíveis – ou seja, a lógica contrária à questão da sustentabilidade:

(...) se pode afirmar que a crescente concentração da renda no centro do sistema, isto é, a ampliação do fosso que separa a periferia desse centro, constitui fator adicional do aumento da pressão sobre os recursos não reprodutíveis. Com efeito, se fosse mais bem distribuído no conjunto do sistema capitalista, o crescimento dependeria menos da introdução de novos produtos finais e mais da difusão do uso de produtos mais conhecidos, o que significaria um mais baixo desperdício. A capitalização tende a ser tanto mais intensa quanto mais o crescimento esteja orientado para a introdução de novos produtos finais, vale dizer, para o encurtamento da vida útil de bens já incorporados ao patrimônio das pessoas e da coletividade⁵⁸.

Como é possível observar, quanto mais concentrada está a renda maior pressão é feita em cima dos recursos naturais do planeta. Ou seja, o próprio fato de apenas alguns países gozarem de alto nível de consumo, faz com que haja maior degradação do meio ambiente.

O resultado a que se chega é que, em uma civilização como a nossa – tão submetida à força da economia, principalmente no que diz respeito à criação de valor, utilizando recursos brutos e transformando-os em bens e serviços –, a maioria das pessoas não percebe o que de fato ocorre nesses

⁵⁸ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 81.

processos, ou seja, nem se dá conta dos danos irreversíveis ao planeta – trata-se, na verdade, da destruição ambiental intrínseca ao capitalismo.

Furtado afirma ainda que a tentativa de fazer com que o paradigma do desenvolvimento dos países ricos se imponha de forma generalizada a todos só pode culminar em um verdadeiro colapso do ecossistema. Ou seja, o processo que é modernamente perseguido por todas as nações (a “glória” do crescimento econômico) – é calcado num crescimento predatório, insustentável e causador de danos irreversíveis – quiçá, fatais à humanidade.

No que tange as economias subdesenvolvidas, Furtado defende que se procure uma taxa de crescimento econômico elevada, porém critica o fato de a mesma não ser acompanhada de uma filosofia de sustentabilidade. Ou seja, é lógico que, dentro do sistema capitalista, a noção de sobrevivência está intimamente ligada a necessidade de crescimento econômico – e, por este motivo, este fim deve ser perseguido. No entanto é necessário que esse desenvolvimento seja, de fato, durável e realizável. O autor deixa claro que, o processo de civilização provoca danos irreversíveis ao mundo, e que o economista, em geral limitado a um campo de observação restrito a variáveis quantitativas, na maioria das vezes, não leva em conta, como já vimos acima, as crescentes modificações sofridas pela natureza – que no fundo, nada mais é do que o ‘palco’ onde se apresentam os ‘atores-predadores’ capitalistas.

A expansão do sistema, no centro, depende cada vez mais do acesso às fontes de recursos naturais localizadas na periferia. Dentro desse quadro estrutural, Furtado sugere que as burocracias que dirigem a maior parte dos países periféricos, e avançaram consideravelmente na auto-identificação com os “interesses nacionais” respectivos, defendam a autonomia dos estados periféricos em face das grandes empresas, no que diz respeito ao uso de recursos naturais não-renováveis.

A conclusão de Furtado é que a hipótese de generalização das formas de consumo dos países centrais, ao conjunto do sistema capitalista, não é possível dentro das possibilidades evolutivas do sistema. A civilização insaciavelmente consumista – que sempre deseja mais produtos e mais

serviços – é depredadora e contribui para o empobrecimento da biosfera⁵⁹. É necessário, a partir de tal conclusão, começar a conceber o mercado e a sociedade (com seu quadro agudo de exclusão social) como ordens distintas, para tentar, então, construir um prognóstico positivo para o futuro.

Podemos concluir então que a maior contribuição do pensamento de Celso Furtado foi a de compreender de forma profunda as principais peculiaridades da sociedade contemporânea, apontando suas mazelas, seus erros, suas imperfeições. O progresso técnico, ao contrário do que sugeria a tese ricardiana, não se difundiu de maneira linear no centro e na periferia da economia mundial – com base em vantagens comparativas provindas da divisão internacional do trabalho. Muito pelo contrário. Afinal, há forte deterioração dos termos de intercâmbio entre as matérias-primas, produzidas na periferia, e as manufaturas, originadas dos países desenvolvidos. Nota-se então que o desenvolvimento, assim concebido, é um processo gerador de desigualdades e propulsor de inúmeros danos ambientais. O custo, em termos de depredação do mundo físico, de se adotar o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial é altíssimo e põe em risco a sobrevivência da espécie humana. A adoção de padrões de consumo alternativos, a defesa dos recursos não-renováveis pelos Estados Nacionais, a redução das disparidades de renda, são em si pré-condições da sustentabilidade.

⁵⁹ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 63.

2. HA-JOON CHANG E OS DEGRAUS DO DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é, a partir da abordagem institucionalista de Ha-Joon Chang⁶⁰ – exposta no livro “Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento econômico em perspectiva histórica”⁶¹ –, discutir a questão do subdesenvolvimento e suas peculiaridades além de apontar as variáveis qualificadoras de desenvolvimento econômico, inferidas a partir dos conceitos do autor. Numa primeira parte apresenta-se a crítica do autor ao Consenso de Washington e à cartilha de políticas e instituições liberais recomendadas aos países em desenvolvimento. Em seguida, dá-se conta da abordagem histórica que Chang faz das estratégias dos países desenvolvidos na fase de industrialização e por último apresenta-se a abordagem de Chang sobre as instituições e a democracia, enquanto resultado ou consequência do desenvolvimento.

2.1. AS POTÊNCIAS CHUTANDO A ESCADA

Existe uma cartilha, uma “receita de bolo” para um país se tornar desenvolvido? É bem possível que exista uma estratégia ou atitudes que tenham levado os países hegemônicos a ganhar espaço no cenário internacional. No entanto, com certeza, esses fatores não são congruentes aos citados pelas nações desenvolvidas. Como bem coloca Chang, logo no início de seu livro, as políticas prescritas pelo Consenso de Washington⁶² seriam

⁶⁰ **Ha-Joon Chang** (n. 1963), economista sul-coreano, é professor da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, desde 1990, e diretor-adjunto do Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento. Chang vem sendo considerado um líder da nova geração de economistas heterodoxos que tentam revitalizar os trabalhos e debates na área de desenvolvimento econômico.

⁶¹ HA-JOON CHANG. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Em 2003, o livro, cujo título original em inglês é *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*, foi o vencedor do Prêmio Gunnar Myrdal, dado pela EAEPE (European Association for Evolutionary Political Economy) para a melhor publicação.

⁶² O **Consenso de Washington** foi criado em 1989, através de um encontro conhecido como *Latin American Adjustment: How Much has Happened*. Nesse evento, reuniram-se diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-

consideradas apropriadas, segundo seus formuladores, para elevar uma nação à categoria de país desenvolvido. Mas será mesmo que políticas macroeconômicas restritivas, liberalização do comércio internacional e dos investimentos, privatização e desregulamentação fariam um país crescer e progredir? Dificilmente, como bem mostrará o autor:

Atualmente, os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme pressão, por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo establishment, para adotar uma série de 'boas políticas' e 'boas instituições' destinadas a promover o desenvolvimento econômico. (...) 'Instituições boas' são, essencialmente, as existentes nos países desenvolvidos, sobretudo nos anglo-saxônicos. Entre as instituições-chaves, incluem-se a democracia, a burocracia 'boa', o Judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada (inclusive intelectual) e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado, assim como instituições financeiras (inclusive um banco central politicamente independente)⁶³.

Chang questiona se as políticas e instituições recomendadas são realmente as devidas para gerar o desenvolvimento. Porém, o interessante não é o questionamento em si, mas sim a forma com que o autor propõe esse debate. Para ele, não basta inferir que a 'cartilha' está incorreta. É preciso, na verdade, demonstrar que, na época em que estavam se desenvolvendo, os Países Centrais da atualidade não fizeram uso dessas medidas que eles profetizam como necessárias. Afinal, essa é a melhor forma de provar que esse 'método' – por eles imposto – não dá certo.

Faz-se mister diferenciar, assim como Chang o faz em seu livro, política e instituição. Para o autor, as instituições são mais duradouras e permanentes, enquanto as políticas são mais moldáveis, adaptáveis, cambiáveis. A política é a arte de dirigir as relações entre os Estados, através de princípios que orientam a atitude administrativa de um governo. Dessa forma, podemos

americano. Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. Acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta. De outro lado, movimentos nacionalistas e de esquerda criticam essa política e protestam contra sua aplicação.

⁶³ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 11.

entender a política como sendo o conjunto de objetivos que servem de base à execução das atividades de responsabilidade do Estado. Paralelamente, o conceito de instituição vem do ato de instituir, ou seja, denota uma fundação, um estabelecimento, um instituto e, até mesmo as leis fundamentais que regem uma sociedade.

Chang vai questionar se realmente foram as políticas de *laissez-faire* e o estado mínimo – completamente contrários a Lei de Wagner⁶⁴, por exemplo – que ajudaram o desenvolvimento da Grã-Bretanha – e, em contrapartida, se foi a falta delas que atrasou a França. Irá perguntar também se os Estados Unidos passaram pela Crise de 1929 porque aplicou o protecionismo e se a lei de patentes é realmente tão importante para o desenvolvimento das atividades intelectuais, das pesquisas e das exportações. Os estudos históricos de Chang apresentados ao longo do livro, demonstraram que as políticas “boas” recomendadas aos países em desenvolvimento não fizeram parte do processo de desenvolvimento dos países desenvolvidos:

Mesmo em termos superficiais, não faltam indícios e evidências históricas fragmentárias sugerindo o contrário. É possível que alguns saibam que, contrariamente à sua natureza nos séculos XVIII ou XX, o Estado francês do século XIX foi essencialmente conservador e não-intervencionista. Também é provável que estejam informados sobre as elevadas tarifas praticadas pelos Estados Unidos, pelo menos a partir do fim da Guerra de Secessão. Uns poucos terão ouvido dizer que o banco central norte-americano, o Federal Reserve Board, foi criado bastante tardiamente, nada menos que em 1913. E é possível que uma ou duas pessoas saibam até que, no século XIX, a Suíça se alçou à categoria de líder mundial em tecnologia sem contar com uma só Lei de Patentes⁶⁵.

Como é possível constatar durante a leitura, Chang faz usa da história de diversos países, hoje considerados desenvolvidos – os PADs – quando estes estavam em suas fases de desenvolvimento. A partir de tais exemplos, constata que estas nações, à época, não tinham nem políticas e nem

⁶⁴ Cabe lembrar aqui a famosa Lei de Wagner (Adolph Wagner), de acordo com a qual, há uma tendência natural ao aumento do tamanho relativo do governo com o desenvolvimento da sociedade humana.

⁶⁵ **CHANG, Ha-Joon.** *op. cit.*, p. 12.

instituições boas, pelo contrário. Chang deixa claro também que, grande parte dos PADs, no passado, foram verdadeiras ditaduras e aplicaram políticas contrárias ao que historicamente afirmam ter usado. Além disso, estes mesmos países investiram maciçamente em pesquisas, educação, infra-estrutura e concessão de terras, o que nos faz perceber que a “cartilha” redigida por eles, de fato, é um contra-senso ao próprio exemplo que eles dão.

Na verdade, o que Chang deseja saber é “o segredo do sucesso” que, de acordo com ele, os países desenvolvidos escondem. São diversos elementos de informação histórica compilados pelo autor, o qual deseja provar as contradições entre o que os desenvolvidos fizeram (e fazem) e o que eles ‘mandam’ fazer. E fica então a questão: como os países ricos enriquecem realmente? De fato, a melhor resposta para essa pergunta é “eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento”⁶⁶. Os países recorreram ativamente às políticas comerciais e industriais tão condenadas por eles atualmente. Eles protegeram a indústria nascente e raramente possuíam instituições como os bancos centrais e a responsabilidade limitada.

Como se pode perceber, ao que parece, as nações desenvolvidas estão apenas tentando dificultar o acesso dos países em desenvolvimento às políticas e instituições que elas implementaram no passado e que garantiram de fato desenvolvimento econômico. Sim, as potências estão tentando “chutar a escada”.

2.2 CHANG, LIST E A PERSPECTIVA HISTÓRICA

Chang utiliza o pai do argumento da “indústria nascente”, Friedrich List, para dar continuidade a sua linha de raciocínio. De acordo com List, em face dos países desenvolvidos, os mais atrasados não conseguem desenvolver novas indústrias sem que haja a intervenção estatal – através, principalmente, de tarifas protecionistas. Ou seja, para List, as empresas nacionais não conseguiriam se desenvolver se o mercado já estivesse tomado por empresas de países estrangeiros – economicamente mais fortes. Nesses casos, torna-se

⁶⁶ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 13.

importante um protecionismo educador, o qual teria como objetivo proteger temporariamente o mercado nacional para assegurar a consolidação das indústrias nacionais. Com isso, em médio prazo, as empresas nacionais estariam aptas a concorrer, com maiores chances de sucesso, num ambiente de livre concorrência, sem a possibilidade de serem rapidamente esmagadas pelas indústrias de outros países. Contata-se que, tal teoria tem aplicação nos países em desenvolvimento, pois trata-se de uma estratégia fundamental para o fortalecimento de suas indústrias e, conseqüentemente, de suas economias. É possível perceber a influência das idéias de List em diversos países da Ásia – e nos Dragões Econômicos, de forma bastante enfática. Obviamente que, na época que estavam se desenvolvendo, vários países europeus e também os Estados Unidos, fizeram uso dessa tática de protecionismo seletivo dos seus setores estratégicos.

Após este panorama sobre a obra de List e suas aplicações, vale afirmar que, em sua principal obra (*The National System of Political Economy*), este autor fez um longo exame das políticas comercial e industrial dos países mais importantes do mundo ocidental daquele momento (List viveu entre 1789 e 1846). List faz uma análise apurada do “mundo liberal” e afirma que a Grã-Bretanha, por incrível que pareça, foi o primeiro país a aperfeiçoar a arte de promover a indústria nascente. O autor destaca que é preciso estudar a história da indústria inglesa para entender que o desenvolvimento não se deu a partir do livre comércio, pois esta prática não permite o crescimento das indústrias locais nascentes.

Para List, o livre-comércio é benéfico apenas entre países de nível semelhante de desenvolvimento industrial. No entanto, entre aqueles que têm diferentes níveis de desenvolvimento, este tipo de prática é devastadora para os menos favorecidos. Vale reproduzir um trecho de List citado por Chang, no qual o primeiro mesmo usa então a expressão “chutando a escada” que intitula a obra do segundo:

É um expediente muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude chutar a escada pela qual subiu a fim de impedir os outros de fazerem o mesmo. Não é outro o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith e das tendências cosmopolitas de seu grande contemporâneo William Pitt, assim como de todos os seus sucessores do governo britânico.

Qualquer nação que, valendo-se de tivas protecionistas e restrições à navegação, tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia que chutar a escada pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade⁶⁷.

Chang destaca que durante o século XIX, muitos europeus ainda concordavam com a visão de Smith, porém, os norte-americanos passaram a proteger suas indústrias incipientes com grande sucesso a partir de 1816 – fato que podemos constatar pois, no século seguinte, os EUA se tornaram o maior praticante do protecionismo, tornando-se assim o líder mundial da indústria. Além disso, os norte-americanos, de forma bastante astuta, souberam fazer uso do livre-comércio quando, para eles, esta prática se colocava bastante rentável: no Pós-Segunda Guerra Mundial, quando o restante dos países do mundo estavam na miséria e, enquanto isso, eles estavam fortalecidos economicamente.

Como bem aponta Chang, List não se limita simplesmente a catalogar fatos históricos. Na verdade, ele trabalha com modelos históricos, fazendo uma verdadeira construção de teorias que expliquem questões contemporâneas – obviamente, levando em conta as inovações em termos tecnológicos, institucionais e políticos.

Chang ressalta que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a abordagem histórica prosperou. Neste momento, surgem teses importantes como a do historiador econômico russo-americano Alexander Gerschenkron⁶⁸. Sobre ele, Chang afirma:

(...) prestigiosa foi a tese do “desenvolvimento tardio do historiador econômico russo-americano Alexander Gerschenkron, que, com base na experiência da industrialização européia, argumentava que o ritmo continuamente crescente do desenvolvimento tecnológico impunha aos países que estavam empreendendo a industrialização a criação de veículos

⁶⁷ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 17.

⁶⁸ Alexander Gerschenkron (1904 - 1978) foi um historiador econômico russo-americano, professor da Universidade de Harvard, formado na Escola Austríaca de Economia. Ficou conhecido pelos seus estudos pioneiros sobre as condições do desenvolvimento econômico tardio.

institucionais mais eficazes para mobilizar o financiamento industrial⁶⁹.

Porém, Chang ressalta que, nas últimas décadas a predominância da escola neoclássica abafou diversos subcampos da economia – como a economia do subdesenvolvimento e a história econômica – pois ignora-se o estilo de raciocínio indutivo firmado por ela. Em função disso, perdeu-se a perspectiva histórica das discussões acerca do desenvolvimento econômico.

Como o autor coloca, poucas são as discussões fundamentadas na experiência histórica dos países atualmente desenvolvidos, os PADs – em geral, as referências ficam restritas à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos, sendo sempre citações altamente estilizadas. Além disso, os autores se valem dos momentos de práticas de livre-comércio destas nações para então propor caminhos para o desenvolvimento, completamente infundadas e ilusórias.

Como se pode perceber a partir da leitura, Chang se empenha em estudar o maior número de nações possíveis. No entanto, também aborda exemplos que vão além do grupo das nações mais “importantes” – como Grã-Bretanha, Estados Unidos, França e Japão – a fim de esboçar lições mais gerais.

Chang faz primeiro uma abordagem histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica (as chamadas políticas ICT) de vários países. Em outro momento da obra, o autor se concentra nas instituições (a democracia, a burocracia, o Judiciário, os direitos de propriedade, as instituições financeiras, trabalhistas, sociais, etc.) e, para compreendê-las melhor, usa então as nações como exemplo. Afinal, Chang vê nas instituições, uma forte forma de “chutar a escada”:

(...) também se pode dizer que o preponderante discurso do desenvolvimento com base no *upgrading* institucional traz em seu bojo um elemento da atitude de “chutar a escada” à medida que muitas instituições impostas aos países em desenvolvimento, além de custosas, são irrelevantes ou mesmo prejudiciais, tendo em vista o estágio em que eles se encontram⁷⁰.

⁶⁹ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 20.

⁷⁰ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 27. Grifo do autor.

De fato, um dos pontos altos do livro de Chang é o questionamento que o mesmo faz acerca desta aura mitológica liberal que cerca os países desenvolvidos. Chang consegue provar – fazendo uso inclusive de tabelas que incorpora no livro⁷¹ – que os PADs “mentem” afirmando que usaram políticas liberalizantes no momento em que estavam solidificando suas indústrias e constituindo seus mercados. De fato, fizeram exatamente o contrário. Adotaram políticas altamente protecionistas para defender a sua indústria nascente.

O autor fala sobre as praticas consideradas “ruins” nos dias de hoje, exemplificando-as, citando a utilização de espionagem industrial patrocinada pelo Estado e a cooptação de trabalhadores da Inglaterra, assim como também analisa as políticas de ICT adotadas pela Alemanha, como é possível ver no seguinte trecho:

É provável que o mais importante deles tenha sido Graf Von Reden, que, entre o fim do século XVIII e começo do XIX, conseguiu introduzir tecnologias avançadas dos países mais desenvolvidos, especialmente Grã-Bretanha (onde obteve a tecnologia da siderurgia, o forno a coque e o motor a vapor), mediante uma combinação da espionagem industrial patrocinada pelo Estado com a cooptação de operários especializados⁷².

Como é possível perceber, trata-se realmente de uma questão de “faça o que eu digo e não o que eu faço”, por parte dos países desenvolvidos. Todas as políticas por eles aplicadas em prol do desenvolvimento são por eles mascaradas. Em contrapartida, propagam-se idéias falsas de que a liberalização da economia levaria os países subdesenvolvidos a um estágio de progresso. Ledo engano.

2.3 OS PADs E SUAS ESTRATÉGIAS DE *CATCH UP*

Chang apóia-se bastante no argumento de que são pouquíssimas as tentativas de aproveitamento das lições históricas dos países desenvolvidos.

⁷¹ Como a tabela mostrada no CHANG, Ha-Joon. *op. cit.* p. 36, no primeiro tomo do capítulo 2. Nela, Chang demonstra a “taxa tarifária média dos produtos manufaturados em países desenvolvidos selecionados nos primeiros estágios de desenvolvimento”. Comprova-se, claramente, a partir desta simples tabela, a forte presença de protecionismo.

⁷² CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 66.

Ao invés de tentar solucionar os problemas contemporâneos do desenvolvimento observando o passado dos PADs, faz-se o que eles mandam em suas “recomendações”, as quais estão de acordo com as premissas do Consenso de Washington. Ou seja, não se faz referência a tais experiências concretas, espalhando apenas mitos que corroboram a versão do senso comum de que os PADs se beneficiaram do livre-comércio e da política industrial do *laissez-faire*. Lendas propagadas pelos PADs para, literalmente, chutar a escada.

Para esclarecer estas e outras questões, Chang faz uso do conceito de *catch up*. A idéia de *catch up* compreende a capacidade dos países em desenvolvimento absorverem técnicas e conhecimentos gerados nos países desenvolvidos, de forma a lhes permitir alcançar níveis de produtividade mais elevados, reduzindo o hiato tecnológico, as disparidades no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e também a aproximação desses países em termos de renda per capita – como recentemente se viu em países como Coreia do Sul e Taiwan.

Chang ressalta que todos os PADs fizeram uso de políticas intervencionistas industrial, comercial e tecnológica – as ICTs – para promover a indústria nascente durante seus períodos de *catch up*. Além disso, Chang ressalta que, não apenas no período em que estavam se desenvolvendo os PADs fizeram uso de tais recursos:

Um país, quando se adianta aos outros, sente-se naturalmente estimulado a se valer de seu poder político e econômico para se adiantar ainda mais. As políticas britânicas, especialmente as dos séculos XVIII e XIX, são o melhor exemplo disso. O desconcertante é que tais políticas tenham tantos paralelos com as atualmente praticadas pelos países desenvolvidos com relação aos seus análogos em desenvolvimento⁷³.

Na verdade, estes países continuam a praticar o *catch up* como forma de manter o fosso, o hiato, a distância que os separa dos subdesenvolvidos. Trata-se de uma forma de assegurar seus lugares Centrais na economia mundial, garantindo lucro e prosperidade, mesmo que apenas para um grupo

⁷³ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 94.

ínfimo de cidadãos do Primeiro Mundo. Trata-se de uma forma cruel de se sustentar como potência preponderante e influente: mantendo “o mundo subdesenvolvido aos seus pés”, dificultando ao máximo seu progresso e sua evolução.

Alguns outros se valeram ativamente de políticas ICT mesmo depois de haver concluído o *catch up* com sucesso (a Grã-Bretanha no começo do século XIX, os Estados Unidos no limiar do XX). É obvio que a proteção tarifária foi um instrumento importantíssimo no pacto de políticas ICT implementadas pelos PADs, mas, como demonstraremos a seguir, não foi o único recurso usado nem necessariamente o mais importante⁷⁴.

Chang ressalta que, a fim de estimular a exportação, os PADs fizeram uso de subsídios e reembolsos aduaneiros aos insumos. Além disso, os governos destes países, bastante atuantes, chegavam a subsidiar não só a indústria, mas também recorriam a programas de investimento público, sobretudo os de infra-estrutura e manufatura. Era o Estado quem financiava as aquisições de tecnologia estrangeira, seja por métodos legais (bancando viagens de estudo e treinamento) ou ilegais (espionagem industrial, contrabando de maquinário e o não-reconhecimento de patentes estrangeiras). Era também o Estado que financiava o desenvolvimento da capacidade tecnológica interna, bancando pesquisas, educação e treinamento.

O que o Brasil e diversos outros países em desenvolvimento experimentam atualmente, os governos dos PADs incentivavam: as Parcerias Público Privadas⁷⁵ (comumente chamadas de ‘PPPs’, como as joint ventures público-privadas e associações industriais intimamente ligadas ao Estado).

⁷⁴ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 35.

⁷⁵ A **Parceria Público Privada** constitui modalidade de contratação em que os entes públicos e as organizações privadas, mediante o compartilhamento de riscos e com financiamento obtido pelo setor privado, assumem a realização de serviços ou empreendimentos públicos. No **Brasil**, em 30 de dezembro de 2004, o Presidente da República sancionou a Lei Federal nº 11.079, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas, no âmbito da Administração Pública. Esta Lei Federal tratou, em diversos artigos, de normas gerais de Direito Administrativo a serem observadas pelos entes da Federação, além de normas específicas direcionadas à União. O Governo Federal está considerando a PPP como um instrumento fundamental para garantir os investimentos em portos, rodovias, ferrovias, necessários para impulsionar e garantir o crescimento da economia brasileira, sem abandonar, evidentemente, os projetos de concessão já existentes.

Chang afirma que, ao contrário do que o Consenso de Washington preceitua e os PACs difundem, os países em desenvolvimento precisam, mais do que nunca, fazerem uso das chamadas políticas “ruins” para fortalecerem suas indústrias e declararem uma verdadeira independência econômica. De acordo com o autor, a defasagem entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos nunca esteve tão monstruosa e, por esta razão, caso os países subdesenvolvidos não pratiquem estratégias de *catch up*, estes não mudaram sua situação frente ao status quo:

O problema é que hoje, a defasagem de produtividade entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos é muito maior do que a existente entre os PADs mais e menos desenvolvidos de outrora. Isso quer dizer que os atuais países em desenvolvimento precisam impor níveis tarifários muito mais elevados do que os aplicados pelas nações industrializadas, no passado, se quiserem oferecer às suas indústrias o mesmo grau de proteção de que antigamente gozaram as indústrias dos PADs. Em outras palavras, diante da defasagem muito maior hoje enfrentada pelos países em desenvolvimento, se quiserem obter os mesmos efeitos, eles têm de praticar tarifas muito mais elevadas do que as outrora praticadas pelos PADs⁷⁶.

Como foi colocado acima, após atingirem a fronteira tecnológica, os PADs recorreram a uma série de medidas para ficar à frente dos competidores reais (os outros países desenvolvidos) ou potenciais (as nações em desenvolvimento). E, de fato, o que Chang realmente quer demonstrar com essa vasta exemplificação é que muitas das políticas de *catch up*, tão utilizadas por países dos PADs, são seriamente condenadas hoje em dia.

2.4 O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No que diz respeito ao desenvolvimento institucional dos PADs, a lógica que já foi vista – “chutando a escada” – se repete. Nos primórdios de seus processos de desenvolvimento, estes países não tinham sequer as ditas

⁷⁶ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 118.

instituições "básicas" como, por exemplo, o funcionalismo público profissional, o Banco Central ou as leis de patentes.

Abaixo, faremos um panorama sobre as instituições destacadas por Chang, a fim de entender melhor as suas relações específicas com os processos de desenvolvimento.

2.4.1 BUROCRACIA E JUDICIÁRIO

Quem acredita que a burocracia é sempre negativa é porque não entende exatamente o que ela é, mas sim, apenas contempla uma deturpação da mesma. Na verdade, usa-se muito, de forma inapropriada, o vocábulo burocracia no sentido pejorativo. Para a maioria da população, a burocracia é maléfica, pois ela carrega a idéia da demora em processos administrativos, da lentidão das instituições, das regras e procedimentos redundantes, enfim, todo um ranço de ineficiência que não está lidada à ela, mas sim, ao seu mau uso.

Vale ressaltar que Max Weber elaborou um conceito de burocracia – tendo como base elementos jurídicos do século XIX – no qual ele denominava as funções da administração pública, guiadas por normas, atribuições específicas, esferas bem delimitadas de competências e uma criteriosa forma de seleção de funcionários. Dessa forma, a democracia pode e deve ser entendida como um verdadeiro aparato técnico-administrativo, constituído por profissionais capacitados para seus cargos através de formação técnica – pré-requisito para a ocupação de tais funções -, selecionados através de critérios racionais e que são encarregados das mais relevantes tarefas dentro de um sistema. Além disso, de acordo com Weber, todos os funcionários estariam sujeitos a regras hierárquicas e códigos disciplinares, os quais estabeleceriam as relações de autoridade.

Como se pode extrair dessa definição, caso a burocracia fosse assim entendida não existiriam motivos para se deturpar seu sentido. Afinal, a burocracia pura é constituída de medidas positivas, que coíbem práticas ilegais como o nepotismo, o sistema de favorecimento e também a venda de cargos públicos. Questões danosas que favorecem uma notória falta de profissionalismo na burocracia da maioria dos países em desenvolvimento – e nos PADs, pelo menos até o fim do século XIX.

Chang afirma que a burocracia, quando proba, é o ingrediente essencial para o desenvolvimento de uma nação. Podemos entender a democracia como sendo um conceito administrativo, caracterizado principalmente por um sistema hierárquico, dentro do qual há grande divisão de responsabilidade. Além disso, seus membros executam estão subordinados às regras e procedimentos padrões, para garantir certa uniformidade. Como afirma o autor:

Pouca gente, nem mesmo quem vê com restrições o ativismo do Estado, discordaria de que uma burocracia eficiente e limpa é decisiva para o desenvolvimento econômico. Entretanto, hoje se discute muito a questão de como definir exatamente eficiência e limpeza e como elaborar um sistema de incentivos burocráticos para atingir essas características⁷⁷.

Chang alerta para a urgência (e, na verdade, grande desafio) de fazer com que a burocracia, na maioria dos países em desenvolvimento, consiga chegar ao mais elementar dos “weberianismos”. Desafio que os PADs tiveram que enfrentar outrora, quando de seu desenvolvimento.

No que diz respeito ao judiciário, Chang faz restrições ao discurso contemporâneo. O autor deixa claro que deve ser vista com restrição a idéia do Judiciário politicamente independente – como o alemão e o japonês – pois este carece de legitimidade democrática. Por este motivo, ressalta Chang, que alguns países chegam a eleger seus funcionários judiciais – como os Estados Unidos.

No entanto, não se trata apenas de um problema de legitimidade. Na verdade, existem outras questões, tão importantes quanto, que devem ser analisadas com cautela. De fato, é preciso verificar o grau de profissionalismo dos funcionários judiciais, assim como a qualidade de seus julgamentos. Não se trata apenas da aplicabilidade da lei, de forma seca hermética, mas também de contemplar a realidade na qual a lei está sendo aplicada, a fim de que as questões sejam entendidas de um ponto de vista societário mais amplo. Além disso, trata-se de um sistema custoso.

⁷⁷ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 136.

Desta forma, Chang ressalta que os países em desenvolvimento devem atentar para tais questões, a fim de que não sofram os mesmos males vividos pelos PADs outrora, como a excessiva influência política, a corrupção nas nomeações, manobras político-partidárias além da “justiça de classes”.

2.4.2 DIREITOS DE PROPRIEDADE E SOCIEDADES ANÔNIMAS

Até que ponto os direitos de propriedade são benéficos? Para quem eles são benéficos? A melhor resposta é que eles beneficiam o dono da propriedade, e mais ninguém. Afinal, é o direito de propriedade que tem trazido tantos problemas para a sociedade, pois ele é um direito excludente, que ao favorecer uma pessoa, ignora o resto da sociedade.

Um exemplo bastante contemporâneo, de quanto excludente e amargo é o direito de propriedade, é o direito de propriedade intelectual. É por causa de ele que, em países como o Brasil, durante muitos anos, pouco se desenvolveu em termos de software. Fomos inundados pelos sistemas operacionais e produtos norte-americanos – como o Windows, por exemplo – de forma que não desenvolvemos a nossa própria indústria. Além disso, por força contratual, comercializamos e adquirimos computadores usando os programas estrangeiros. Respeitamos os direitos alheios de propriedade intelectual e, em contrapartida, nos desrespeitam fortemente, explorando um país em que a maioria das pessoas nem sequer tem acesso à informação e à informática e ainda tem que pagar direitos de utilização dos programas para outras nações:

O discurso da “boa governança” considera decisiva a “qualidade” dos regimes de direito de propriedade, já que se acredita que ela é um determinante-chave do incentivo ao investimento e, portanto, à criação de riqueza⁷⁸.

Após tal franca explicação de Chang, cabe a pergunta: criação de riqueza para quem? Quem são, então, os beneficiados? E o próprio autor, alguns parágrafos depois, responde esta questão:

⁷⁸ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 142.

No discurso ortodoxo atual, acredita-se amplamente que quanto mais forte for a proteção aos direitos de propriedade, tanto melhor para o desenvolvimento econômico, já que essa proteção estimula a criação de riqueza. (...) A segurança dos direitos de propriedade não pode ser encaradas como algo bom em si. A história é pródiga em exemplos de preservação desses direitos que resultou nociva para o desenvolvimento econômico, assim como de violações dos direitos de propriedade existentes (com a criação de outros novos) que foram benéficas para o desenvolvimento econômico⁷⁹.

Segundo Chang é preciso contemplar a perspectiva da função social da propriedade. Se há grupos capazes de utilizar certas propriedades melhor que seus proprietários, é possível que convenha mais à sociedade não proteger o direito de propriedade vigente e criar outro, transferindo então o patrimônio aquele grupo. Um exemplo clássico onde este tipo de filosofia deve nortear as decisões é quando o assunto envolve as questões de concentração de terra e a reforma agrária.

No que tange a lei de patentes, quando tratava-se de interesses internos, a mesma era imensamente burlada. O patenteamento de invenções de países estrangeiros foi permitido até o fim do século XIX. Diversos são os exemplos dos legítimos “roubos” de invenções que as legislações acobertavam. Porém, cabe ressaltar que tudo era feito, como já foi discutido, sob o ideal do *catch up*, na tentativa de desenvolver, de progredir, de copiar o outro para seguir em frente, melhorar e não depender mais de outras nações. A Suíça e Holanda, por exemplo, se recusavam a introduzir uma lei de patentes apesar da pressão internacional. Só em 1907 e 1912, respectivamente, que conseqüentemente tais leis foram promulgadas nestes países. Contudo, elas permitiam livremente a apropriação de tecnologia estrangeira⁸⁰. Como bem coloca Chang:

(...) apesar da emergência de um regime internacional de DPI, mesmo os PADs mais desenvolvidos seguiam violando rotineiramente o DPI dos cidadãos dos outros em plenos século XX. (...) como eram falhos os regimes de DPI dos PADs (quando estes eram países em desenvolvimento). Mesmo nos mais avançados deles, houve sérias e generalizadas violações até o

⁷⁹ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 144.

⁸⁰ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 148.

fim do século XIX e depois, principalmente quando se tratava de proteger o DPI de estrangeiros⁸¹.

No que diz respeito a governança empresarial, sabe-se que nos últimos séculos, provou-se reiteradamente que a responsabilidade limitada fornece um dos mecanismos mais poderosos de socialização de riscos. Aliás, é exatamente esta característica das sociedades de responsabilidade limitada que as fizeram prosperar tanto, afinal, possibilitou investimentos de escala sem precedentes.

Adam Smith dizia que a responsabilidade limitada só poderia levar os administradores à vadiagem. John McCulloch, o influente economista do começo do século XIX, alegava que ela tornaria os proprietários negligentes no monitoramento dos administradores contratados. Também acreditava, não sem razão, que era uma causa importante da especulação financeira. Foi com base nisso que a Inglaterra, mediante o Bubble Act de 1720, proibiu a formação de novas sociedades de responsabilidade limitada, se bem que voltou a autorizá-la em 1825, com a revogação dessa lei⁸².

Chang também dedica parte de seu livro para falar das leis de falência, sobre auditoria, relatório financeiro, transparência de informação – denominado *disclosure*⁸³ – e também sobre a lei da concorrência. De acordo com ele, é apenas a partir da década de 80 que as leis de falência têm chamado mais atenção. Afinal, viu-se neste período a bancarrota de grandes conglomerados, juntamente com grandes crises econômicas. Dessa forma, notou-se a necessidade de mecanismos eficazes para reconciliar reivindicações concorrentes, transferências de ativos e a preservação do emprego.

Até por se tratar de uma questão recente, ainda não se sabe ao certo qual seria a melhor lei de falência. Como Chang exemplifica, a dos Estados Unidos favorece o devedor, a da Inglaterra beneficia a credor e a da França

⁸¹ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 149.

⁸² CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 149 e 150.

⁸³ Pode-se definir *disclosure*, em Finanças, como sendo qualquer divulgação deliberada de informação da empresa para o mercado, seja quantitativa ou qualitativa, requerida ou voluntária, via canais formais ou informais. O *disclosure* tem, dentre outros objetivos, a finalidade de maximizar o valor para os acionistas, ao colocar ao alcance do investidor todos os fatores necessários à avaliação racional do valor das ações, levando-se em conta o custo de oportunidade e o prêmio pelo risco.

favorece o empregado. No entanto, independente da corrente, não se pode discordar que uma lei de falência eficaz é desejável.

Ninguém nega também a importância da auditoria e da disclosure financeiras. Porém, é preciso comparar o custo financeiro e em recursos humanos no desenvolvimento dessas instituições com seu benefício, principalmente nas nações em que os recursos são escassos. É muito fácil para os investidores estrangeiros se queixarem da opacidade da contabilidade das empresas, da frouxa regulamentação da auditoria e da disclosure. No entanto, todas essas queixas devem ser interpretadas com restrição:

Uma restrição óbvia a tais argumentos é que, mesmo antes da crise, aceitava-se amplamente que, nesses países, a informação no âmbito da empresa já apresentasse os ditos problemas; em semelhante situação, a atitude natural e sensata do prestador seria a de não emprestar. Nesse contexto, o argumento de ‘falta de informação’ apresentado pelos prestadores parece bastante tendencioso⁸⁴.

É possível constatar, a partir de uma observação histórica criteriosa, que tais países, em pleno século XX, possuíam instituições de regulamentação da obrigatoriedade do relatório e da *disclosure* financeiros de péssima qualidade. Dessa forma, podemos concluir mais uma vez que tais instituições – que constam da “cartilha em prol do desenvolvimento” proposta pelos PADs – não estiveram, necessariamente, associadas ao desenvolvimento de tais nações.

2.4.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Uma instituição tão querida aos economistas do livre mercado contemporâneo, o banco central, sequer existia nos países mais ricos até o começo do século XX - não apenas por causa da condenação dos economistas do livre mercado da época, que diziam ser um mecanismo que injustamente assegurava pagamentos de prestadores imprudentes. De fato, o banco central dos EUA – o chamado Federal Reserve Board – foi criado apenas em 1913. Já na Itália, o banco central não tinha sequer o monopólio para emissão

⁸⁴ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 155.

de cédulas até 1926. Chang faz uma descrição do papel do banco central na contemporaneidade:

Atualmente, o banco central – com o monopólio da emissão de dinheiro, da intervenção no mercado financeiro e da função de emprestador de último recurso – é considerado uma pedra angular da economia capitalista estável. É acalorada a polêmica sobre até que ponto ele deve ser politicamente independente, assim como sobre as metas, os alvos e os instrumentos que lhe são mais adequados. Todavia, por inflamado que seja esse debate, pouca gente discute a necessidade de um banco central. Mas não era bem assim na aurora do capitalismo⁸⁵.

Muitos dos bancos centrais – como os entendemos hoje⁸⁶ – se constituíram gradativamente a partir das necessidades sociais geradas. Podemos tomar como exemplo o caso inglês e o norte-americano. Os grandes estabelecimentos bancários desses países, a partir do século XVIII, eram obrigados a cumprir o papel de emprestadores de último recurso, nos momentos de severas crises financeiras. Foi então que a capacidade dessas instituições de lidar com o pânico financeiro sistêmico em curto prazo – e a estabilidade que isso ajudava a gerar no longo prazo – fez com que, naturalmente, houvesse a criação de um banco central, de fato, amadurecido.

Deve-se afirmar que, no século XVIII, acreditava-se que a criação de um banco central geraria efeitos danosos a sociedade como: estimular assunção de riscos excessivos e protegeria devedores inseqüentes. Por essa razão, o desenvolvimento do banco central foi um processo bem lento nos PADs. Por mais que a criação de alguns date do século XVII – como no caso da Suécia, que fundou o Riksbank em 1688, e da Inglaterra, que fundou o Bank of England em 1694 –, a maioria deles só conseguiu realmente funcionar – com características como o monopólio da emissão de moedas – a partir do início do século XX.

Cabe ressaltar ainda que, na aurora do desenvolvimento, os PADs tinham capacidade fiscal muito limitada – poder de tributação, enquanto se desenvolviam, era bastante restrito –, assim como escassas instituições que visavam à regulamentação

⁸⁵ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 163.

⁸⁶ **Banco Central** é uma instituição financeira – que pode ser independente ou ligada ao Estado – cuja função é gerir a política econômica a fim de garantir a estabilidade e o poder de compra da moeda do respectivo país e seu sistema financeiro. Pode-se destacar que o Banco Central tem como objetivos principais definir as políticas monetárias (tais como taxa de juros, câmbio, entre outras) e aquelas que regulamentam o sistema financeiro local. O banco faz isso interferindo mais ou menos no mercado financeiro, vendendo papéis do tesouro, regulando juros e avaliando os riscos econômicos para o país.

efetiva do mercado de capitais. Sem dúvida, trata-se de instituições importantes – ainda mais no mundo moderno onde os mercados se tornaram grande fonte extra de instabilidade financeira nos países em desenvolvimento. Porém, os PADs só conseguiram conceber uma resolução para estas questões de forma gradativa, através da história e da evolução de seus povos. Como resultado, surgiram formas inteligentes de elevar a capacidade tributária do estado – com o imposto de renda, por exemplo – e de regulação dos mercados de títulos e capitais – com legislação rígida que controlava e sancionava os infratores.

2.4.4 BEM ESTAR SOCIAL E INSTITUIÇÕES TRABALHISTAS

No caso norte-americano, foi somente após a Lei Pendleton⁸⁷, que data de 1883, que o governo federal começou a recrutar empregados através de processos seletivos.

Chang começa a dissertar sobre a liberalização e a desregulamentação das relações trabalhistas afirmando que todo este processo – somado ao aumento da freqüência de crises econômicas – fez com que crescesse a preocupação em proporcionar, nos países em desenvolvimento, meios de sustento para as pessoas mais vulneráveis, ou seja, para os hiposuficientes. É preciso ressaltar que os padrões exigidos internacionalmente são baixos, porém, mesmo assim, os países em desenvolvimento estão sendo praticamente obrigados – pelo FMI e o Banco Mundial, por exemplo – a adotar algumas instituições mínimas de bem-estar social.

De fato, Chang não nega todos os benefícios que as instituições de bem-estar social podem trazer como, por exemplo, o crescimento da eficiência

⁸⁷ Em 1883, uma lei federal americana instituía a Comissão Norte-Americana de Serviço Civil. Esta lei, conhecida como **Lei Pendleton**, procurava acabar com o clientelismo e o empreguismo que existiam no serviço público. Para tanto, estabelecia que somente poderiam ser contratados candidatos que passassem por seleção mediante concurso, e somente poderiam haver promoções por mérito. Esses funcionários eram protegidos contra demissão motivada por perseguição política e, no intuito de evitar o aparelhamento, havia a proibição de que esses funcionários públicos prestassem serviços políticos ou fizessem doações a partidos e candidatos. O resultado dessas medidas foi simples: eliminou os apadrinhados e melhorou substancialmente a qualidade dos funcionários públicos.

e da produtividade, melhorias na qualidade da força de trabalho, redução de tensões sociais e aumento da legitimidade do sistema político, criando assim um ambiente mais estável para investimentos de longo prazo.

Porém, qualquer benefício esconde um custo, o qual precisa ser computado e medido. O autor consegue listar três fortes problemas desencadeados:

Primeiro, essas instituições têm efeito potencialmente corrosivo sobre a ética do trabalho e o senso de auto-estima dos que recebem os benefícios. Segundo, questões aparentemente técnicas podem determinar significativamente a eficiência e a legitimidade de tais instituições. Isso inclui avaliar se o benefício e a contribuição estão adequadamente fixados, se a administração do sistema é considerada justa e eficiente e se há um mecanismo efetivo para detectar fraudes no sistema. Terceiro, tentar criar mais impostos para financiar um programa de bem-estar social, num contexto em que a legitimidade política não está firmemente estabelecida, pode levar a “greves de investimento” por parte dos ricos – ou até mesmo ao apoio a um retrocesso violento, como no caso do Chile de Allende⁸⁸.

Seja qual for o resultado encontrado após pesar e ponderar os benefícios e seus respectivos custos, vale ressaltar que na maioria dos PADs essas instituições só apareceram num estágio de desenvolvimento bastante tardio. Em geral, o surgimento destas instituições foi estimulado pela crescente demonstração de força das classes populares, principalmente após significativa ampliação do sufrágio e de manifestações sindicais.

Já a controvérsia gerada pelo trabalho infantil – questão que tem levantado sérios debates desde os primórdios da industrialização – tem ganho uma maior dimensão internacional. Há grande polêmica devido as pressões feitas sobre os países em desenvolvimento para que estes eliminem o trabalho infantil, estipulando sanções comerciais, pela OMC, aos países que não cumprirem os padrões internacionalmente impostos. Tal medida pode ocultar

⁸⁸ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 175.

um protecionismo velado, por exemplo. Além disso, Chang deixa claro que questões como a regulamentação do trabalho infantil não devem, em hipótese alguma, ser objeto de sanção internacional. De fato, os PADs demoraram séculos para abolir completamente o trabalho infantil. Chang, então, questiona, por quais motivos, então, os países atualmente em desenvolvimento devem passar por essa transformação de forma brusca, de uma hora para outra. Percebe-se, no entanto, que o autor está longe de defender o trabalho infantil. A intenção de Chang é mostrar como todo o processo de criação das instituições é gradativo, conforme há o avanço social, e não impositivo – como os PADs desejam estabelecer.

Conclui-se que, no que tange a história do desenvolvimento institucional, percebe-se que, os PADs levaram anos para adotar as medidas que sugerem. Instituições, em geral, levam décadas para se desenvolver. Elas surgem conforme a necessidade dos países e não a partir de um pré-requisito imposto por influências externas. O progresso das instituições deve ser concomitante ao desenvolvimento do país, de forma lenta e gradual, a fim de que estas instituições, ao invés de se tornarem um peso – pois, em geral, elas representam um alto custo – ou um freio – pois, podem se tornar um verdadeiro obstáculo ao avanço científico, por exemplo –, sejam o que se realmente espera delas: ao mesmo tempo conseqüência do desenvolvimento e desencadeadoras de prosperidade.

2.4.5 A DEMOCRACIA E O DESENVOLVIMENTO

Chang analisa a democracia tanto como parte integrante do caminho que leva ao desenvolvimento – ou seja, pré-condição ao desenvolvimento – quanto como conseqüência deste. Como bem coloca o autor, quando foi instituído o sufrágio nos PADs, este ficou restrito a uma ínfima parte dos proprietários do sexo masculino – ou seja, foram levados em consideração critérios como raça, gênero, patrimônio, nível de instrução e idade. Chang ainda promove a seguinte ressalva:

Posto que a maioria dos PADs tivesse adotado o sufrágio universal masculino quando do fim da Primeira Guerra Mundial, dificilmente se poderia chamar esses países de democracias no sentido puramente formal da palavra, pois as mulheres e as minorias étnicas estavam excluídas. Não foi senão em 1946 que a maior parte dos PADs, (...), chegaram ao sufrágio universal⁸⁹.

Neste momento, Chang cita o exemplo francês, onde durante muitos anos – mais precisamente entre 1815 e 1847 – houve diversas limitações no que diz respeito ao voto, como por exemplo, a idade (restrito aos maiores de trinta anos) e a renda, chegando ao ponto de apenas aproximadamente 0,3% da população francesa (que neste momento chegava a 32 milhões de pessoas) comparecer às urnas. Apenas em 1848, a França instituiu o sufrágio universal masculino, mas, como se pode perceber, trata-se ainda de uma forma muito limitada de democracia, pois as mulheres continuavam excluídas. Aliás, na França, o voto feminino só foi aceito depois da Segunda Guerra Mundial, assim como em diversos países da Europa:

Posto que a maioria dos PADs tivesse adotado o sufrágio universal masculino quando do fim da Primeira Guerra Mundial, dificilmente se poderia chamar esses países de democracias no sentido puramente formal da palavra, pois as mulheres e as minorias étnicas estavam excluídas. (...) A Austrália e a Nova Zelândia foram os primeiros países a dar o direito de voto à mulher (respectivamente em 1903 e 1907), se bem que só em 1962 a Austrália o estendeu aos não-brancos. A Noruega concedeu-o às mulheres contribuintes ou casadas com contribuintes em 1907, conquanto o sufrágio universal só tenha sido instituído em 1913. (...) Em muitos outros países (por exemplo, Alemanha, Itália, Finlândia, França e Bélgica), só se outorgou o direito eleitoral às mulheres depois da Segunda Guerra Mundial. No caso da Suíça, o voto feminino só foi permitido quase cem anos depois da instituição do sufrágio universal (1971 e 1879)⁹⁰.

Países, que hoje brandem a bandeira democrática, há bem pouco tempo negavam o direito ao voto à grande parte de sua população. Os Estados Unidos, por exemplo, permitiu em 1970 que os homens negros votassem – pois a Quinta Emenda à Constituição proibiu os Estados de negarem esse direito a

⁸⁹ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 131.

⁹⁰ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 132.

quem quer que fosse “por conta da raça, da cor ou da condição servil”. No entanto, como ressalta Chang este direito não foi realmente cumprido:

Posteriormente, no entanto, os Estados do Sul voltaram a retirar-lhes o direito de voto entre 1890 (Mississippi) e 1908 (Geórgia). Não podendo tomar medidas abertamente racistas, adotaram métodos como os impostos eleitorais e as exigências de propriedade (que também prejudicavam alguns brancos pobres), assim como os testes de alfabetismo (aplicados com extrema indulgência aos brancos). Com isso, não mais do que um punhado de negros podia votar nos Estados Unidos sulistas. (...) Ademais, a ameaça de violência impedia grande parte dos poucos eleitores qualificados negros de se inscreverem e, dos que se inscreviam, de votar. Esse estado de coisas durou até o Voting Rights Act de 1965, sancionado depois do Movimento pelos Direitos Civis⁹¹.

Chang demonstra ainda que, quando os PADs estabeleceram a democracia na letra da lei, em geral, tratava-se de uma democracia que, como ele mesmo coloca, “era de péssima qualidade” – devido às suas inúmeras limitações, ou seja, o que era para ser universal acabava não o sendo:

Mesmo quando os PADs estabeleceram a democracia formal, esta geralmente era de péssima qualidade, como no caso de muitos países em desenvolvimento da atualidade. Já mencionamos o problema da ‘qualidade’ no tocante ao direito ao direito eleitoral conforme a raça, o gênero e o patrimônio⁹².

Além disso, Chang denuncia outros problemas existentes como, por exemplo, o voto secreto (“em primeiro lugar, o voto secreto não chegou a ser comum antes do século XX”⁹³), a compra de votos e a fraude eleitoral, como percebemos nestes trechos:

Segundo, também muito comuns eram a compra de votos e a fraude eleitoral. Por exemplo, o suborno, as ameaças e as promessas de emprego para os eleitores disseminaram-se nas

⁹¹ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 131.

⁹² CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 133.

⁹³ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 132.

eleições britânicas até o fim do século XIX. Com eleições tão caras, não era de admirar que os políticos eleitos fossem corruptos. No fim do século XIX, a corrupção legislativa no país, principalmente nas assembleias estaduais, agravou-se (...). A essa luz, o caminho da democracia, nos PADs, mostrou-se áspero e pedregoso. Foi à custa de décadas e décadas, de campanhas políticas (por exemplo, pelo sufrágio feminino e o negro) e de reformas eleitorais que esses países adquiriram até mesmo os penduricalhos mais elementares da democracia – o sufrágio universal e o voto secreto –, e, mesmo assim, sua prática foi conspurcada pela fraude eleitoral, pela compra de votos e pela violência⁹⁴.

Chang afirma que, em comparação com os PADs – em seus estágios iniciais – os países que atualmente atravessam o período de desenvolvimento, parecem estar na frente no quesito democracia. Deve-se ressaltar que, no entanto, muitos desses países tiveram retrocessos em seus processos rumo à implementação da democracia quando viveram seus regimes militares. No entanto, deve-se deixar claro que mesmo passando por supressão eleitoral, nenhum dos atuais países em desenvolvimento reintroduziu o direito seletivo – ou seja, usando como critérios fatores como patrimônio, gênero ou raça – fato comum nos PADs durante seus respectivos processos de desenvolvimento.

Dessa forma, podemos concluir que a idéia de sufrágio universal é muito mais aceita nos países em desenvolvimento de hoje do que à época em que os PADs encontravam-se em semelhante estágio.

Conclui-se, neste capítulo, que Chang dissecou algumas das principais estratégias utilizadas pelos PADs para chutar a escada dos países em desenvolvimento. Através da imposição da implementação de diversas instituições, como as apontadas acima, desenvolveu-se uma verdadeira “cartilha” a ser adotada – a qual os países desenvolvidos, durante a fase de desenvolvimento, não utilizaram – pelos países em desenvolvimento. Podemos afirmar, através de toda esta explanação de Chang, que alguns países hoje em desenvolvimento, estão à frente dos PADs – quando estes estavam crescendo. Isto porque divergências como a democracia, os direitos trabalhistas e o acesso a justiça já são hoje questões pacíficas em alguns subdesenvolvidos –

⁹⁴ CHANG, Ha-Joon. *op. cit.*, p. 134.

como o Brasil, por exemplo. Desta forma, é preciso deixar claro que a ênfase de Chang é demonstrar que essas instituições foram criadas gradativamente nos PADs. No entanto, é preciso lembrar que tais instituições são responsáveis por um desenvolvimento não quantitativo, mas qualitativo dos países em desenvolvimento.

Sendo assim, podemos concluir que existe uma estratégia dos PADs em desacelerar o crescimento – e o surgimento da concorrência no cenário global – dos países em desenvolvimento. Porém, é preciso fazer a ressalva de que, o foco dos países subdesenvolvidos não deve ser crescer a qualquer custo, mais sim, crescer com qualidade, ou seja, se desenvolver.

O próximo capítulo analisará o ponto de vista de Amartya Sen quanto a desenvolvimento e liberdade e infere variáveis qualificadoras de desenvolvimento econômico, a partir dos conceitos do autor.

3. AMARTYA SEN, A LIBERDADE E O DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é, a partir das idéias de Amartya Sen⁹⁵ – expostas no livro “Desenvolvimento Como Liberdade”⁹⁶ –, compreender suas perspectivas de liberdade e de desenvolvimento, entendendo também seus fundamentos de justiça e da importância da democracia.

3.1. UM MUNDO DE PARADOXOS

Um dos grandes autores contemporâneos, entre os que discutem a questão das disparidades socioeconômicas em países em desenvolvimento com características especiais – como aqueles que compõem o BRICs – é Amartya Kumar Sen. Em seu livro lançado em 2000, “Desenvolvimento como Liberdade”, Sen discute quais os reais problemas do mundo atual e as melhores formas para o exercício do desenvolvimento. De acordo com Sen, a ação individual é essencial para que o desenvolvimento ocorra. No entanto, o autor observa que, a ação individual é condicionada, ou seja, limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas. Nesse momento então, o autor conclui que existe uma complementaridade entre ação individual e agenciamentos sociais.

Para Sen, o mundo atual passa por um momento de abundância jamais vista, com governos democráticos e participativos, onde se discute os direitos humanos e também a liberdade política. Além disso, presencia-se uma elevação da expectativa de vida, assim como a dinamização dos meios de

⁹⁵ **Amartya Sen** é um economista indiano, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1998, que já lecionou em Oxford e Harvard. Além disso, é um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU).

⁹⁶ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade** / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

comunicação tem permitido uma maior interação entre as pessoas dos mais longínquos locais da Terra. No entanto, essa mesma realidade é composta por uma outra face, bastante cruel. Por maior que seja a abundância, ela existe para alguns e não para todos. A pobreza e a falta de condições mínimas de sobrevivência digna persistem lado a lado com a opulência. Da mesma forma, a fome e a desnutrição continuam a matar milhares de pessoas todos os anos. Deve-se observar ainda que, por mais debatidos que alguns temas políticos estejam, continuam existindo violações às liberdades políticas e às liberdades individuais. Um dos principais focos de violação da liberdade é a mulher, que continua a tendo seus interesses e suas atividades desvalorizadas. E o pior: trata-se de um mundo que ainda não parou para agir pelo futuro. As campanhas existentes, de acordo com Sen, não passam para a fase de execução, e há uma verdadeira ameaça à sustentabilidade da vida econômica e social.

Dentro desse contexto é que Sen discute os conceitos de liberdade e desenvolvimento, a fim de encontrar uma forma de explicar e mudar a realidade. Para o autor, desenvolvimento e liberdade são dois fatores que estão juntos e precisam um do outro para existir, como em uma simbiose. O desenvolvimento, para ele, teria como fim prioritário a expansão da liberdade, porém, ao mesmo tempo, a liberdade é o meio principal do desenvolvimento. Dessa forma, Sen aponta a liberdade como sendo o meio e o fim do desenvolvimento, ou seja, essencial para sua existência.

Além disso, o autor define desenvolvimento como sendo a remoção de vários tipos de restrições que fazem com que as pessoas tenham pouca escolha e ínfimas oportunidades para exercerem a sua ação racional. Sen afirma ainda que algumas liberdades têm um papel instrumental na promoção de liberdades de outras espécies. As liberdades econômica e política reforçam-se uma à outra. Da mesma forma, oportunidades sociais de educação e saúde complementam as oportunidades individuais de participação econômica e política, e estimulam as nossas iniciativas no sentido de superar privações.

Nota-se, conseqüentemente, que o economista deseja, a todo momento, reforçar a posição da liberdade como o principal objeto do desenvolvimento. Para ele, o alcance da análise política consiste em estabelecer um raciocínio

que torne este ponto de partida viável para a discussão do desenvolvimento. Por esse motivo, surge a necessidade de uma análise conjunta das atividades econômicas, sociais e políticas, principalmente da interação entre algumas liberdades instrumentais cruciais, das quais Sen destaca a oportunidade econômica, a liberdade política, as garantias de transparência e os serviços sociais.

Ao tentar se aprofundar na explicação da necessidade de unir os conceitos de liberdade e desenvolvimento, o autor esclarece que o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa dispõe. Algumas perspectivas bastante restritas de desenvolvimento – que atrelam desenvolvimento ao crescimento do produto nacional bruto, ao aumento das receitas pessoais, à industrialização, ao progresso tecnológico ou à modernização social – são colocadas de lado nesse momento.

Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta a ação para os fins que tornam o desenvolvimento algo importante, mais do que para os meios que desempenhem papéis de relevo. Devemos ressaltar sempre, porém, que a liberdade substantiva só existe quando cada pessoa tem condições efetivas de acesso a um conjunto de bens e serviços que garantam o exercício da liberdade formal.

Podem ser destacados em Sen dois motivos pelos quais a liberdade é essencial no processo de desenvolvimento. Primeiro, pela avaliação, pois a apreciação do progresso tem de ser feita em termos do alargamento das liberdades das pessoas. E em segundo, pela eficácia, pois o resultado depende da ação livre das pessoas. Porém, o que Sen realmente resalta é que toda e qualquer ação a ser realizada por uma pessoa é influenciada pelas oportunidades econômicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como a boa saúde, a educação básica, e o incentivo e estímulo às suas iniciativas.

Por mais radical que pareça, o autor prova que sua concepção de “desenvolvimento como liberdade” fica clara em alguns exemplos elementares. É freqüentemente questionado se certas liberdades políticas e sociais (como a liberdade de participação ou discordância políticas, ou as oportunidades de receber educação básica) são, ou não, “indutoras de desenvolvimento”. Esta

forma de colocar as questões se aproxima da compreensão capital de que estas liberdades são constituintes do desenvolvimento. Estas liberdades são eficazes como contribuições para o progresso econômico, mas essa justificativa das liberdades vem depois de e sobre o papel diretamente constitutivo destas liberdades para o desenvolvimento. De fato, o rendimento e a liberdade de viver bem e por muito tempo divergem, como destaca Sen:

Por exemplo, os cidadãos do Gabão, África do Sul, Namíbia ou Brasil podem ser muito mais ricos em termos de PNB per capita do que os do Sri Lanka, China ou do Estado de Kerala, na Índia, mas neste segundo grupo de países as pessoas têm expectativas de vida substancialmente mais elevadas do que no primeiro⁹⁷.

Freqüentemente, discute-se a condição dos afro-americanos nos EUA, pois, sendo relativamente pobres, são muito mais ricos do que os povos do terceiro mundo. No entanto, têm absolutamente menos hipóteses de alcançar uma idade avançada do que povos de muitas sociedades do terceiro mundo, como a China, o Sri Lanka, ou algumas partes da Índia.

A capacidade dos mecanismos de mercado para contribuir para um elevado crescimento econômico e para um progresso econômico global tem sido largamente, e corretamente, reconhecido na literatura contemporânea sobre o desenvolvimento. Mas esta liberdade não é apenas um meio. Como Adam Smith salientou, a liberdade de troca e transação é, em si mesma, parte e porção das liberdades básicas a que as pessoas, justificadamente, atribuem valor.

A não aceitação da liberdade de participar no mercado de trabalho como uma liberdade fundamental é uma das maneiras de conservar as pessoas em servidão e cativo, e a luta contra a exploração do trabalho forçado em muitos países do terceiro mundo é, hoje, importante por razões semelhantes às que tornaram imperiosa a guerra civil americana.

⁹⁷ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 20.

O elogio do capitalismo em Karl Marx e a caracterização que, em “O Capital”, faz da guerra civil americana, “aquele grande acontecimento da história contemporânea”, estão relacionados com a importância da liberdade de contrato de trabalho, em oposição à escravidão. A liberdade de participar nas trocas econômicas tem um lugar básico na vida social. A abordagem do “desenvolvimento como liberdade” proporciona uma perspectiva mais ampla e mais inclusiva dos mercados do que a que é freqüentemente invocada quando se defendem ou quando se tripudiam os mecanismos do mercado, como se percebe em:

(...) entre os desafios cruciais do desenvolvimento em muitos países atualmente inclui-se a necessidade de libertar os trabalhadores de um cativeiro implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto. De modo semelhante, a negação do acesso aos mercados de produtos freqüentemente está entre as privações enfrentadas por muitos pequenos agricultores e sofridos produtores sujeitos à organização e restrições tradicionais. A liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social⁹⁸.

A visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades concretas, ligadas umas nas outras permite a apreciação simultânea do papel vital de muitas instituições diferentes, incluindo mercados e organizações relacionadas, governos e autoridades locais, partidos políticos e instituições cívicas, sistemas educacionais, meios de comunicação, etc.

Tal abordagem permite-nos reconhecer o papel dos valores sociais e dos valores dominantes, que influenciam as liberdades de que as pessoas gozam e resguardam. Normas partilhadas influem nas realizações sociais, como a igualdade dos gêneros, a natureza dos cuidados infantis, o planejamento familiar e os modelos de procriação, ou o modo como se lida com o meio ambiente.

A corrupção e a confiabilidade nas relações econômicas, sociais e políticas são diretamente influenciados pelos valores vigentes numa

⁹⁸ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 22.

determinada sociedade. Por esse motivo, o exercício da liberdade perpassa a questão dos valores, da mesma forma que os valores também são afetados pela interação social e pelo debate público, ou seja, pelas liberdades de participação.

Sen destaca a existência de cinco espécies de liberdade, todas elas vistas sob uma perspectiva instrumental. Há liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e serviços sociais. De fato, na perspectiva do “desenvolvimento como liberdade”, destacada no livro, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e com os fins de plenitude da liberdade em geral.

Ao conceituar liberdade como sendo, concomitantemente, o fim e o meio principal para se alcançar o desenvolvimento, percebe-se o quanto as liberdades políticas, por exemplo, alavancam e colaboram na conquista da estabilidade e da segurança econômica. Da mesma forma, as oportunidades sociais, materializadas em uma educação ao alcance de todos e em uma saúde de qualidade, facilitam a participação na economia. De fato, os dispositivos econômicos, visíveis na oportunidade de participar do comércio e da produção, podem gerar riqueza individual e também recursos públicos e serviços sociais. Sendo assim, percebe-se que as liberdades, em suas diferentes espécies, fortalecem umas as outras:

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas as outras⁹⁹.

3.2. A PERSPECTIVA DE LIBERDADE

⁹⁹ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 26.

Uma perspectiva clara de liberdade, permite ver que os ganhos e a riqueza são meios genéricos de perseguir o tipo de vida que razoavelmente se valoriza. Nesse aspecto, é *sine qua non* reconhecer o papel central da riqueza na determinação das condições e da qualidade de vida como compreender a natureza específica e o que há por detrás dessa relação. O crescimento econômico não pode ser tratado como um fim em si mesmo. Ele deve sempre fazer referência à ascensão da vida que construímos e às liberdades de que usufruímos:

A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter. Mas essa relação não é exclusiva (...) nem uniforme (...). Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sen desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele¹⁰⁰.

Dessa forma, é fundamental pontuar as diversas formas de privação de liberdade. Sen afirma que a maioria da população mundial sofre de diversos tipos de privação, e que para muitos é recusada até a liberdade básica de sobreviver. Há a privação de alimentos, de uma nutrição adequada, de cuidados de saúde, de saneamento básico ou água potável, de uma educação eficaz, de um emprego rentável, de segurança econômica e social e de liberdades políticas e direitos civis.

Perante a todas essas privações sofridas por tantas pessoas ao redor do mundo, o autor deixa clara a importância da liberdade para uma possível solução desses problemas. Para Sen, o desenvolvimento econômico inclui a dimensão da segurança econômica, que está ligada aos direitos democráticos e às liberdades. O funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode ajudar a prevenir fomes e outras calamidades econômicas. Ele destaca um dado histórico de imensa relevância: na história do mundo, nunca houve uma epidemia de fome numa democracia efetiva, rica ou pobre.

¹⁰⁰ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 28.

A liberdade política e as liberdades civis são fundamentais em si mesmas e não precisam de ser indiretamente justificadas pelos seus efeitos na economia. Afinal, pessoas sem liberdade política ou direitos civis estão privadas de liberdades importantes para a construção das suas vidas e não participam de decisões cruciais referentes à vida pública.

A liberdade, como concebida por Sen, assume a perspectiva dos *processos* que proporcionam a liberdade de ação e de decisão e as *condições* reais das pessoas. A diferença entre o processo da liberdade e a condição da liberdade compreende uma diferença substancial, e ambas as perspectivas estão relacionadas com a consideração do desenvolvimento como liberdade.

Sen ressalta também a relação de “mão dupla” entre as capacidades exercidas pelas pessoas e as políticas públicas. Para o autor:

Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo¹⁰¹.

Existem duas razões pelas quais a liberdade é fundamental no conceito de desenvolvimento: a avaliação e a eficácia. De fato, o sucesso de uma sociedade deve ser avaliado pelas liberdades concretas de que gozam os seus membros. No entanto, esta perspectiva se difere das que se centram na utilidade, na liberdade de procedimentos ou ainda no rendimento real. Sendo assim, liberdade é não só a base da avaliação do sucesso e do fracasso, mas também a principal determinante da iniciativa individual e da eficácia social.

É preciso atentar, contudo, para os diferentes sistemas de avaliação. De fato, esta análise de Amartya é diferente da fixação “economicista” que foca no rendimento e na riqueza, da mesma forma que está longe tanto do foco “utilitarista” como também da preocupação “libertária”, com seus procedimentos em prol da liberdade. Contudo, Sen não nega a relação existente entre

¹⁰¹ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 32.

rendimentos escassos e a privação das potencialidades individuais. O autor reconhece que, de fato, baixo nível de renda pode ser a razão fundamental do analfabetismo, das péssimas condições de saúde de saúde, da fome e da subnutrição, assim como uma melhor educação e saúde ajudam a obter rendas mais elevadas.

O papel do rendimento e da riqueza tem de ser integrado numa descrição mais ampla e complexa do sucesso e da privação, como destaca Sen:

Se a nossa atenção for desviada de uma concentração exclusiva da privação de capacidade, poderemos entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base informacional diferente (envolvendo certas estatísticas que a perspectiva da renda tende a desconsiderar como ponto de referência para a análise de políticas). O papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências – tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação¹⁰².

Ao tratar exclusivamente sobre pobreza e desigualdade, Sen afirma que a mortalidade infantil, acentuada subnutrição, analfabetismo e outras carências, podem ser efeitos colaterais da privação das potencialidades elementares.

A relação entre renda e mortalidade é bastante discutida por Sen. O autor faz questão de comparar um grupo de afro-americanos que vive nos Estados Unidos com o de pessoas nascidas nas economias muito mais pobres da China, do estado indiano de Kerala, do Sri Lanka, da Jamaica ou da Costa Rica. O que se percebe é que a carência de grupos particulares nos países muito ricos pode ser comparada às do chamado terceiro mundo. Mesmo tendo renda per capita mais alta, o grupo de afro-americanos tem menor chance de chegar a idades avançadas. Os contrastes entre rendimentos e longevidade são função de dispositivos sociais e relações comunitárias como a assistência

¹⁰² SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 35.

médica, cuidados de saúde pública, educação escolar, lei e ordem, níveis de violência, etc.

Além da liberdade de sobreviver driblando a feroz mortalidade, há outras liberdades. Deve-se observar, contudo, que a abrangência extensiva de liberdades é vista, por vezes, como um problema para a obtenção de uma abordagem operativa do desenvolvimento centrado na liberdade. Porém, é necessário atentar para a grande tendência em se deslocar o foco da liberdade para a utilidade. Porém, há um preço a ser pago por esse deslocamento: o menosprezo do valor da própria liberdade em si¹⁰³.

Por existirem diversas espécies de liberdades, torna-se necessário pesos diferentes, ou seja, valores específicos para cada um dos tipos de liberdades. A valorização explícita é criticada, mas apresenta a vantagem de ser aberta à crítica e a opinião pública. Um dos argumentos mais poderosos a favor da liberdade política reside no fato de dar aos cidadãos a oportunidade de discutir e debater valores para eleger as prioridades.

Sen destaca também que a questão da participação é fundamental para alguns dos problemas emergentes que têm enfraquecido a força e o alcance da teoria do desenvolvimento. Se um modo de vida tradicional tiver de ser sacrificado para escapar a uma pobreza esmagadora ou a uma esperança de vida mínima, é o povo que será diretamente afetado por essa questão que deve ter a oportunidade de participar e se pronunciar quanto a decisão do caminho a ser tomado.

O conflito real se dá entre uma vertente que prega a inclusão-participativa e uma outra que, contrário senso, insiste que o que já foi estabelecido deve permanecer. Ou seja, de um lado, há o valor básico, segundo o qual deve ser permitido às pessoas decidir livremente que tradições desejam, ou não, seguir. Do outro lado, insiste-se na idéia de que as tradições estabelecidas devem ser acatadas e, dessa forma, que as pessoas devem obedecer às decisões das autoridades, religiosas ou laicas, que tutelam as tradições, sejam essas reais ou imaginários.

Acreditar que a escolha depende da participação de cada um, ou seja, no primeiro preceito é fortificar a idéia da liberdade humana que, uma vez

¹⁰³ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 39.

aceita, tem grandes conseqüências sobre o que pode ou não ser feito em nome da tradição. A liberdade de todos para participarem na decisão relativa às tradições a respeitar não pode ser normalizada pelos “guardiões” nacionais ou locais. Nesse momento, esbarra-se na força das autoridades religiosas, dos ditadores, e de outros “poderosos” que teimam em querer decidir sozinhos o que todos deveriam escolher juntos. O rumo a tomar, em qualquer conflito estabelecido entre a preservação da tradição e as vantagens da modernidade, requer uma resolução participativa. Uma vez que a participação requer conhecimento educacional e instrução básica, negar a oportunidade de escolarização a algum grupo é negar a ele condições elementares da liberdade participativa e Sen deixa isso claro quando afirma que:

(...) como a participação requer conhecimentos e um grau de instrução básico, negar a oportunidade da educação escolar a qualquer grupo – por exemplo, às meninas – é imediatamente contrário às condições fundamentais da liberdade participativa. Embora esses direitos tenham sido muitas vezes contestados (um dos ataques mais violentos vem sendo desferido pelos líderes do Talibã no Afeganistão), não se pode escapar desse requisito elementar em uma perspectiva orientada para a liberdade¹⁰⁴.

Sendo assim, torna-se imprescindível se estabelecer um pensamento no sentido de remover as privações possibilitando o desenvolvimento, que prescinde das liberdades concretas para existir de forma sustentável. Não significa dizer, porém, que há um único critério de desenvolvimento. Trata-se de um conceito que traz bastante heterogeneidade em seus componentes. No entanto, o que Sen salienta em todo o seu texto é a participação essencial das liberdades no processo de desenvolvimento.

3.3. DESENVOLVIMENTO: MEIOS E FINS

¹⁰⁴ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 48.

No livro “Desenvolvimento como Liberdade”, Amartya faz uma abordagem do desenvolvimento, de uma perspectiva “amigável”. Para ele, a naturalidade do processo de desenvolvimento tem como base trocas mutuamente benéficas, liberdades políticas e desenvolvimento social. De acordo com o autor, trata-se, principalmente, de “uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”¹⁰⁵.

Essa visão se diferencia bastante de outra que ele apresenta, a qual tende a entender o desenvolvimento como um processo “violento”, podendo ser traduzido como “doa a quem doer”, onde cabe apenas muito “rigor e disciplina”.

Posicionando-se na corrente alternativa e amigável, Sen concebe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais experimentadas por cidadãos participativos e atuantes. Sendo assim, aumentar a liberdade é, ao mesmo tempo, fim primordial e o principal meio do desenvolvimento.

Dessa forma, é possível dividir e denominar como sendo dois os papéis da liberdade no desenvolvimento: o “papel constitutivo” e o “papel instrumental”. O papel constitutivo diz respeito à importância das liberdades concretas para o enriquecimento da vida humana. As liberdades concretas dizem respeito às questões basilares, como o combate à fome e à desnutrição, ao combate às doenças, à diminuição da mortalidade infantil, à luta contra o analfabetismo, à ampliação da participação política, à consolidação da liberdade de expressão, etc.

Sen destaca que, em algumas concepções de desenvolvimento, principalmente as mais quantitativas, questiona-se se a participação política é ou não “indutora de desenvolvimento”, ou seja, se a ampliação dos direitos políticos da sociedade implica em alguma resposta positiva na esfera econômica. Porém, de acordo com a perspectiva do desenvolvimento como liberdade, essa indagação carece de procedência, uma vez que a participação e a oposição políticas são partes constitutivas do próprio desenvolvimento. A questão ponderava apenas o papel instrumental dessas liberdades, não considerando o papel constitutivo.

¹⁰⁵ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 52.

Já o papel instrumental da liberdade se refere à forma como os diversos tipos de direitos, oportunidades e habilitações colaboram para o aumento da liberdade humana em geral, gerando com isso o desenvolvimento. Afinal, um tipo de liberdade pode alavancar os outros tipos de liberdade, fortalecendo um ao outro, mutuamente.

Podemos destacar cinco importantes tipos de liberdades instrumentais. São elas as liberdades políticas, as facilidades econômicas, oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. Estas liberdades reforçam-se reciprocamente e Sen tece uma observação cautelosa quanto à relação existente entre elas:

Essas liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, mas também têm o efeito de complementar umas às outras. Embora a análise do desenvolvimento deva, por um lado, ocupar-se dos objetivos e anseios que tornam essas liberdades instrumentais consequencialmente importantes, deve ainda levar em conta os encadeamentos empíricos que vinculam os tipos distintos de liberdade um ao outro, reforçado sua importância conjunta. (...) O argumento de que a liberdade não é apenas o objetivo primordial do desenvolvimento, mas também seu próprio meio, relaciona-se particularmente a esses encadeamentos¹⁰⁶.

As *liberdades políticas* referem-se às possibilidades que as pessoas têm de decidir quem e segundo quais princípios devem ser governadas, e isso inclui a possibilidade de vigiar, criticar e destituir as autoridades, gozando assim da liberdade de expressão política e de uma imprensa sem censura prévia, podendo escolher entre diferentes partidos políticos, etc.

As *facilidades econômicas* respeitam as oportunidades de que os indivíduos dispõem para utilizar os recursos econômicos para consumo, produção ou troca. Na relação entre rendimento e riqueza, por um lado, e capacidades econômicas dos indivíduos, por outro, as preocupações distributivas também são importantes.

¹⁰⁶ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 55.

As *oportunidades sociais* estão relacionadas aos dispositivos que as sociedades criam em favor da educação, dos cuidados com a saúde, etc. Esses dispositivos têm influência na liberdade concreta que os indivíduos têm de viver melhor. O analfabetismo pode ser uma grande barreira à participação nas atividades econômicas ou até mesmo à participação política.

A sociedade funciona com base numa presunção básica de confiança. As *garantias de transparência* dizem respeito à necessidade de abertura e visibilidade que os atos governamentais estão submetidos e que os eleitores pessoas podem esperar. Estas têm um papel evidente na prevenção da corrupção, da irresponsabilidade financeira e nas transações ilícitas.

Há ainda a necessidade da existência da segurança protetora (adaptando para a realidade nacional, podemos denomina-la de *Previdência Social*) para proteger as pessoas da miséria. Essa liberdade inclui dispositivos como subsídio de desemprego ou bancos alimentares. Sen destaca:

A esfera da *segurança protetora* inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas *ad hoc*, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados¹⁰⁷.

Após descrever as liberdades, é importante ressaltar que elas reforçam as capacidades das pessoas, mas também se completam umas às outras, trazendo-se mutuamente um reforço suplementar.

Seguindo esse raciocínio, temos que o crescimento econômico além de aumentar os rendimentos privados, faz com que haja também o aumento dos serviços sociais. Da mesma forma, as questões sociais basilares, como a educação pública ou os serviços de saúde cooperam para o desenvolvimento econômico.

¹⁰⁷ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 57.

Muito relevante é a comparação que Sen estabelece, levando em conta a China e a Índia. Ambos os países buscam, de alguma forma, deixar suas economias mais abertas, internacionalizadas e voltadas para o mercado. No entanto, Sen aponta para uma questão curiosa: os resultados ocorridos na China não foram os mesmos na Índia. O autor explica que a China estava muito mais preparada em termos de educação elementar e também no que diz respeito à infra-estrutura de saúde, como destaca nesse trecho:

Um fator importante desse contraste reside no fato de, do ponto de vista do preparo social, a China estar muito adiante da Índia na capacidade de fazer uso da economia de mercado. Embora a China pré-reforma se mostrasse profundamente cética com respeito aos mercados, não houve ceticismo em relação à educação básica e ao fornecimento amplo de serviços de saúde.¹⁰⁸

Quando a China mercantilizou sua economia em 1979, possuía um povo com alto índice de alfabetismo. Já a Índia, em 1991, quando se abriu ao mercado, tinha ainda uma população semi-analfabeta e, de acordo com Sen, até hoje essa situação não mudou expressivamente. Por esse motivo, a comparação em termos das condições de educação favorece a China. Da mesma forma, no setor de saúde, como coloca Sen no trecho a seguir:

As condições de saúde na China também eram muito melhores do que as encontradas na Índia devido ao compromisso social do regime pré-reforma tanto com os serviços de saúde quanto com os de educação. Singularmente, esse compromisso, embora sem nenhuma relação com seu papel propício no crescimento econômico orientado para o mercado, criou oportunidades sociais às quais foi possível das um aproveitamento dinâmico depois de o país adotar a orientação para o mercado. O atraso social da Índia, com sua concentração elitista na educação superior, sua vasta negligência com relação à educação elementar e o descaso substancial para com os

¹⁰⁸ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 59.

serviços básicos de saúde, deixou o país despreparado para uma expansão econômica amplamente compartilhada.”¹⁰⁹

No entanto, o autor não esquece de ressaltar que a China sofre de séria limitação em termos de liberdades democráticas. Essa questão de direito torna-se muito relevante quando leva-se em conta que a China sofreu a fome coletiva que quase certamente foi a maior de toda a história, contabilizando 30 milhões de pessoas mortas na fome que sucedeu o malogro do Grande Salto Adiante (1958-1961). Quando comparada à Índia nesse aspecto, a China chega em certa desvantagem, uma vez que desde 1947, quando de sua independência, a Índia não passa por fomes coletivas.

Sen destaca ainda que o impacto dos dispositivos sociais na liberdade de prolongar a existência pode ser muito forte e ser influenciado por relações instrumentais muito diversas. Nota-se que a esperança de vida tem uma ligação direta e positiva com o custo de vida, mas esta correlação é oriunda do impacto do produto nacional bruto sobre os rendimentos dos pobres e sobre a despesa pública, principalmente no que tange os investimentos na saúde.

Por esse motivo, o autor faz uma comparação bastante interessante entre o caso brasileiro e o de alguns países da Ásia. Para o autor, no Leste e Sudeste Asiático, a ampla participação econômica foi muito mais fácil de se obter, uma vez que, historicamente, tratava-se de países que davam ênfase na educação elementar, na assistência à saúde e na reforma agrária. Diferentemente, no Brasil, na Índia e no Paquistão, a criação de oportunidades sociais tem sido muito mais lenta, atravancando um pleno desenvolvimento econômico:

A expansão de oportunidades sociais serviu para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, criando também circunstâncias favoráveis para a redução das taxas de mortalidade e para o aumento da expectativa de vida. O contraste é nítido com outros países de crescimento elevado – como o Brasil – que apresentam um crescimento de PNB *per capita* quase comparável, mas também têm uma longa história de grave desigualdade social, desemprego e descaso com o serviço público de saúde. As realizações dessas outras

¹⁰⁹ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 60.

economias de crescimento elevado no que diz respeito à longevidade têm aparecido com lentidão bem maior¹¹⁰.

Conclui-se que, conseguir aumentar a liberdade humana é, ao mesmo tempo, o fim e o meio do desenvolvimento. Isso acontece, pois, as potencialidades individuais dependem fundamentalmente dos dispositivos econômicos, sociais e políticos. Devem ser considerados os papéis instrumentais dos diferentes tipos de liberdade, e as suas inter-relações. Mais uma vez, Sen esclarece:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação do seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção¹¹¹.

3.4. OS FUNDAMENTOS DA JUSTIÇA

Sen faz um rico panorama sobre as bases informacionais e os juízos avaliatórios, e a respectiva relação com algumas teorias tradicionais de ética e justiça social.

Porém, o que merece real destaque para o tema em pauta é a reflexão, realizada ao final do capítulo três do livro, em que o autor aborda as diversas concepções possíveis sobre as necessidades básicas para a vida. Ou seja, Sen analisa as rendas e as mercadorias que são usadas para o bem-estar e as diferenças que podem existir entre as rendas reais as vantagens extraídas das mesmas. O autor deseja incluir critérios como a *heterogeneidade das pessoas* (como todos são diferentes, consomem e aproveitam seus bens de forma

¹¹⁰ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 62.

¹¹¹ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 71.

variada), a *diversidade ambiental* (o próprio local em que as pessoas vivem influencia no consumo), as *variações no clima social* (os serviços públicos oferecidos pelo Estado, a existência de violência e de poluição, enfim, a condição social também influi na relação entre rendas e vantagens obtidas), as diferenças de *perspectivas relativas* (de forma comparativa, a diferença do padrão de vida entre as pessoas que vivem numa mesma localidade, também influem nessa relação) e as *distribuições na família* (como a família é uma unidade básica em relação às rendas, do ponto de vista do uso, ela está ligada aos diferentes níveis de benefícios auferidos das mercadorias)¹¹².

O que o autor pretende provar com tal subdivisão é que a opulência – no sentido de renda elevada, riqueza – é um indicador bastante bitolado para avaliar bem-estar e qualidade de vida. Além disso, quer mostrar também que existem outras formas de se realizar essa avaliação.

Porém, outras ressalvas devem ser feitas quando se estuda a pobreza. Deve-se, por exemplo, procurar informações sobre a distribuição de rendimentos, especialmente os baixos rendimentos reais. É nesse momento que Sen cita a análise clássica de John Rawls¹¹³ sobre os “bens primários¹¹⁴”, a qual proporciona um quadro mais vasto dos recursos de que as pessoas necessitam, sejam quais forem as suas finalidades. Os bens primários são meios para fins genéricos e abrangem “direitos, liberdades e oportunidades, rendimento e riqueza e a base social do auto-respeito”. Se alguém, tendo o mesmo conjunto de bens primários, acaba por ser menos feliz que um outro, não há que misturar a injustiça com esta diferença de utilidade. Para Rawls, uma pessoa tem de assumir a responsabilidade pelas suas preferências.

Logo após discutir a importância que cada bem teria na vida de pessoas distintas, dependendo do valor que esta deposita no bem, Sen começa a dissertar sobre a liberdade concreta de cada um de realizar combinações

¹¹² SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 90 – 91.

¹¹³ John Rawls (21 de Fevereiro de 1921 - 24 de Novembro de 2002) foi um professor de Filosofia Política na Universidade de Harvard, autor de ‘Uma Teoria da Justiça’ (*A Theory of Justice*, 1971), ‘Liberalismo Político’ (*Political Liberalism*, 1993), e ‘O Direito dos Povos’ (*The Law of Peoples* 1999).

¹¹⁴ **Bens primários** são aquilo que as pessoas livres e iguais precisam como cidadãos, pois a justiça como equidade elabora um sistema equitativo de cooperação social, tendo, como consequência, a existência de bens primários equitativos para que cidadãos livres e iguais possam desenvolver uma vida com dignidade.

alternativas de funcionamento¹¹⁵, ou seja, é o que se pode chamar, mais coloquialmente de “levar diferentes estilos de vida”. Depois de apresentar o funcionamento, o autor traz o termo “potencialidade”. A “potencialidade” de uma pessoa respeita às diferentes combinações de funcionamentos cuja realização está ao seu alcance. É, também, a liberdade concreta de levar seu próprio estilo de vida. Dessa forma, cada funcionamento seria um vetor, e o tamanho deste representaria a quantidade desse funcionamento. Surge, então, o “leque de capacidades” que seriam os vetores de funcionamento alternativos entre os quais a pessoa teria a possibilidade de escolher, caracterizando a liberdade. Sendo assim, os funcionamentos efetuados informam sobre as realizações, enquanto o leque de capacidades informa sobre as coisas que uma pessoa é, de fato, livre para realizar.

A partir desses conceitos, entendemos que, para se estabelecer uma comparação interpessoal com base nesses dados, requer-se a inclusão de alguns itens heterogêneos, pois a perspectiva da liberdade é pluralista. Vale dizer, inicialmente, que há funcionamentos mais importantes que outros. Em segundo lugar, é importante a realização de uma ponderação, no que diz respeito a importância das liberdades concretas, representadas aqui pelo leque de capacidades, contrastando-a com as realizações efetivas. Além disso, há ainda a questão de se saber que ponderação deve ser atribuída às capacidades em comparação com as outras considerações significativas. Dessa forma, fica bastante complexo estabelecer como serão escolhidos esses valores, pois a escala de valores é uma questão de valoração e de juízo racional, não de qualquer tecnologia impessoal.

Ao final do capítulo três, Sen reafirma que não há uma via real para a avaliação de políticas econômicas ou sociais. O estudo procurou debater diferentes vias de utilização da perspectiva baseada na liberdade:

¹¹⁵ O conceito de “**funcionamento**”, com as suas raízes claramente aristotélicas, reflete as várias coisas cujo exercício ou posse uma pessoa pode valorizar. Os funcionamentos variam desde os elementares, como alimentar-se convenientemente e estar ao abrigo das doenças evitáveis, até atividades muito complexas ou a condições pessoais, como tomar parte na vida social e ter auto-estima.

Procuramos demonstrar aqui que as prioridades que são aceitas, muitas vezes implicitamente, nas diferentes abordagens da ética, economia do bem-estar e filosofia política, podem ser evidenciadas e analisadas identificando-se as informações que servem de base para os juízos avaliatórios nas respectivas abordagens. (...) procurou particularmente mostrar como funcionam essas 'bases informacionais' e como diferentes sistemas éticos e avaliatórios empregam bases informacionais muito diversas. (...) Em conformidade com a idéia de que não existem estradas régias para a avaliação, revelou-se que há méritos distintos em cada uma dessas estratégias bem estabelecidas, mas que cada uma também sofre limitações significativas¹¹⁶.

No quarto capítulo, tem-se a análise sobre o subdesenvolvimento – entendido como carência de liberdades – e o desenvolvimento – visto como um processo de remoção de carências da liberdade e expansão de vários tipos de liberdades concretas. Sen afirma que a pobreza pode ser vista de uma forma diferente da que se costuma, uma vez que ela configura uma privação de capacidade e não apenas um baixo nível de renda, conforme se percebe em:

(...) a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa¹¹⁷.

Sen entende a renda baixa como uma questão instrumental. Ela seria, na verdade, mais um dos muitos fatores que restringem a capacidade do indivíduo. O autor cita, por exemplo, a idade da pessoa, a localização onde esta mora, a violência a que ela está exposta, as condições precárias de saúde, entre outras, como fatores que também colaboram para a diminuição

¹¹⁶ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 106.

¹¹⁷ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 109.

das liberdades. Desta forma, perceber a pobreza como instrumental da liberdade e não apenas como baixo nível de renda, para Sen, é fundamental:

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins¹¹⁸.

Sen aproveita o tema e fala também da abordagem que os economistas fazem no que diz respeito à desigualdade. O autor afirma de que não há dúvidas de que o tema é amplamente abordado pelos economistas. Porém, para Sen, o problema está em o foco ser restrito, pois os economistas tendem a falar univocamente sobre a desigualdade de renda, o que gera conseqüências negativas, como coloca em:

Essa limitação tem o efeito de contribuir para que se negligenciem outros modos de ver a desigualdade e a equidade, modos que influenciam de maneira muito mais abrangente a elaboração das políticas econômicas. Os debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas à outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social. Lamentavelmente, a identificação de desigualdade econômica com desigualdade de renda é muito comum em economia, e as duas muitas vezes são efetivamente consideradas a mesma coisa¹¹⁹.

O autor confere grande importância à distinção entre desigualdade de renda e desigualdade econômica, pois para ele, pois muitas das críticas ao igualitarismo econômico – como um valor ou objetivo – aplicam-se muito mais

¹¹⁸ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 112 (grifos do autor).

¹¹⁹ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 132.

facilmente ao limitado conceito de desigualdade de renda do que às concepções mais amplas de desigualdade econômica. Sen, então, exemplifica:

Por exemplo, dar uma fatia maior de renda a uma pessoa que tem mais necessidades – digamos, devido a uma incapacidade – pode ser visto como contrário ao princípio de igualar as *rendas*, mas isso não contesta os preceitos mais amplos da igualdade econômica, uma vez que a maior necessidade de recursos econômicos devido à incapacidade deve ser levada em conta ao julgarem-se os requisitos da igualdade econômica¹²⁰.

Vale lembrar também que Sen faz referência – assim como Chang – à importância das instituições para as liberdades. Como bem destaca, “nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existem e do modo como elas funcionam”¹²¹. O autor afirma também que as instituições devem ser entendidas conjuntamente, pois é a interação dessas instituições que pode ou não gerar uma maior liberdade. Sen critica aqueles que abordam instituições isoladamente, tratando, por exemplo, apenas do mercado, ou somente do sistema democrático ou da mídia. Pois, para o autor, é a combinação das instituições, ou seja, na perspectiva integrada “que as instituições podem ser avaliadas e examinadas racionalmente”¹²².

Neste capítulo, abordou-se a perspectiva de liberdade de Amartya Sen, objetivando entender, de forma mais profunda, a ligação desse conceito com a idéia de desenvolvimento. Comecei tomando como base o entendimento do autor no que diz respeito à liberdade e à capacidade, para então compreender a sua diferente definição de desenvolvimento – a qual mostra, a partir de um ângulo diverso, um tema discutido desde o primeiro capítulo do presente trabalho. Em seguida, procurei sistematizar o conceito de justiça desenvolvido por Sen, além de abordar também questões bastante discutidas pelo autor como a pobreza, a desigualdade e as instituições.

¹²⁰ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 132 (grifos do autor).

¹²¹ SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 168.

¹²² SEN, Amartya Kumar. *op. cit.*, p. 169.

4. FUNDAMENTOS PARA UM INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE PARA OS BRICS

O objetivo deste capítulo é, a partir das análises teóricas desenvolvidas nos capítulos anteriores, abordar criticamente alguns dos indicadores de desenvolvimento mais utilizados e difundidos, suas utilidades, aplicabilidades, particularidades e limitações.

Na primeira parte, abordarei o Produto Interno Bruto, sua história, suas características e suas restrições. Já na segunda parte, farei a análise de diversos indicadores, a partir da perspectiva dos autores tratados neste trabalho. Primeiramente, abordarei os indicadores que estão alinhados a temas ligados a sustentabilidade, correlacionados à perspectiva de desenvolvimento de Furtado. Num segundo momento, tratarei de indicadores que mensurarão questões abordadas por Chang, no segundo capítulo. E, por fim, tecerei comentários sobre os indicadores que fazem referência aos assuntos discutidos por Sen, e relatados no terceiro capítulo. Por último, tratarei dos indicadores que visam uma compreensão mais completa do desenvolvimento e, em seguida, sugerirei um indicador alternativo, que incorpore os preceitos fundamentais de sustentabilidade ambiental, instituições em favor do desenvolvimento e liberdades democráticas.

O propósito deste trabalho não é o de esgotar a discussão acerca dos indicadores de desenvolvimento, muito menos o de sugerir o indicador perfeito. Deseja-se pesquisar dentre os indicadores existentes aqueles que realmente buscam entender a realidade de forma mais sensível e mais profunda. O indicador aqui proposto nasce como fruto do presente trabalho, ou seja, trata-se de um indicador que nascerá desta confluência de idéias, dessa comunhão de informações colhidas através da pesquisa.

Diversas são as tentativas de elaborar um indicador capaz de captar a realidade, de forma a espelhar o que de fato acontece. Na minha perspectiva deveria ser este dotado de sensibilidade, de forma a que conseguisse captar as nuances da democracia, os pilares das instituições de desenvolvimento e o grau de liberdade e democracia de uma sociedade. Mas como fazer isso?

4.1 MUITO ALÉM DO PIB

Em primeiro lugar, analisaremos o PIB, Produto Interno Bruto (a Tabela 05 mostra o PIB para os BRICs nos últimos sete anos), indicador muito simples e eficiente. Utilizando a definição divulgada pelo IBGE, o PIB consiste em “um indicador que mede a produção de um país. Ele permite examinar o desempenho da economia do país com detalhes. O PIB leva em conta três grupos principais: a agropecuária, a indústria e os serviços”¹²³.

O PIB é utilizado como um indicador base para diversas teorias e constatações científicas e, no meu entender, de forma muito limitada, como se depreende da análise dos autores estudados. E é exatamente isto que se quer pôr em pauta, pois trata-se de um indicador limitado.

O PIB, como já foi dito, é um indicador raso e direto. Não foi criado para medir o progresso, nem o bem estar, nem a qualidade de vida. Criado na década de 1930, por Simon Kuznets¹²⁴, continua sendo um indicador importante do desenvolvimento econômico de um país. Como já foi dito, o PIB visa medir o crescimento econômico. Obviamente, é possível entender o crescimento econômico como meio para se obter estes outros fins. Como se viu, o desenvolvimento econômico, por outro lado, não garante que esses fins sejam alcançados. Ele é apenas um dos ingredientes, mas nem sempre tem impactos no bem comum. De fato, na atmosfera em que foi criado – entre as Grandes Guerras Mundiais – sua concepção continha bastante relevância: medir a produção de mercadorias e capital fixo, permitindo, desta forma, a comparação entre as produtividades nacionais.

Muitos são os questionamentos que podem ser suscitados com base na superficialidade do PIB, como por exemplo, as críticas feitas por Hazel Henderson¹²⁵:

¹²³ IBGE - Vocabulário. [online] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/7a12/voce_sabia/vocabulario/vocabulario.php?id_vocabulario=92>.

Acesso em: 15 de outubro de 2009.

¹²⁴ **Simon Smith Kuznets** foi um economista russo naturalizado americano que, na década de 1930, criou o Produto Interno Bruto – PIB – o que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia.

¹²⁵ **Hazel Henderson** é autora de várias obras, entre as quais *Building a Win-Win World – “Construindo um mundo em que todos ganhem”*. Foi uma das criadoras dos Indicadores Calvert-Henderon de Qualidade de Vida. Integrou o Comitê Organizador da conferência “Além do PIB” - *Beyond GDP* -, do Parlamento Europeu.

Cresce em todo o mundo a crítica a um cálculo que equipara o "desenvolvimento" ao valor monetário das mercadorias produzidas. E se dinheiro não for sinônimo de bem-estar? E se tiverem importância fatores ignorados pelo índice, como preservação da natureza, educação e busca da igualdade?¹²⁶

Nesta consideração de Henderson, percebe-se a preocupação com o uso do PIB como indicador base para qualquer perspectiva. Henderson deixa claro que o desenvolvimento não pode ser visto por uma perspectiva reducionista, pois é muito mais do que o valor somado dos produtos e serviços produzidos. Segundo a autora, desenvolvimento diz respeito aos cidadãos de um país, à qualidade de vida deles, ao Estado a que são submetidos, à legislação que os rege e à sustentabilidade das suas futuras gerações.

Pode-se afirmar então que o PIB "erra" quando não monitora, por exemplo, a dilapidação do planeta e quando não leva em conta as condições de vida da população. Levando em consideração um maior número de variáveis, para mensurar o bem-estar dos povos, será possível realmente ter noção da verdadeira dimensão do progresso, criando assim novos critérios de decisão para a sociedade sustentável.

O PIB vem sendo questionado e debatido cada vez mais. Foi assim em Palermo, no Fórum "Estatísticas, Conhecimento e Políticas", em novembro de 2004; em Milão, no Fórum "Medindo Bem-Estar e Progresso das Sociedades", em junho de 2006; em Istambul no Fórum "Medindo e Fomentando o Progresso das Sociedades", em junho de 2007, na OCDE; e em Bruxelas, na Conferência da União Européia "Além do PIB: Medindo Progresso, Verdadeira Riqueza e o Bem-Estar", em novembro de 2007. Inclusive, este último rendeu um grande movimento, o *Beyond GDP* (que pode ser traduzido como "Além do PIB"). Trata-se de uma iniciativa da Comissão Européia¹²⁷, do Parlamento Europeu,

¹²⁶ HENDERSON, Hazel. *PIB: Um Indicador Anacrônico*. Le Monde diplomatique, Rio de Janeiro, dez. 2007. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2007-12_a2026> Acesso em: 01 set. 2009.

¹²⁷ **Comissão Européia** é a instituição politicamente independente que representa e defende os interesses da União Européia (UE) na sua globalidade, propõe a legislação, política e programas de ação e é responsável por aplicar as decisões do Parlamento Europeu (PE) e o Conselho da União Européia (CUE). A Comissão Européia materializa e defende o interesse geral da Comunidade Européia. O presidente e os membros da Comissão são nomeados pelo Conselho da União Européia, por maioria qualificada, após aprovação pelo Parlamento Europeu.

do Clube de Roma¹²⁸, da OECD¹²⁹ e do WWF¹³⁰. O movimento visa encontrar instrumentos mais eficientes para medir o progresso, a riqueza e o nível de bem-estar. Deseja-se uma forma de mensuração que conte não apenas questões econômicas, mas que computem também uma perspectiva social e ambiental, abrangendo assuntos como saúde, mudanças climáticas, pobreza e diminuição dos recursos naturais.

Vale ressaltar que as recentes conferências internacionais citadas acima ajudaram a esclarecer quais índices eram mais adequados para medir o progresso e como poderiam ser integrados ao processo de tomada de decisão e retomados pelo debate público. Estas conferências sempre reuniram especialistas de alto nível e políticos influentes para resolver essas questões críticas. Mais de 500 pessoas, das esferas econômica, social e ambiental, compareceram. Numerosas propostas foram desenvolvidas. A rede ambientalista WWF, por exemplo, propõem, em geral, planos de ação mundial conjunta para garantir que o mundo evite um colapso e assegure um futuro com água para todos. A WWF está preocupada com o ecossistemas de áreas úmidas e também com os acordos entre os governos e as agências financiadoras para a implementação de práticas que respeitem o meio ambiente.

Porém cabe aqui uma análise crítica. Apesar de todas essas iniciativas, nenhuma medida pessoal e nenhum conjunto de indicadores goza de amplo reconhecimento dentro do contexto do debate político e para o público em geral. Talvez devido à existência de divergências no que diz respeito aos fundamentos conceituais, ou pela falta da simplicidade analítica que havia assegurado o sucesso do PIB.

¹²⁸ **Clube de Roma** é um grupo, constituído em 1968, composto por cientistas, industriais e políticos, que tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais.

¹²⁹ **OECD** (Organisation for Economic Co-operation and Development) ou **OCDE** (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é uma organização internacional dos países comprometidos com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. A sede da organização fica em Paris, na França.

¹³⁰ **WWF** é uma das mais conhecidas ONGs ambientalistas do planeta, tendo iniciado suas atividades em 1961, por iniciativa de um grupo de cientistas da Suíça preocupados com a devastação da natureza. A sigla WWF eram as iniciais de "World Wildlife Fund".

Na próxima seção, introduziremos alguns indicadores cujas qualidades nos parecem poder ajudar a mensurar a realidade de forma mais eficiente do que o PIB.

4.2) INDICADORES ALTERNATIVOS AO PIB

Primeiramente, abordarei indicadores que estão alinhados a temas desenvolvidos no primeiro capítulo, dedicado a Furtado. Numa segunda subseção, analisarei indicadores que mensurarão questões abordadas por Chang, no segundo capítulo. E, por fim, tecerei comentários sobre os indicadores que fazem referência aos temas discutidos por Sen, e relatados aqui no terceiro capítulo.

4.2.1) INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um dos autores que mais tratou o problema da sustentabilidade no desenvolvimento foi Celso Furtado. Nesta subseção, introduziremos alguns indicadores de sustentabilidade, analisando suas abrangências e limitações.

Em toda sua obra, Furtado analisa, numa perspectiva estruturalista, tanto o desenvolvimento, quanto temas a este relacionados. Aborda constantemente conceitos como o de dependência, subdesenvolvimento, concentração de renda, relações assimétricas centro-periferia, mercado interno, tecnologia e outros mais. Entretanto, é no livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* que ele trata dos impactos do processo econômico no meio físico, na natureza. De fato, é inegável que Celso Furtado foi um dos precursores em tocar num tema completamente alheio ao núcleo do pensamento tradicional na economia. Percebemos, a partir dos estudos de Celso Furtado, a importância do meio ambiente, da sustentabilidade. Dentro desta perspectiva, encontramos também diversos indicadores que se preocupam exatamente com a questão da sustentabilidade.

Escolhi alguns indicadores que parecem relacionar-se a análise de Furtado por terem como ponto central a questão ambiental.

Em primeiro lugar, podemos citar como exemplo o Índice de Performance Ambiental (no original, em inglês, 'Environmental Performance

Index', ou EPI)¹³¹. O EPI (as Tabela 14 e 15 mostram o resultado e o ranking do EPI para os BRICs) é entendido como um método para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental de um conjunto de países. Trata-se de uma tentativa de avaliar os países em relação a um conjunto de 16 metas específicas de política ambiental. Para o seu cálculo – o qual é feito pelas Universidades de Yale e de Columbia – computou-se, na edição de 2008, vários indicadores ambientais de 149 países.

Vale ressaltar que, o EPI pode ser considerado como uma ferramenta poderosa para auxiliar o desenvolvimento de políticas e modificar as decisões ambientais, pois aparentemente tem base em fundamentos analíticos sólidos. Este índice se concentra em dois objetivos amplos de proteção ambiental, que são, em primeiro lugar, a redução de estresses ambientais sobre a saúde humana e, em segundo lugar, a proteção da vitalidade do ecossistema. Estes dois objetivos espelham as prioridades expressadas pela dimensão ambiental das Metas de Desenvolvimento do Milênio¹³², da ONU. A idéia é identificar metas de desempenho ambiental e medir em que grau cada país está se aproximando dessas metas. Para isso, utilizam-se os melhores dados disponíveis, o que fornece padrões de avaliação para os atuais resultados nacionais em controle de poluição e gerenciamento de recursos naturais. O EPI facilita comparações entre países – comparações que podem ser realizadas tanto globalmente quanto dentro de grupos relevantes com características semelhantes. O EPI exclui de suas pesquisas os países com dados incompletos. Por este motivo, em 2006, 60 países ficaram de fora da avaliação. O EPI revela que nações em todos os níveis de desenvolvimento econômico enfrentam sérios desafios ambientais. É possível afirmar que os países industrializados freqüentemente sofrem com poluição e ecossistemas degradados. Já os países em desenvolvimento têm de enfrentar o desafio adicional de lidar com estresses ambientais à saúde, como doenças

¹³¹ Environmental Performance Index - A collaboration between Yale and Columbia Universities. Disponível em: <<http://epi.yale.edu/Home>> Acessado em: outubro de 2009.

¹³² As oito **Metas de Desenvolvimento do Milênio** (MDMs) são o resultado da Cúpula do Milênio das Nações Unidas, realizada em setembro de 2000. No evento, líderes mundiais acordaram uma agenda ambiciosa para reduzir a pobreza e melhorar vidas. Cada uma dessas oito Metas tem seus próprios objetivos para monitorar o progresso social, econômico e ambiental.

transmissíveis pela água e poluição do ar em ambientes fechados. Os países presentes nas primeiras colocações dedicam recursos e esforços significativos à proteção ambiental, com bons desempenhos na maioria das categorias. A Nova Zelândia foi a primeira colocada do ranking EPI, seguida, respectivamente, da Suécia, da Finlândia, da República Checa e do Reino Unido. O Brasil é o 34º no ranking, tem pontuações bastante altas em relação à água, mas baixos indicadores em relação à biodiversidade.

Outro índice, calculado também pelas Universidades de Yale e Columbia é o ESI (Índice de Sustentabilidade Ambiental, ou, em inglês, Environmental Sustainability Index¹³³) que classifica os países de acordo com as suas capacidades para proteger o ambiente durante as próximas décadas. Cabe ressaltar que o ESI (as Tabelas 16 e 17 mostram o resultado e o ranking do ESI para os BRICs) não pode e nem deve ser entendido como uma derivação do EPI, e sim uma nova tentativa de avaliar os países em relação a um conjunto de 16 metas específicas de política ambiental. No entanto, vale lembrar que o ESI possui mais indicadores básicos, sendo, por este motivo, um indicador que pode completar o anterior. O ESI existe para cerca de 140 países e consiste na pesagem de 21 indicadores básicos, cada um deles com duas a oito variáveis que permitem caracterizar a sustentabilidade ambiental em escala nacional, entre elas a qualidade do ar e da água, a biodiversidade e a gestão dos recursos naturais. O ESI estabelece meios de comparação entre diferentes países à partir das condições ambientais (qualidade do ar, da água, quantidade de água, etc.), redução do estresse ambiental (redução da poluição, menor estresse no ecossistema, etc.), redução da vulnerabilidade humana (saneamento básico), capacitação social e institucional (governança corporativa, ciência e tecnologia), condições econômicas globais (acordos internacionais, cooperação em acordos ambientais, etc.).

A EF (Ecological Footprint, em português, Pegada Ecológica¹³⁴) também deve ser lembrada. O EF (a Tabela 18 mostra o resultado do EF para os

¹³³ The Environmental Performance Measurement Project. Center for International Earth Science Information Network (CIESIN) at Columbia University, and the World Economic Forum, the project produces a periodically updated Environmental Sustainability Index (ESI). Disponível em: <http://sedac.ciesin.columbia.edu/es/esi/ESI2005_policysummary.pdf> Acessado em: outubro de 2009.

¹³⁴ **Fonte:** Ecological Footprint — Global Footprint Network. Disponível em: <<http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/>> Acessado em: outubro de 2009.

BRICs) foi desenvolvido, em 1993, pela equipe de Mathis Wackernagel e William Rees, da University of British Columbia. Desde a sua criação, a metodologia da 'Pegada Ecológica' se sofisticou bastante. Atualmente, o desenvolvimento deste indicador é feito pela Global Footprint Network, fundada em 2003, junto com suas 50 organizações parceiras. A Global Footprint Network foi fundada no intuito de estimular o surgimento de um mundo no qual todas as pessoas tenham oportunidade de viver satisfeitas, dentro das possibilidades da capacidade ecológica da Terra. Trata-se de uma ferramenta de gerenciamento do uso de recursos naturais por indivíduos, cidades, nações e pela humanidade em geral. A EF mede em que grau a humanidade está usando os recursos da natureza com mais rapidez do que eles podem se regenerar. Ou seja, trata-se de uma forma de mensuração de excessos cometidos pela raça humana, e que estão degradando o Planeta. A EF mede o grau em que as demandas ecológicas das economias humanas respeitam ou ultrapassam a capacidade da biosfera de fornecer bens e serviços. Trata-se de um cálculo realizado para ajudar indivíduos, organizações e governos a estruturar políticas, definir metas e acompanhar o progresso em direção à sustentabilidade. Do ponto de vista da sustentabilidade, se a Pegada Ecológica Universal ultrapassa a quantidade de biocapacidade renovável, é preciso realizar uma diminuição do capital natural, e isso é considerado insustentável. De acordo com dados da Global Footprint, relativas aos últimos 40 anos, há uma tendência de crescimento ao longo de 25 anos, muito além da quantidade de biocapacidade renovável. Dessa forma, a Pegada Ecológica da humanidade parece ter rompido os limites ecológicos e é, portanto, insustentável. Acompanhar o efeito acumulado do consumo humano de recursos naturais e da geração de resíduos é uma das chaves para alcançar a sustentabilidade.

Em suma, é oportuno ressaltar que estes indicadores dependem das condições de recursos naturais de cada país para gerar um resultado mais aproximado dos esforços ambientais, uma vez que a distribuição destes recursos é desigual. O Japão, por exemplo, tem reduzidos recursos hídricos – em termos de água potável – e precisa de energia nuclear para a sua produção. Além disso, o meio ambiente por si só não é condição *sine qua non* de desenvolvimento.

Nesta subseção analisei, dentro da perspectiva de Celso Furtado, indicadores de sustentabilidade. Na próxima subseção, abordarei alguns indicadores sob a perspectiva das instituições que promovem o crescimento, a partir da concepção de Chang.

4.2.2) INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Nesta subseção, trataremos de alguns indicadores cuja abordagem está ligada aos temas debatidos no capítulo referente a Ha-Joo Chang. Em seu livro “Chutando a Escada”, Chang deseja esclarecer a forma correta de promover o desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento. Chang mostra que a cartilha dos Organismos Internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, está incorreta. O autor promove uma verdadeira volta ao passado, fazendo uma revisão histórica do processo de desenvolvimento econômico e institucional dos países hoje considerados ricos ou desenvolvidos. Com isso, Chang consegue mostrar que as políticas atualmente prescritas por essas instituições aos países em desenvolvimento contrariam as lições do passado. Ou seja, o verdadeiro intento é impedir que esses países em desenvolvimento realmente tomem a direção correta.

Chang analisa as ditas “boas políticas” e as “boas instituições”, que constam dos discursos dos países desenvolvidos. Chang afirma que a estabilidade monetária, equilíbrio fiscal, livre comércio, exemplos de “boas políticas” não são garantia de desenvolvimento e prosperidade. Da mesma forma, as tidas “boas instituições”, como o banco central autônomo, o judiciário independente, as eleições livres e a proteção legal da propriedade, são equivocadas.

Como se viu no capítulo dedicado exclusivamente ao autor, o mesmo faz uma revisão da história econômica dos países desenvolvidos, com o intuito de mostrar o que estes países fizeram na época em que estavam se desenvolvendo. Chang constata que as políticas que hoje os países desenvolvidos condenam foram as que eles mais usaram – como o próprio protecionismo, protegendo seus mercados internos.

Conforme discutido no segundo capítulo, o autor deixa claro que muitas das instituições políticas e econômicas que atualmente são consideradas

indispensáveis para o desenvolvimento são, na verdade, consequência desse desenvolvimento. Essas instituições são fruto de um processo histórico e político, ou seja, elas são “fim” e não “meio”. Surgem como consequência de uma lógica histórica, através da uma real demanda para a sua constituição. Esse caminho de construção institucional não pode ser completamente “pulado” pelos países em desenvolvimento copiando-se os países desenvolvidos. É preciso perceber que existem a cultura e a tradição desses países, e estas influem no bom funcionamento e no sucesso dessas instituições, dessas políticas.

Vale frisar mais uma vez que, - por mais que seja redundante – Chang, no próprio título de seu livro acusa os países ricos de "chutarem a escada", ou seja, de tirarem do alcance dos países em desenvolvimento a fórmula de seu sucesso, por meio das pressões políticas e das prescrições econômicas impostas a estes pelas instituições internacionais.

Sendo assim, a partir do que foi apresentado no capítulo dois e revisado acima, podemos compreender a abordagem, desenvolvida por Chang, de um problema inerente a toda nação que almeja maior progresso e projeção sustentável em ambiente regional ou internacional.

A questão é que existem formas de mensurar a realidade de um país, de forma a deixar com que esses dados fiquem claros, possibilitando uma análise ao longo do tempo, verificando seus progressos e seus percalços, seus avanços e seus retrocessos. Não vamos propor formas de mensurar a atratividade de capital e investimentos para uma determinada nação como, por exemplo, fazem as agências internacionais de risco. Nem proporemos mensurar a eficiência da burocracia que, de acordo com o discurso liberal, obstrui o livre desenvolvimento, a competitividade de uma nação, o grau de valorização do dinheiro nacional perante a moeda hegemônica mundial, ou as perspectivas de empreendedorismo, entre outras questões que fazem parte das pautas de desenvolvimento dos economistas liberais. Podemos citar diversos indicadores que têm sido utilizados para estabelecer comparações entre países, como o Risco País, o Relatório Anual de Competitividade, o Índice BigMac, o *Doing Business*, entre outros. Darei conta destes indicadores difundidos pelo *mainstream* para depois introduzir aqueles que considero verdadeiramente relativos ao desenvolvimento de uma nação.

O Risco País¹³⁵ (a tabela 35 traz os valores do risco país, para os componentes do BRICs), por exemplo, trata-se de um conceito econômico e financeiro que faz referência às chances existentes de mudanças nos negócios de um país específico. Tais mudanças impactariam de forma negativa o valor dos ativos dos indivíduos ou empresas estrangeiras naquele país, assim como os lucros ou dividendos que esperam obter dos investimentos que lá realizaram. Este conceito de risco-país engloba diversas categorias de risco que podem ser associadas a um país, como aqueles referentes à seara política, mercadológica e geográfica. O risco político – em inglês, “*political risk*” – se refere à possibilidade de que o governo do país, através do seu poder soberano, tomar medidas contrárias aos investimentos realizados. Algumas alterações realizadas no que diz respeito à regulação e a tributação podem interferir e afetar negócios estrangeiros no país. No entanto, risco como os de desapropriação, nacionalização, golpes de Estado, terrorismo ou guerra civil também estão inclusos neste indicador. O risco mercadológico – em inglês, “*market risk*” – faz referência à possibilidade de questões de mercado influenciarem nos valores ou preços de forma a alterar os investimentos realizados. Caso os valores dos ativos financeiros, do câmbio, dos insumos, dos juros, entre outros, se alterarem em função das forças de mercado exógenas ao investimento em questão, isso afetará negativamente o risco-país. Já o risco geográfico se refere à possibilidade de questões geopolíticas, climáticas e geológicas de influírem negativamente nos investimentos estrangeiros. Desastres naturais e conflitos internacionais são bons exemplos. São as agências de risco que analisam o risco-país associado a investimentos em ativos financeiros, como títulos e ações. As agências produzem classificações – os famosos *ratings* – que indicam a segurança oferecida pelo governo e pelas empresas de cada país aos investidores externos. O que é necessário ressaltar é a especificidade deste indicador. É apenas uma forma de mensurar riscos visando o investidor externo. Trata-se, pois, de um indicador que visa informar o mercado externo das condições de estabilidade e

¹³⁵ Country Risk Classifications - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Disponível em: <<http://www.oecd.org/trade/xcred/crc/>> Acessado em: dezembro de 2009.

rentabilidade interna e nada diz sobre o bem estar da população do país diretamente, nem é o seu objetivo.

Há ainda outras formas de mensurar questões econômicas que afetam diretamente o 'bolso' dos investidores. Como exemplo, podemos citar o indicador apurado pelo Fórum Econômico Mundial¹³⁶, chamado Relatório Anual de Competitividade. Este combina números relativos a instituições, infraestrutura, macroeconomia, saúde, educação primária, superior e técnica, eficiência do mercado, competência tecnológica, sofisticação empresarial e inovação. Os dados referentes aos BRICs estão disponíveis nas Tabelas 19 e 20. Embora os países nórdicos despontem na frente do ranking deste Relatório, é a Suíça que lidera a lista do Fórum Mundial. Vale ressaltar que, dentre os 50 países mais competitivos, o Chile é o único latino-americano. Além disso, os dez primeiros colocados, ou seja, os dez países mais competitivos de acordo com o relatório são Suíça, EUA, Cingapura, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Japão, Canadá e Holanda.

O Índice BigMac¹³⁷ (Big Mac Index) é um outro indicador bastante utilizado. É calculado, desde 1986, pela revista The Economist, com base no preço do Big Mac em mais de 100 países, tendo como objetivo medir o grau de valorização (ou desvalorização) de uma moeda em relação ao dólar americano. Os dados para do Índice Big Mac para os últimos oito anos estão disponíveis na Tabela 21. A pesquisa é simples, pois apenas comparam-se os preços do sanduíche Big Mac nos Estados Unidos com o preço do mesmo hambúrguer no país no qual se pretende comparar a moeda. Este indicador só é possível, pois os procedimentos operacionais da cadeia de fastfood McDonald's são os mesmos em todos os países em operação, inclusive a margem de contribuição por produto.

¹³⁶ O Fórum Econômico Mundial (FEM) é uma organização sem fins lucrativos baseada em Genebra, é mais conhecido por suas reuniões anuais em Davos, Suíça nas quais reúne os principais líderes empresariais e políticos, assim como intelectuais e jornalistas selecionados para discutir as questões mais urgentes enfrentadas mundialmente, incluindo saúde e meio-ambiente.

¹³⁷ The Economist's Big Mac index. The Economist, Estados Unidos, Agosto 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/markets/bigmac/>> Acesso em: 01 set. 2009.

Outro indicador bastante utilizado é o calculado pelo 'World Competitiveness Center'¹³⁸, do Instituto Internacional de Desenvolvimento de Gestão (IMD), localizado na Suíça. Trata-se de um indicador destinado a medir, pura e simplesmente, a eficiência das economias desses países. Todo ano é editado um 'World Competitiveness Scoreboard' que apresenta a classificação geral para 57 economias abrangidas pelo WCY (World Competitiveness Yearbook), avaliadas com base em 329 critérios ao todo. As economias são classificadas da mais para a menos competitiva, sendo que a mais competitiva recebe nota 100 no ranking. Os dados referentes aos BRICs estão disponíveis nas Tabelas 22 e 23. Os fatores considerados para se alcançar essa mensuração envolvem, em linhas gerais, o desempenho econômico, a atuação do governo, a infra-estrutura – principalmente a científica e tecnológica – e a atuação empresarial – no que diz respeito à produtividade, valores e práticas de gestão.

Além deste indicador, há o "Doing Business"¹³⁹ – que pode ser traduzido como 'Fazendo Negócios', que é calculado pelo Banco Mundial. Este indicador foi criado para medir as condições para o empreendedorismo. Pode ser caracterizado como o mais pragmático de todos os indicadores. O próprio nome traduz esta perspectiva. O Banco Mundial o constrói a partir da compilação de dez importantes requisitos do ambiente empresarial de cada país. São levados em conta questões como a facilidade para abrir e fechar empresas, a dificuldade de obter crédito, as relações com sindicatos e a burocracia que fiscaliza e tributa. Os resultados do Doing Business referentes aos BRICs estão disponíveis na Tabela 36.

Porém, o que se pretende é analisar os indicadores que realmente irão contribuir para uma análise do ponto de vista desenvolvimentista. Os indicadores analisados acima – como Risco País, o Relatório Anual de Competitividade, o Índice BigMac e o *Doing Business* – não são capazes de retratar o desenvolvimento institucional sustentável de uma nação. Chang afirma – como vimos no segundo capítulo – que empreendedorismo e

¹³⁸ IMD World Competitiveness Yearbook. International Institute for Management Development, Suíça, mai. 2009. Disponível em: <<http://www.imd.ch/research/publications/wcy/World-Competitiveness-Yearbook-Results.cfm>> Acesso em: 01 set. 2009.

¹³⁹ Doing Business - The World Bank Group. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/economyrankings/>> Acessado em: janeiro de 2010.

atratividade de capitais são conseqüências do desenvolvimento e não pré-requisitos para este.

Por outro lado, podemos citar outros indicadores que dão conta desta análise, como a taxa de investimento (formação bruta de capital fixo / PIB), a renda per capita, o nível das reservas internacionais, os índices de inflação, as taxas de desemprego, os níveis de salário, etc. Na perspectiva de Chang, são estes os dados que fornecem as informações necessárias para uma real análise sobre a situação do país.

A taxa de investimento ou também conhecida a formação bruta de capital fixo (FBKF) é o registro da ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos.

Já a renda per capita é um indicador que ajuda a calcular o grau de desenvolvimento de um país ou região e consiste na divisão da renda nacional (produto nacional bruto menos os gastos de depreciação do capital e impostos indiretos) pela sua população. Em alguns casos, utiliza-se o próprio PIB para fazer o cálculo. Embora seja um índice muito útil, por se tratar de uma média, esconde várias disparidades na distribuição da renda. De fato, um país pode ter uma boa renda per capita, mas um alto índice de concentração de renda, devido a grande desigualdade social. Da mesma forma, é possível que um país tenha uma baixa renda per capita mas não haja muita concentração de renda, não existindo assim grande desigualdade entre ricos e pobres.

Já as taxas de desemprego representam o percentual de pessoas capazes de exercer uma profissão e que procuram um emprego remunerado, mas que, por diversas razões, não entram no mercado de trabalho. A taxa de desemprego ou de desocupação no Brasil é determinada mensalmente pela Pesquisa Mensal do Emprego, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE classifica como pessoas desempregadas ou desocupadas aquelas que não estavam trabalhando, estavam disponíveis para trabalhar e tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa. Teoricamente é a parte da população econômica ativa, portanto em

idade adulta e em condições saudáveis para exercer alguma atividade na sociedade, e que infelizmente por circunstâncias devidas, não está podendo realizar sua função social¹⁴⁰.

Também podem estar incluídos na taxa de desemprego aqueles que exercem trabalhos não-remunerados. Percebe-se então que a taxa de desemprego é o número dos trabalhadores desempregados dividido pela força de trabalho total. Na prática, medir o número dos trabalhadores desempregados que procuram emprego é notoriamente difícil. Há diversos métodos diferentes para medir o número de trabalhadores desempregados. Cada método utiliza suas próprias polarizações e sistemas diferentes para fazer e comparar estatísticas do desemprego entre os países, em especial aqueles com sistemas diferentes, difíceis. Porém, se cada país usa seus próprios critérios para calcular, a comparação entre esses números será inócua. Por esse motivo, quando possível, vale consultar dados de órgãos oficiais que consigam mensurar diversos países, a fim de conseguir dados confiáveis. No caso do presente trabalho, para colher dados referentes ao desemprego, consultou-se o site LABORSTA¹⁴¹. Este site faz parte da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é a agência da ONU que reúne junto aos governos, empregadores e trabalhadores de seus Estados membros em ação comum para promover o trabalho decente em todo o mundo.

Nesta subseção, estabeleci uma comparação entre alguns índices de mercado e outros indicadores que realmente permitem uma análise desenvolvimentista da conjuntura interna do país – quando feita numa série temporal – como também uma análise comparativa entre diversos países. Na próxima subseção analisarei, a partir da perspectiva de Amartya Sen, alguns indicadores que contemplam a questão da liberdade.

4.2.3) INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

¹⁴⁰ IBGE - Vocabulário. [online] Disponível na internet via WWW. URL: <http://www.ibge.gov.br/7a12/voce_sabia/vocabulario/vocabulario.php?id_vocabulario=92>.

Arquivo consultado em 15 de outubro de 2009.

¹⁴¹ O LABORSTA é um banco de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reúne informações e estatísticas do trabalho de mais de 200 países ou territórios. Todas as informações são operadas pelo Departamento de Estatística da OIT. Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/default.html> Acesso em janeiro de 2010.

Dentre os diversos temas debatidos por Sen em seus textos, destaquei, no capítulo três, a discussão dos conceitos de liberdade e desenvolvimento. A fim de encontrar uma forma de explicar e mudar a realidade, o autor aborda o desenvolvimento e liberdade como dois fatores que estão juntos e precisam um do outro para existir, como em uma simbiose. Enquanto o desenvolvimento, para Sen, visaria à expansão da liberdade, a liberdade seria o meio principal do desenvolvimento. Para Sen, a liberdade é o meio e o fim do desenvolvimento – sendo este último a remoção de vários tipos de restrições que fazem com que as pessoas tenham pouca escolha e ínfimas oportunidades para exercerem a sua ação racional.

Após compreender um pouco do pensamento de Sen, entende-se melhor a concepção do IDH – afinal Amartya Sen é um de seus criadores. Preocupado com a influência da liberdade no desenvolvimento, Sen destaca, através do IDH, a importância da educação. O IDH foi criado por Mahbub ul Haq¹⁴², com a colaboração de Sen. A criação do IDH se deu a partir da idéia de que, para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana – ou seja, o IDH é um contraponto ao PIB per capita. Este indicador pretende ser uma medida geral e, ao mesmo tempo, simples, do desenvolvimento humano. Porém, é limitado, uma vez que não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e nem é uma representação fiel do bem estar da população. O IDH, além de contabilizar o PIB per capita – após corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, que elimina as diferenças de custo de vida – computa também outros dois componentes: a educação (composto pelos indicadores Taxa de Alfabetização de Adultos¹⁴³, com peso de 2/3, e Taxa de Escolarização Bruta Combinada¹⁴⁴,

¹⁴² **Mahbub ul Haq** foi um influente e renomado economista paquistanês. Haq foi um dos desenvolvedores da Teoria do Desenvolvimento Humano, junto com seu amigo de Amartya Sen - a quem ele conheceu quando estudava em Cambridge. Junto a Amartya Sen criou o Índice de Desenvolvimento Humano, o qual viria a ser um dos mais influentes índices, e que tem sido usado desde 1990 pela Organização das Nações Unidas para seu relatório anual.

¹⁴³ **Taxa de alfabetização de adultos** é a porcentagem de pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizadas, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Valor mínimo: 0% Valor máximo: 100%.

¹⁴⁴ **Taxa de escolarização bruta combinada** mede o percentual de alunos matriculados nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior), independentemente da idade, em

com peso de 1/3) e a expectativa de vida¹⁴⁵. Todas essas três ‘variáveis’ têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um – sendo zero (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total). No critério educação, considera-se a taxa de alfabetização e a taxa de matrícula; no critério longevidade considera-se a expectativa de vida ao nascer; e no critério renda considera-se o PIB per capita (PIB total dividido pelo número de habitantes do país) medido em dólares.

O IDH, proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), é importante por combinar esses três indicadores de base supracitados (a esperança de vida à nascença, o rendimento e o nível de educação). Como se vê, o IDH é um índice composto, baseado no enfoque das capacidades: todas as pessoas devem poder desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. Apesar de ter sido publicado, pela primeira vez, em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. Os valores do IDH referentes aos BRICs estão nas Tabelas 11, 12 e 13.

Além do IDH, existem outros indicadores alternativos ao PIB, que foram criados a partir da filosofia do IDH. A maioria deles é mais sofisticada, almejando, cada vez mais, medir a realidade a partir da situação da população e menos de uma medida quantitativa inócua, que pouco representa a verdadeira situação – como é o caso do PIB.

Outro indicador é o Índice de Pobreza Humana (IPH)¹⁴⁶ que é derivado do IDH. De forma sucinta, podemos afirmar que o IPH mede as privações no desenvolvimento humano. Ou seja, mede as carências no desenvolvimento humano básico em termos do percentual de pessoas cuja expectativa de vida não atinge os 40 anos, do percentual de adultos analfabetos e do estabelecimento de condições econômicas para um padrão de vida aceitável, do percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e do

relação ao número total de pessoas na faixa etária que oficialmente corresponde a cada um desses níveis de ensino. Valor mínimo: 0% Valor máximo: 100%

¹⁴⁵ A **Expectativa de vida** é calculada pelo número de anos que uma criança recém-nascida viveria, se os padrões de mortalidade existentes no tempo de seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo de sua vida. Valor mínimo: 25 anos Valor máximo: 85 anos.

¹⁴⁶ Human Development Report 2009 - Overcoming Barriers: Human Mobility and Development. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/data/hdi2008/>> Acessado em: novembro de 2009.

percentual de crianças menores de 5 anos com peso insuficiente. Assim, enquanto o IDH mede o progresso global de um país na realização do desenvolvimento humano, o IPH reflete a distribuição do progresso e mede o acumulado de privações que ainda existe. O IPH é construído de duas formas: para os países em desenvolvimento (IPH-1) e para os países industrializados (IPH-2). Existe um índice distinto para os países industrializados porque a privação humana varia com as condições sociais e econômicas da comunidade e para aproveitar a maior disponibilidade de dados nesses países. O IPH-1 e o IPH-2 consideram as mesmas dimensões do IDH em seus cálculos (vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno), com o acréscimo de uma quarta dimensão no IPH-2: a exclusão social medida pela taxa de desemprego de longo prazo. O IPH-1 mede a privação nas mesmas dimensões básicas que o desenvolvimento humano, como o IDH. Cabe ressaltar que todos os quatro países do BRICs estão na classificação IPH-1. Os resultados do IPH para Brasil, Rússia, Índia e China estão na Tabela 24.

Outro bom exemplo de indicador alternativo é coeficiente de Gini¹⁴⁷. Trata-se de uma medida de concentração ou desigualdade. É comumente utilizada para calcular a desigualdade da distribuição de renda. Foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, foi publicado no documento "Veriabilità e Mutabilità" (italiano: "variabilidade e mutabilidade"), em 1912. O Índice de Gini aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de "0 a 1", onde o zero corresponde a completa igualdade de renda – ou seja, todos têm a mesma renda – e 1 que corresponde à completa desigualdade – isto é, uma só pessoa detém toda riqueza, e as demais, nada têm. Dentre os BRICs, o mais desigual é o Brasil, sendo este o 11º. num Ranking composto por 130 países – os valores correspondentes aos demais países estão nas Tabelas 25 e 26. Em geral, o índice de Gini compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. O Índice de Gini pode ser utilizado também na mensuração do grau de concentração de qualquer distribuição estatística.

¹⁴⁷ Nation Master: Massive central data source and a handy way to graphically compare nations. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/graph/eco_gin_ind-economy-gini-index>. Acessado em Novembro de 2009.

Porém, todos os indicadores já falados acima, que tentam ser cada vez mais fidedignos à realidade, acabam por deixar escapar um detalhe bastante importante: o gênero. E é exatamente esta questão que o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG)¹⁴⁸ vem tentar suprir. Este índice é calculado desde 1997, pelo Pnud e leva em conta as mesmas dimensões do IDH, mas penaliza as desigualdades entre homens e mulheres. Sendo assim, quanto maior a disparidade entre os sexos no desenvolvimento humano básico, menor o IDG de um país, comparado com o seu IDH. O IDG é simplesmente o IDH descontado ou ajustado para baixo pela desigualdade entre os sexos. Para levar em consideração as diferenças entre homens e mulheres, o IDG leva em consideração dimensões como a expectativa de vida ao nascer, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior e, também, o rendimento auferido estimado. Dentre os BRICs, o país que ainda tem mais disparidades de gênero é a Índia, como se vê nas tabelas 27 e 28.

É preciso ainda tecer comentários sobre índices que, em sua maioria, estão incluídos nos indicadores acima, mas que, mesmo assim, devem ser analisados individualmente, pois, através deste olhar aplicado, políticas públicas podem ser planejadas em prol da solução destas questões. Podemos citar como exemplo a taxa de Mortalidade Infantil, a Esperança de Vida, a Taxa de Alfabetização e a Taxa de Desemprego.

A Taxa de Mortalidade Infantil¹⁴⁹ é divulgada pelo The World Factbook¹⁵⁰, da CIA. Vale ressaltar que o conceito de mortalidade infantil consiste no óbito de crianças durante o seu primeiro ano de vida. Dessa forma, a taxa de mortalidade infantil consiste na mortalidade infantil observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano, referida ao número de nascidos vivos do mesmo período. No intuito de comparar mais facilmente

¹⁴⁸ Human Development Report 2002 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD) – ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/9-Indicadores-Partell.pdf>> Acessado em outubro de 2009.

¹⁴⁹ Infant Mortality Rate - Country Comparison. CIA - Central Intelligence Agency. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2091rank.html>> Acessado em: janeiro de 2010.

¹⁵⁰ **The World Factbook** é uma publicação anual da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos da América com informações de base, em estilo almanaque, sobre os países do mundo. O livro fornece um resumo de duas a três páginas da demografia, localização, telecomunicações, governo, indústria, capacidade militar etc, de todos os países e territórios do mundo reconhecidos diplomaticamente pelos EUA.

as taxas dos diversos países, esta taxa é normalmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de um ano, a cada mil nascidos vivos. As taxas de Mortalidade Infantil referentes aos BRICs estão disponíveis na Tabela 37, onde se nota a Rússia com a menor taxa de mortalidade e a Índia com a maior. A Esperança de Vida é também divulgada pelo mesmo órgão. Considera-se como expectativa de vida o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas no momento da observação. Pode ser entendido, em resumo, como o número de anos que em média, uma pessoa terá probabilidade de viver. Os resultados para os BRICs encontram-se na Tabela 29, onde se pode constatar que Rússia, Brasil e China têm esperanças de vida bem parecidas (em torno de 72 anos), se comparados à Índia – que aparece com expectativa de aproximada 63 anos. A Taxa de Alfabetização, calculada pelo PNUD, visa calcular o percentual de pessoas com capacidade de ler e escrever numa determinada região ou país. Trata-se de um indicador que visa contribuir para a análise das condições de vida e saúde da população, utilizando esse indicador como reflexo da condição social. Os resultados da taxa de alfabetização para os BRICs encontram-se na Tabela 30, onde podemos observar que a Índia tem quase 40% de sua população analfabeta, enquanto a Rússia tem menos de 1%.

Além de todos os indicadores expostos acima, podemos citar também o produzido pela Réseau d'Alerte sur les Inégalités et de la Pauvreté, chamado de BIP 40 – Baromètre des Inégalités et de La Pauvreté (em português, Rede de Alerta sobre Desigualdade e Pobreza). Trata-se de um Indicador sintético das desigualdades e da pobreza. Divulgado em 2002, abrange várias dimensões das desigualdades e da pobreza, visando construir, para cada dimensão, um indicador (ele próprio produto de diversos indicadores) que permita acompanhar a evolução no tempo das desigualdades correspondentes e, por fim, somar esses indicadores por dimensões, gerando um índice global. São, ao todo, seis dimensões, que somam 58 indicadores. Estas seis dimensões são: emprego e trabalho; renda; saúde; educação; moradia; e justiça. Para se construir este indicador, são necessárias duas etapas. Primeiramente, é preciso dar uma nota, compreendida entre o intervalo 0-10, para cada indicador. Ao valor mais baixo observado sobre o período é atribuída

nota 0, e, obviamente, nota 10 é atribuída ao valor mais elevado. Conclui-se então que um aumento do índice significará um agravamento da desigualdade ou da pobreza. Só depois se inicia a segunda etapa, que consiste em agregar aos índices uma ponderação diferente entre as seis dimensões. O BIP 40 atribui maior importância aos índices renda e emprego, que têm um peso de um quarto cada um, enquanto os outros índices representam, cada um, um oitavo. Depois, calcula-se a soma ponderada desses indicadores citados, compondo um índice que traduz a tendência observada, ano após ano, na evolução das desigualdades e da pobreza. Como se percebe, é possível calcular um BIP 40 próprio, particular, trocando apenas a ponderação que é dada a cada critério.

Nesta subseção analisei, sob a perspectiva de Amartya Sen, alguns indicadores de desenvolvimento que envolvem seu conceito de liberdade. Afinal, para o autor, só há desenvolvimento com a remoção de vários tipos de restrições que fazem com que as pessoas tenham pouca escolha e ínfimas oportunidades para. Donde se conclui que, para Sen, só há desenvolvimento com a remoção das barreiras à liberdade.

Na próxima seção, abordarei indicadores mais amplos de desenvolvimento – preocupados com as mais diversas áreas da vida humana, inclusive a felicidade - além de sugerir uma nova forma de mensurar o verdadeiro progresso de uma nação.

4.2.4) INDICADORES DE FELICIDADE E PROGRESSO

Nesta sessão, abordarei alguns indicadores de desenvolvimento sustentável que já existem – e que dentro de minha pesquisa, considere abrangentes e relevantes – e também um sugerido por mim dentro desta perspectiva. Após analisar indicadores relevantes para cada um dos autores estudados durante o trabalho, pude observar que, a maioria deles tinha um foco apenas, não sendo realmente abrangentes. Ao se especializarem em captar apenas um nicho, perde-se a idéia do ambiente complexo e interativo que compõe a vida.

Contrario senso, cito o Genuine Progress Indicator¹⁵¹, o GPI (em português, Índice de Mensuração do Progresso de Nações) calculado pela Redefining Progress, que é uma organização de políticas públicas sem fins lucrativos, que foi fundada em 1994.

Este indicador, ao considerar os parâmetros de bem-estar e meio ambiente, tem como objetivo – assim como tantos outros supracitados – substituir o Produto Interno Bruto. Afinal, o GPI é uma forma de medir o crescimento econômico de um país atrelado ao aumento do bem-estar de seus habitantes. O índice propõe uma comparação com o PIB, buscando mostrar em que medida o crescimento econômico tradicional está comprometendo o futuro da vida no planeta. Ou seja, trata-se de um índice preocupado em mensurar a consciência da sustentabilidade. Utiliza, para isso, a mesma metodologia de cálculo do PIB, mas, diferentemente deste, subtrai custos decorrentes de fatores como criminalidade, poluição, degradação ambiental e comprometimento dos recursos e sistemas naturais, como fornecimento de água, por exemplo. Além disso, acresce ao cálculo itens como trabalho doméstico e voluntário.

A fim de possibilitar comparações entre as nações – e também entre os próprios índices, entre si – ambos, PIB e GPI, são mensurados em termos monetários. Com o intuito de retratar o progresso econômico de modo mais real e acurado, o índice é atualizado anualmente.

A organização Redefining Progress, a fim de explicar a lógica do GPI de forma mais didática, dá como exemplo o uso do petróleo para produção de energia. Seu consumo crescente faz aumentar o PIB, porém, reduz o GPI. Afinal, para o cálculo do GPI, leva-se em conta o fato de que, além de não ser renovável, o petróleo polui o ambiente e gera problemas de saúde, entre outros fatores negativos ao bem-estar.

Além do GPI, outros indicadores têm chamado minha atenção, principalmente, por tentarem captar algo que os outros não visam. Afinal, a partir dos índices vistos acima, constata-se a possibilidade de mensuração dos mais diversos quesitos. Questões financeiras, ambientais, institucionais, etc. E

¹⁵¹ Redefining Progress - Genuine Progress Indicator (GPI). Disponível em: <http://www.rprogress.org/sustainability_indicators/genuine_progress_indicator.htm> Acessado em: janeiro de 2010.

quando o quesito em questão é permeado de subjetividade. Como medir a felicidade de uma pessoa? Parto do princípio de que a felicidade não pode ser medida por um índice de desenvolvimento econômico – pois ser feliz não é, simplesmente, ter dinheiro – nem de desenvolvimento humano – pois, da mesma forma, ser feliz não é apenas ter acesso a educação.

Por mais difícil que seja medir a felicidade, talvez seja possível afirmar que não haja nada mais importante do que ser feliz. Busca-se o desenvolvimento econômico, em última análise, para proporcionar às pessoas uma vida mais digna, mais abundante, enfim, mais feliz. Da mesma forma, busca-se preservar o mundo para as próximas gerações para que estas também sejam felizes, tendo acesso a uma biodiversidade preservada e a um planeta bem cuidado. Busca-se a democracia, a liberdade de expressão e os direitos humanos para garantir que as pessoas consigam se expressar e fazer suas próprias escolhas, além de assegurar a todas elas o poder de exercer esses direitos. E tudo isso para que estas conquistem a felicidade.

Sendo assim, a pergunta permanece: como medir a felicidade? Partindo da idéia exposta acima – de que a felicidade seria o primordial – diversas instituições têm buscado medir, ou pelo menos identificar, onde existe felicidade. Afinal, a ligação entre os outros indicadores de desenvolvimento e a felicidade é a fundamental para traçar qualquer tipo de perspectiva para o futuro, uma vez que um índice baseado na felicidade pode contribuir para que os Estados desenhem políticas públicas e avaliem suas gestões. A felicidade das pessoas deve ser o objetivo principal de qualquer governo.

A discussão sobre a mensuração da felicidade teve início na década de 1970. O Rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, vinha sofrendo graves críticas no que dizia respeito ao crescimento de seu país. A crítica, no entanto, por mais pertinente que fosse, não estava coberta de razão. De fato, o compromisso de Wangchuck era o de construir uma economia adaptada à cultura do país, baseada nos valores espirituais budistas. Não havia interesse em limitar o desenvolvimento do país a questões econômicas. A felicidade para o Rei era o mais importante.

Felicidade Interna Bruta (FIB)¹⁵² – originalmente Gross National Happiness (GNH) – é um indicador sistêmico desenvolvido no Butão, um pequeno país do Himalaia. O conceito nasceu em 1972. Desde então, o reino de Butão, com o apoio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), começou a colocar esse conceito em prática, e atraiu a atenção do resto do mundo com sua nova fórmula para medir o progresso de uma comunidade ou nação. Assim, o cálculo da “riqueza” deve considerar outros aspectos além do desenvolvimento econômico, como a conservação do meio ambiente e a qualidade da vida das pessoas.

Felicidade é levada a sério no país - único do mundo a ter a Felicidade Interna Bruta como política pública. Ao Estado cabe prover as condições necessárias para que a população possa se concentrar na busca da felicidade, por meio dos ensinamentos do budismo.

E que lição tiramos disso? Bem, a de que realmente precisamos valorizar a felicidade. Ela é muito mais do que um estado de espírito ou um valor budista. Tanto que existem mais de cinco indicadores¹⁵³ – além do FIB – almejando captar e calcular a felicidade. Citaremos os principais.

Assim como diversos outros valores morais, o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) é mais facilmente entendido a partir de comparações e exemplos do que definido especificamente. Enquanto os modelos tradicionais de desenvolvimento têm como objetivo primordial o crescimento econômico, o conceito de FIB baseia-se no princípio de que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade humana surge quando o desenvolvimento espiritual e o desenvolvimento material são simultâneos, assim se complementando e reforçando.

São nove os indicadores que compõem a FIB: bom padrão de vida econômica, boa governança, educação de qualidade, boa saúde, vitalidade comunitária, proteção e conservação ambiental, acesso à cultura, gestão equilibrada de tempo e bem-estar psicológico. A renda não é buscada pelo seu bem em si, mas para aumentar a qualidade de vida, para obter a felicidade

¹⁵² The Centre for Bhutan Studies - Gross National Happiness (GNH). Disponível em: <<http://grossnationalhappiness.com>> Acessado em: janeiro de 2010.

¹⁵³ Além do **Índice Felicidade Interna Bruta** (FIB), teremos, por exemplo, Happy Planet Index, Happy Planet Index (HPI), Index of sustainable economic welfare (ISEW), Living Planet Index, Quality-of-life Index, Life Quality Index, Legatum Prosperity Index, Satisfaction with Life Index, entre outros.

baseada na ética, em cultivar relacionamentos entre a diversidade populacional e com a natureza.

Hoje a humanidade consome 30% a mais do que a capacidade de renovação da Terra, o que inviabiliza a sustentabilidade do planeta. Entretanto, mesmo com tamanha devastação dos recursos naturais, os conflitos entre as nações se multiplicam e a insatisfação da humanidade é cada vez mais evidente. Provavelmente, se os custos ambientais na produção de bens forem levados em conta, a prosperidade individual aumentará, assim como o bem estar e a felicidade, mesmo que haja diminuição do capital social individual e coletivo.

Ladislau Dowbor¹⁵⁴, professor da PUC-SP e consultor das Nações Unidas em gestão econômica descentralizada, enfatizou a viabilidade da FIB:

O medo do desemprego não nos permite enxergar a depredação de bens e da dignidade humana causadas, principalmente, pelas negociações desiguais entre as partes. Os indicadores da FIB têm esse alcance. O PIB mundial é US\$ 55 trilhões por ano. Se a distribuição de renda fosse igualitária entre todos os habitantes, cada família de quatro pessoas poderia ter uma remuneração mensal de R\$ 5.000. Estaremos mais perto das soluções dos problemas quando todos nos questionarmos sobre o que produzimos, para quem produzimos e, principalmente, a que custo produzimos¹⁵⁵.

Além do FIB, devemos tratar do Happy Planet Index¹⁵⁶ (HPI, que pode ser traduzido como Índice de Felicidade Planetária). Trata-se de um índice de bem-estar humano e ambiental, desenvolvido pela New Economics Foundation

¹⁵⁴ **Ladislau Dowbor**, formado em economia política pela Universidade de Lausanne, Suíça; Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976). Atualmente é professor titular no departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nas áreas de economia e administração. Continua com o trabalho de consultoria para diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, bem como do Senac. Atua como Conselheiro na Fundação Abrinq, Instituto Polis e outras instituições.

¹⁵⁵ Felicidade Interna Bruta (FIB) - Iniciativas inspiradoras mostram caminhos para um futuro mais humano. Acesso em setembro de 2009. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/.../felicidade_interna_bruta_fib.pdf> Acesso em: dez. 2009.

¹⁵⁶ New Economics Foundation (NEF) – The Happy Planet Index 2.0. Disponível em: <<http://www.happyplanetindex.org/explore/historical.html>> Acessado em janeiro 2010.

(NEF)¹⁵⁷, em Julho de 2006. O que motivou a criação do HPI foi a possibilidade de criar um índice que fizesse frente aos já bem estabelecidos índices de desenvolvimento dos países, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que, no entanto, são vistos como indicadores incompletos pois não levam em conta a sustentabilidade. Em particular, o PIB é visto como inadequado se considerarmos que o objetivo final das pessoas não é ser rico, mas sim feliz e saudável. Dentro da idéia que constituiu o HPI, o desenvolvimento exige uma medida dos custos ambientais de perseguir essas metas.

O HPI pretende ser o primeiro índice a combinar impacto ambiental e bem estar, a fim de medir, país por país, a eficiência ambiental com a qual as pessoas vivem vidas longas e felizes. Ou seja, o Happy Planet Index não pretende ser uma tentativa de quantificar quais os países mais felizes do mundo. É uma forma de medir a eficiência com que uma nação converte os seus recursos naturais em vidas longas e felizes para os seus cidadãos.

Para tanto, o HPI incorpora três indicadores separados: a Pegada Ecológica (Ecological Footprint), a satisfação com a vida e a expectativa de vida. HPI é calculado pela multiplicação da expectativa de vida pelo nível de satisfação com a vida. Esse resultado é dividido pelo impacto ambiental de cada país, fator que inclui as emissões de gás carbônico.

No ranking produzido pelo HPI, os países da América Central responderam por nove das dez primeiras posições dos países mais felizes. As economias africanas, entre as quais a Suazilândia e a Guiné Equatorial, formam o grupo dos dez últimos, segundo o índice. A Tabela 31 traz os valores do HPI referentes aos BRICs, sendo o do Brasil o índice mais alto. Além disso, com base nessas descobertas, a NEF propõe um manifesto global por um planeta mais feliz. A NEF aponta as políticas e áreas nas quais os países com baixa expectativa de vida, pouca satisfação com a vida ou alta pontuação na

¹⁵⁷ A **New Economics Foundation (NEF)** é uma instituição **think tank** (expressão inglesa que significa "depósito de idéias") instituição que investiga e produz conhecimento e oferece idéias sobre assuntos relacionados a economia e o bem estar. Foi fundada em 1986 pelos líderes do The Other Economic Summit (o TOES foi um organismo que forçava a inclusão de questões como o endividamento internacional nas agendas de discussão do G-7 e do G-8, grupo de países mais ricos do mundo), com o objetivo de trabalhar para um "novo modelo de criação de riqueza, baseada na igualdade, na diversidade e na estabilidade econômica".

pegada ecológica devem se concentrar, de modo que todos possam viver dentro dos limites ambientais da Terra e ampliar o bem-estar para todos.

Além do FIB e do HPI, podemos destacar também o ranking promovido pela revista de economia Forbes¹⁵⁸, denominado "The most happy city of the world"¹⁵⁹ – em português, "A cidade mais feliz do mundo"¹⁶⁰ – com dez capitais de todo o mundo, na tentativa de averiguar em qual delas as pessoas seriam, de fato, mais felizes. Para chegar a esse resultado a pesquisa realizou entrevistas. Foram, ao todo, computados os 'votos' de dez mil pessoas de 20 países, as quais participaram da pesquisa de mercado, realizada pelo GfK Custom Research¹⁶¹ North America e pelo consultor Simon Anholt¹⁶².

Liderando a lista está a cidade brasileira Rio de Janeiro. Em segundo lugar ficou a capital australiana, Sydney, seguida de Barcelona, na Espanha. Em quarto ficou a cargo de Amsterdã, na Holanda. Anholt afirmou que "é uma pesquisa de percepção, não da realidade", disse o consultor à revista norte-americana. A relação completa com todos os países participantes está na Tabela 32.

Além dos indicadores acima, há também outros sobre os quais cabe mencionar.

O Satisfaction With Life Index (ou, em português, Índice de Satisfação com a Vida) foi criado por Adrian G. White¹⁶³, Psicólogo da Universidade de

¹⁵⁸ **Forbes** é uma revista de economia, finanças e negócios norte-americana, fundada em 1917 por B. C. Forbes. Seus principais concorrentes a nível nacional são a Fortune, que, assim como a Forbes, é publicada duas vezes por semana, e a BusinessWeek. A revista é mais conhecida por suas listas, como a das personalidades e empresas mais ricas do mundo.

¹⁵⁹ GREENBURG, Zack O'Malley. **The World's Happiest Cities: Ten urban centers closely associated with unmitigated joy.** Acesso em setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.forbes.com/2009/09/02/worlds-happiest-cities-lifestyle-cities.html>> Acesso em: jan.2010.

¹⁶⁰ GREENBURG, Zack O'Malley. **The World's Happiest Cities: Ten urban centers closely associated with unmitigated joy.** Disponível em: <<http://www.forbes.com/2009/09/02/worlds-happiest-cities-lifestyle-cities.html>> Acesso em: jan.2010.

¹⁶¹ A **GfK Custom Research**, estabelecida em 1934, é o maior instituto de pesquisa de mercado. Foi fundado por uma associação de professores universitários. O instituto, com sede na Alemanha, tem expandido para outros países e em todos os domínios de pesquisa de marketing.

¹⁶² **Simon Anholt** é um conselheiro do governo britânico especializado nas questões políticas e no conceito que ele mesmo cunhou, o "nation branding" - em português seria o equivalente a "marca da nação". Anholt assessorou vários governos e edita a revista Place Branding e Public Diplomacy. Ele é um membro do governo britânico e aconselha uma série de outros governos em suas estratégias de marca, vários deles países em desenvolvimento, em colaboração com as Nações Unidas.

¹⁶³ **Adrian White** é psicólogo da Universidade de Leicester e é responsável pela primeira projeção global das diferenças internacionais no que diz respeito ao bem-estar subjetivo,

Leicester. Trata-se de uma tentativa de mensurar a satisfação com a vida da população em diferentes nações. Para o cálculo deste índice, acredita-se que o bem-estar subjetivo se correlaciona fortemente com a saúde, a riqueza e com o acesso à educação básica. No entanto, a forma utilizada para mensurar a felicidade é que se difere da maioria dos índices existentes. Este é mais um exemplo de mensuração direta da felicidade. Assim como no caso da pesquisa da Revista Forbes, o Satisfaction With Life Index é calculado a partir de perguntas aos participantes, relacionadas com a felicidade e satisfação com a vida. A análise é baseada nos resultados de mais de 100 estudos diferentes ao redor do mundo, que interrogou 80.000 pessoas ao todo. Para isso os dados do estudo também foram analisados em relação à saúde, riqueza e do acesso à educação. A Tabela 33 traz os dados do Satisfaction With Life Index para o BRICs, onde se observa Brasil e China empatados na liderança, seguidos de Índia e Rússia.

Diversos outros indicadores de felicidade poderiam ser citados – como *Legatum Prosperity Index*, *Index of Sustainable Economic Welfare*, *Living Planet Index*, *Quality-of-Life Index*, *Life Quality Index* – porém, nos concentramos nos mais antigos e também naqueles que têm repercutido mais na mídia.

4.3 UMA PROPOSTA DE INDICADOR PARA O FUTURO

Como foi visto em todo o trabalho e principalmente no presente capítulo, existem diversos tipos de indicadores para mensurar o desenvolvimento. Cada um deles é constituído por um conjunto de fatores ou componentes que são escolhidos de modo a pôr em evidência o que cada autor considera como o foco relevante do conceito de desenvolvimento. Assim alguns enfatizam a sustentabilidade, outros a industrialização, e mais recentemente ainda outros a

construindo assim o primeiro World Map of Happiness – Mapa Mundi da Felicidade, em português. Este mapa está disponível em: <<http://weber.ucsd.edu/~aronatas/F&S%20Lecture%2013%20Happiness.pdf>>. Acessado em jan. 2010.

liberdade e a felicidade. A apresentação dos vários indicadores foi feita anteriormente neste trabalho buscando correlacioná-los com os conceitos que sustentam as idéias fundamentais dos autores apresentados – Furtado, Chang e Sen.

Por último, gostaria de apresentar um possível modelo de mensuração de desenvolvimento que adiciona aos componentes mais conhecidos outros fatores que, embora inequivocamente importantes, são freqüentemente ignorados na maioria dos trabalhos que se propõem a medir o estágio de desenvolvimento de uma sociedade. Este modelo tem como base o estudo acima apresentado – que analisou tipos diversos de indicadores – e a proposta apresentada pelo prof. Luiz Bevilacqua¹⁶⁴ no âmbito do projeto GEOMA do MCT.

Sendo o modelo bastante complexo, não cabe dentro desta tese um tratamento pormenorizado incluindo uma formulação quantitativa consistente uma vez que tanto as bases conceituais precisam ser mais elaboradas como também a definição dos dados mais relevantes com as respectivas metodologias de prospecção. Analisarei, no entanto, a base conceitual que sustenta o modelo, ou seja, uma forma a partir da qual podemos pensar o desenvolvimento.

Se considerarmos que a diferença entre o homem e os animais está na possibilidade do exercício de suas potencialidades, poderemos inferir que, para apenas sobreviver o homem precisaria não mais do que respiração, habitação e alimentação. É explorando outras atividades que o homem se dignifica, se liberta, se torna um cidadão, um político, um comunicador e, em última instância, um ser sentimental. As manifestações de vida que propomos estão apresentadas resumidamente na tabela A abaixo. É uma proposta de classificação de atividades selecionadas dos seres vivos que habitam o nosso planeta e as respectivas ocorrências nas diversas espécies. Assim estamos dizendo que alimentar e reproduzir são atividades presentes em todas as espécies enquanto que contemplar é próprio apenas à espécie humana. A

¹⁶⁴ **Luiz Bevilacqua** é engenheiro, doutor em Mecânica Teórica e Aplicada pela Stanford University. Atualmente é coordenador do núcleo de cognição e sistemas da Fundação Universidade Federal do ABC.

espécie humana foi tomada como referência e é a única capaz de exercer todas as 10 atividades.

TABELA 38

1.ALIMENTAR -																				
2.REPRODUZIR -																				
3.CONQUISTAR																				
4.RECREAR/REPOUSAR -																				
5.HABITAR -																				
6.COMUNICAR -																				
7.SOLIDARIZAR -																				
8.PURIFICAR/SANEAR																				
9.REFLETIR																				
10.CONTEMPLAR/AMAR																				

Cada uma dessas atividades deve ser interpretada de uma maneira abrangente. Reproduzir por exemplo inclui cuidado com a vida, preservar a vida, o que supõe as reações espontâneas ou deliberadas que um elemento de uma espécie ou um grupo social toma quando ameaçado. No caso da espécie humana significa cuidados médicos, saúde pública e coisas semelhantes. Solidarizar-se inclui trabalho conjunto e organizado que algumas espécies de insetos, por exemplo, adota para otimizar suas condições de vida ou lutar pela ocupação de espaço. Recreação inclui repouso, ou estado propício a recuperação de energia. Certamente será necessária uma revisão detalhada desses itens, da ordenação segundo a intersecção das ocorrências nas diversas espécies e a descrição do significado de cada uma das ações.

Posso, desde já, salientar que a principal crítica estará centrada na grande dificuldade de se obter dados – pois, muitos dos itens propostos não são mensurados em diversos países, o que inviabilizaria a comparação entre eles – e na dificuldade de ponderação – ou seja, como determinar o que será mais ou menos importante para a sociedade, de forma a atribuir pesos diversos às variáveis escolhidas.

Além disso, dependendo do ponto de vista adotado, as questões apontadas podem ser entendidas como positivas ou negativas. Por exemplo,

se abordamos a questão bélica – associada á conceito de conquista –, o armamento tanto pode ser visto como necessário para garantir a segurança dos cidadãos, como também poderá ser entendido como se o país estivesse mais propenso a conflitos – e também gastando receitas com armas e não com outras atividades mais importantes. Outro exemplo seria no caso da potencialidade “conquistar”, que pode também ser interpretada negativamente ou positivamente – no caso de mercados para a venda de mercadorias ou ainda de territórios.

No entanto, mesmo com tais críticas – e muitas outras possíveis – o trabalho, a meu ver, tem pertinência. Diversas variáveis propostas na tabela já possuem indicadores – o que pouparia trabalho e, através da união dos mesmos, enriquecê-lo-ia. Não se trata, porém, de somar o resultado dos indicadores, mas sim de uma tentativa de unir diversos resultados nas mais variadas áreas em busca de um entendimento mais completo do desenvolvimento.

A Tabela abaixo leva em conta essas considerações. De cima para baixo a Tabela enuncia, na coluna da esquerda, as potencialidades do homem. Na coluna da direita, colocamos as questões envolvidas e então, propomos índices já existentes que mensurem cada um desses itens. De fato, o modelo aqui proposto é, por enquanto – uma vez que ainda não estou sugerindo uma formulação quantitativa, apenas uma reflexão – uma compilação de índices atualmente calculados.

TABELA 39

POTENCIALIDADES	QUESTÕES / ÍNDICES
Alimentar	% População abaixo da Linha de Pobreza
	Expectativa de Vida
	Mortalidade Infantil
Habitar	Existência de Políticas Governamentais de Crédito à Habitação (vide “Minha Casa, Minha Vida”)
	Moradia fora de zonas de risco (regiões de conflito, possíveis desabamentos, enchentes, etc.)
Purificar / Sanear	Acesso à Água Potável
	Acesso à Saneamento Básico / Tratamento de esgoto na região
	Acesso à Energia Elétrica
	Acesso às Rodovias Pavimentadas (meios dignos de

	transporte)
Reproduzir	Acesso à Hospitais / Médicos
	Acesso à Creche / Escolas
Comunicar	Liberdade de Culto Religioso
	Inexistência da Censura
Refletir	Taxa de Analfabetismo (IDH)
	Nível de Instrução
	Democracia e Cidadania
Conquistar	Instituições governamentais visando implantação e desenvolvimento industrial interno (subsídios, protecionismo, quotas de importação, etc.). Formação Bruta de Capital Fixo.
	Índices de Concorrência
	Saldo em Conta Corrente (Balança Comercial)
	% do PIB gasto em Material Bélico (gerando queda no ranking do modelo proposto)
Recrear/Repousar	Existência e Eficiência de Legislação Trabalhistas
	% do Salário Gasto em Lazer
Solidarizar	Número de Ações Sociais promovidas pelo Governo
	Número de Ações Sociais promovidas por ONGs
Contemplar / Amar	Índices de Felicidade

Para exemplificar a estrutura do modelo que estamos propondo vamos considerar um caso ideal em que serão considerados apenas cinco grandes atividades que agregam varias outras. Suponha por exemplo que se adote o seguinte critério de agregação:

Atividade A: Habitar,alimentar,repousar

Atividade B: Reproduzir, sanear

Atividade C: Conquistar,solidarizar

Atividade D: Refletir, educar

Atividade E: contemplar, amar

Como já foi dito antes algumas dessas atividades podem ser tanto positivas como negativas portanto este julgamento de valor pode ser feito através da ponderação de cada uma delas no conjunto de todas as principais atividades que definem o estado civilizatório de um povo. A proposta vai além do conceito de desenvolvimento, abrangendo o estágio de civilização no qual se insere uma determinada sociedade. Considere portanto dois tipos de parâmetros:

W_1 : que indica o valor relativo de cada atividade em relação às outras. Por exemplo se educar é prioridade em relação a habitação então W_1 para educação vale digamos 8 e W_1 para habitação seria igual a 5.

W_2 : que indica a qualidade de atendimento. Para certas atividades como conquistar o indicador de qualidade pode ser positivo ou negativo como já referido.

Suponha dois países ou regiões com os perfis conforme indicado na tabela abaixo:

TABELA 40

ATIVIDADE	PAÍS 1			PAÍS 2		
	W_1	W_2	$W_1 \times W_2$	W_1	W_2	$W_1 \times W_2$
HABITAÇÃO	5	8	40	5	6	30
SAÚDE	5	8	40	5	6	30
CONQUISTA	10	-9	-90	3	3	9
EDUCAÇÃO	6	8	48	8	8	64
AMAR	5	4	20	10	9	90
			58			223

O país 1 é um país bem adiantado do ponto de vista de atendimento de habitação, saúde e educação, mas violento com objetivos claros de dominação sobre outras sociedades, o que aliás faz com competência. Esta atividade tem peso negativo do ponto de vista civilizatório o que faz seu índice de civilização, 58 ser muito inferior ao país 2 que valoriza mais o amor, a solidariedade com outras sociedades o que o coloca em uma posição muito superior com um índice 223.

Este é apenas um exemplo para ilustrar o quadro geral em que se insere a proposta de montar um indicador que vá além de puras conquistas e ganhos materiais. Considera homens e mulheres nas suas totais potencialidades.

Ao longo deste capítulo, analisei diferentes indicadores de desenvolvimento, seus fundamentos e fiz uma crítica às limitações de alguns que não possuíam, no meu entender, a capacidade de integração exigida pelo conceito de sustentabilidade. Ao final do capítulo, apresentei algumas propostas de indicadores e um modelo onde procurei integrar o máximo

possível das dimensões de uma existência em condições de sustentabilidade e felicidade.

CONCLUSÃO

No presente trabalho busquei examinar o conceito de desenvolvimento econômico e discutir alguns indicadores de desenvolvimento sustentável para os BRICs. Tal análise foi feita a partir da obra de três autores. Celso Furtado, Ha-Joon Chang e Amartya Sen tornaram-se verdadeiros pilares que possibilitaram a análise realizada. Extraí de cada um uma perspectiva diversa para compreender o desenvolvimento de forma mais plural e abrangente, pois assim entendo tal conceito. Dediquei, a cada um desses autores, um capítulo deste trabalho, para assim expor e discutir suas idéias.

Um dos autores estudados foi Celso Furtado. Em seu livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Furtado oferece uma análise do fenômeno do progresso que não se detém aos seus aspectos econômicos, abrangendo também os sociais, culturais e políticos. Sua visão é interdisciplinar. Nesta obra, Furtado aborda duas questões pioneiras no que tange o desenvolvimento de uma nação. Uma delas diz respeito aos impactos do processo econômico no meio físico, na natureza. Não há como negar que tratava-se de uma perspectiva vanguardista à época. De fato, a noção contemporânea de desenvolvimento sustentável comprova a coerência e a relevância do pensamento de Furtado. Afinal, não é qualquer taxa de crescimento da economia que pode ser perseguida, uma vez que é preciso avaliar antes se o que se pretende é ou não ecologicamente sustentável. A segunda se refere à constatação do caráter de mito moderno do desenvolvimento econômico. Para Furtado, o processo de acumulação amplia as disparidades entre o centro e as economias periféricas – e nessas periferias, há um agravamento das desigualdades nas formas de vida de uma minoria privilegiada frente à grande massa da população.

Outro autor estudado foi Ha-Joon Chang. Em sua obra “Chutando a Escada”, Chang faz uma análise histórica e institucional detalhada, mostrando que as políticas neoliberais – que o consenso teria sistematizado – não necessariamente contribuem para o desenvolvimento econômico de um país. Para este autor, violar quase todas as prescrições neoliberais pode ser o caminho mais seguro para garantir o desenvolvimento. Chang usa a história para comprovar seus argumentos, ao afirmar que tanto os EUA como a Inglaterra, quando ainda estavam se desenvolvendo, não implementaram nenhuma das políticas de livre comércio que agora preconizam. Muito pelo contrário. Faziam uso de políticas protecionistas. Por esse motivo, Chang critica a perspectiva de que existe um conjunto de instituições fundamentais - como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou a Organização Mundial do Comércio – imprescindíveis ao desenvolvimento. São, na verdade, instituições controladas pelos países mais ricos, que pretendem impor aos países menos desenvolvidos soluções que, na verdade, os seus governos devem evitar.

Também abordei as idéias do economista Amartya Sen que, em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, apresenta uma discussão sobre desenvolvimento que transcende a idéia de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento – ou seja, elevação do PIB , aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Em uma abordagem diferenciada, Sen atribui à liberdade papéis fundamentais, sendo esta, ao mesmo tempo, o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. Para Sen, a liberdade teria, dessa forma, dois papéis no desenvolvimento. O papel constitutivo refere-se às liberdades substantivas, que incluem capacidades elementares como ter condições de evitar privações, ter participação política e liberdade de expressão. Já o papel instrumental diz respeito à liberdade global que as pessoas têm de viver do modo como desejarem.

A partir desse estudo acima relatado, visei analisar alguns dos indicadores mais importantes dentro do conjunto daqueles que se propõem a mensurar o desenvolvimento de uma nação. Em um capítulo específico, tentei relacionar as idéias de cada um dos autores estudados anteriormente com os mais variados indicadores de desenvolvimento existentes. Percebeu-se, porém,

que, por mais importante que cada análise fosse, a grande maioria estava, de alguma forma, incompleta. Ou abordava profundamente um assunto e negligenciava outros, ou simplesmente acabava por limitar o conceito de desenvolvimento – igualando-o a crescimento econômico – construindo, assim, uma análise incompleta.

Observou-se também que diversos estudos vêm sendo direcionados a entender o desenvolvimento como uma questão ligada à felicidade. Além de mensurar quesitos financeiros, ambientais, institucionais, um indicador que vise constatar o verdadeiro desenvolvimento de um povo precisa mensurar a felicidade dos cidadãos. Sem dúvida, trata-se de uma questão permeada de subjetividade. Porém, parto do princípio de que a felicidade não pode ser medida por um índice de desenvolvimento econômico nem de desenvolvimento humano – pois, afinal ser feliz não é apenas ter dinheiro nem se resume a ter acesso a educação e à saúde, por exemplo. Por este motivo, dediquei parte do trabalho à análise dos principais índices que se propõe a mensurar o nível de felicidade dos países, a fim de entender como é possível dar contornos científicos a um tema tão subjetivo.

Propus também um possível novo caminho para se compreender o desenvolvimento de um país, a partir da combinação de alguns dos índices estudados. A idéia construída pretende agregar o maior número de informação relevante possível sobre um determinado Estado, para conseguir, dessa forma, estabelecer uma análise realmente completa e abrangente do mesmo. Nesta proposta, incorporei indicadores das mais diversas naturezas para compor assim um indicador plural, que fornecesse elementos das mais diversas naturezas (meio-ambiente, institucional, financeira, felicidade, etc.). Acredito inclusive que, quando mais elementos forem agregados a um indicador, mais fidedigno será o reflexo que o mesmo compõe da realidade, ou seja, mais adequado ele estará ao seu fim.

Cabe ressaltar que, além de me dedicar à discussão sobre o desenvolvimento econômico – e as suas diferenças e semelhanças com o conceito de crescimento econômico –, procurei, concomitantemente, debater esse assunto tendo como base os BRICs. Tais países (Brasil, Rússia, Índia e China) sempre me chamam atenção e têm em mim uma grande entusiasta. Acredito nos países do futuro – e que se mostram cada vez mais como países

do presente – pois vejo neles potencial de desenvolvimento em larga escala, num mundo onde tantas outras nações estão, de certa forma, estabilizadas. Como foi dito durante todo o trabalho, são países com características muito semelhantes e outras demasiadamente particulares. *Data venia* essas questões, eles são, acima de tudo, gigantes.

Quero deixar claro que não pretendo esgotar aqui quaisquer discussões a respeito dos temas abordados. Muito pelo contrário. Acredito que, em respeito à democracia e a liberdade de expressão, tudo o que se pode esperar de um trabalho é que este suscite dúvidas, discussões e debates. Apresentei, apenas, a minha perspectiva sobre temas que me motivam o estudo e a análise. Temas que considero realmente relevantes, tanto na seara política como na econômica, principalmente se levarmos em conta a vida no nosso Planeta.

ANEXO – INDICADORES

TABELA 01
Extensão Territorial (em km²)

Brasil	Rússia	Índia	China
8.514.876	17.075.400	3.287.590	9.596.961

Fonte: Indicators on Population. In United Nations Statistics Division. Demographic and Social Statistics. Statistical Products and Databases. Social Indicators, 2009. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm> Acesso em: jul.2009.

TABELA 02
População 2009

Brasil	Rússia	Índia	China
193.733.795	140.873.647	1.198.003.272	1.345.750.973

Fonte: Indicators on Population. In United Nations Statistics Division. Demographic and Social Statistics. Statistical Products and Databases. Social Indicators, 2009. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm> Acesso em: jul.2009.

TABELA 03
População (em milhares) – Média (1980 - 2010)
Population (thousands) – Medium Variant (1980 - 2010)

	Brasil	Rússia	Índia	China
1980	121.618	138.655	692.637	980.929
1985	136.149	143.541	774.775	1.053.219
1990	149.570	148.065	862.162	1.142.090
1995	161.692	148.497	953.148	1.210.969
2000	174.174	146.670	1.042.590	1.266.954
2005	186.075	143.170	1.130.618	1.312.253
2010	195.423	140.367	1.214.464	1.354.146

Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp> Acesso em: jul.2009.

TABELA 04
Taxa de Crescimento da População (%)
 Population growth rate (%)

	Brasil	Rússia	Índia	China
2000	0.94	0.38	1.58	0.9
2001	0.91	0.35	1.55	0.88
2002	0.87	0.33	1.51	0.87
2003	1.15	0.30	1.47	0.6
2004	1.11	0.45	1.44	0.57
2005	1.06	0.37	1.40	0.58
2006	1.04	0.37	1.38	0.59
2007	1.008	0.484	1.606	0.606
2008	1.228	0.474	1.578	0.629
2009	1.199	0.467	1.548	0.655

Fonte: Index Mundi - Internet's most complete country profiles. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=24&c=ch&l=en>> Acessado em outubro de 2009.

TABELA 05
PIB Nominal (em US\$ bilhões)
 GDP (Gross Domestic Product)

	Brasil	Rússia	Índia	China
2003	553,6	431,4	573,2	1 641,0
2004	663,8	591,9	669,4	1 931,6
2005	882,4	764,3	784,3	2 235,8
2006	1 088,9	989,4	874,8	2 657,8
2007	1 333,8	1 294,4	1 102,4	3 382,4
2008	1 573,3	1 676,6	1 209,7	4 401,6
2009 (estimativa)	1 268,5	1 163,6	1 185,7	4 833,0
2010 (estimativa)	1 317,3	1 329,4	1 234,0	5 302,7

Fonte: *World Economic Outlook Database* (Abril 2009) – FMI e IBGE. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>> Acessado em Novembro de 2009.

TABELA 06
Dívida Externa Bruta (em US\$ bilhões)
 External Debt

	Brasil	Rússia	Índia	China
2003	235,4	185,7	--	--
2004	220,2	214,5	--	--
2005	188,0	257,4	--	--
2006	199,4	310,6	160,2	--
2007	240,5	465,4	206,0	--
2008	262,9	484,7	230,8	--

Fonte: *World Economic Outlook Database* (Abril 2009) – FMI e IBGE. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>> Acessado em Novembro de 2009

TABELA 07
Saldo em Conta Corrente (em US\$ bilhões)

	Brasil	Rússia	Índia	China
2002	-7 637	29 116	7 061	35 422
2003	4 177	35 410	8 773	45 875
2004	11 679	59 514	781	68 659
2005	13 985	84 443	-10 285	160 818
2006	13 643	94 340	-9 299	253 268
2007	1 551	76 241	-11 285	371 833
2008	-28 300	102 331	-33 330	440 011

Fonte: *World Economic Outlook Database* (Abril 2009) – FMI e IBGE. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>> Acessado em Novembro de 2009.

TABELA 08
Saldo em Conta Corrente (% PIB)

	Brasil	Rússia	Índia	China
2002	-1,4	6,7	1,2	2,2
2003	0,6	6,0	1,3	2,4
2004	1,3	7,8	0,1	3,1
2005	1,3	8,5	-1,2	6,1
2006	1,0	7,3	-,08	7,5
2007	0,1	4,5	-0,9	8,4
2008	-2,2	8,8	-2,8	9,1

Fonte: *World Economic Outlook Database* (Abril 2009) – FMI e IBGE. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>> Acessado em Novembro de 2009.

TABELA 09
População Desempregada (em milhões)*
Unemployed - Total coverage (thousands)

	Brasil	Rússia	Índia	China
2001	7853.4	6424	41996	6810
2002	7958.5	5698	41171	7700
2003	8640.0	5959	41389	8000
2004	8263.8	5675	40458	8270
2005	8953.0	5263	39348	8390
2006	8210.0	5312	41466	8470
2007	8059.6	4588	39974	8300
2008	7959.4	4791	39112	8860

*Pessoas com 15 anos ou mais

Fonte: LABORSTA Internet. ILO – International Labour Organization – Bureau of Statistics. Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/data_topic_E.html> Acesso em setembro de 2009.

TABELA 10
Taxa de Desemprego (%)
 Unemployment rate (%)

	Brasil	Rússia	Índia	China
2001	8.7	8.9	8.7	3.6
2002	9.2	7.9	8.8	4.0
2003	9.7	8.0	8.8	4.3
2004	8.9	7.8	9.5	4.2
2005	9.3	7.2	9.2	4.2
2006	8.4	7.2	8.9	4.1
2007	8.2	6.1	7.8	4.0
2008	7.9	6.3	7.2	4.2

Fonte: LABORSTA Internet. ILO – International Labour Organization – Bureau of Statistics. Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/data_topic_E.html> Acesso em setembro de 2009.

TABELA 11
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - 2009*
 Human development index (HDI) value

Brasil	Rússia	Índia	China
0.800	0.802	0.619	0.937

* O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total).

Fonte: Human Development Report 2009 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD) – ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_indicator_tables.pdf> Acessado em outubro de 2009.

TABELA 12
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – 2009*
 HDI RANK - Human development index – Rank Position

Brasil	Rússia	Índia	China
70	67	128	21

* Na edição de 2009, o IDH avaliou 182 países, com a inclusão de Andorra e Liechtenstein pela primeira vez, e a volta do Afeganistão, que havia saído do índice em 1996.

Fonte: Human Development Report 2009 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD) – ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_indicator_tables.pdf> Acessado em outubro de 2009.

TABELA 13
Evolução Histórica – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*
 Evolution – Human Development Index Trends (HDI)

	Brasil	Rússia	Índia	China
1980	0,685	--	0,427	0,533
1985	0,694	--	0,453	0,556
1990	0,710	0,821	0,489	0,608
1995	0,734	0,777	0,511	0,657
2000	0,790	--	0,556	0,719
2005	0,805	0,804	0,596	0,756
2006	0,808	0,811	0,604	0,763
2007	0,813	0,817	0,612	0,772

* O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total).

Fonte: *World Economic Outlook Database* (Abril 2009) – FMI e IBGE. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>> Acessado em Novembro de 2009.

TABELA 14
Índice de Performance Ambiental – Índice 2008*
 Environmental Performance Index Score - EPI

Brasil	Rússia	Índia	China
82.7	83.9	60.3	65.1

* Em 2008, o Environmental Performance Index (EPI) classificou 149 países em 25 indicadores monitorados através de seis categorias de política estabelecida: saúde ambiental, poluição do ar, recursos hídricos, biodiversidade e habitat, recursos naturais produtivos e as Alterações Climáticas. Os países que obtiverem nota mais próxima à 100 estarão melhores qualificados no ranking.

Fonte: Environmental Performance Index - A collaboration between Yale and Columbia Universities. Disponível em: <<http://epi.yale.edu/Home>> Acessado em: outubro de 2009.

TABELA 15
Índice de Performance Ambiental – Ranking 2008*
 Environmental Performance Index Rank - EPI

Brasil	Rússia	Índia	China
34º.	28º.	120º.	105º.

* Na edição de 2008, o EPI foi calculado para 149 países.

Fonte: Environmental Performance Index - A collaboration between Yale and Columbia Universities. Disponível em: <<http://epi.yale.edu/Home>> Acessado em: outubro de 2009.

TABELA 16
Índice de Sustentabilidade Ambiental – 2005 (último ESI realizado)*
 Environmental Sustainability Index – ESI – 2005

Brasil	Rússia	Índia	China
62,2	56,1	45,2	38,6

* O ESI classifica os países de acordo com as suas capacidades para proteger o ambiente durante as próximas décadas e é calculado para cerca de 140 países.

Fonte: The Environmental Performance Measurement Project. Center for International Earth Science Information Network (CIESIN) at Columbia University, and the World Economic Forum, the project produces a periodically updated Environmental Sustainability Index (ESI). Disponível em: <http://sedac.ciesin.columbia.edu/es/esi/ESI2005_policysummary.pdf> Acessado em: outubro de 2009.

TABELA 17
Índice de Sustentabilidade Ambiental – 2005 (último ESI realizado)*
 Environmental Sustainability Index - Non-OECD Rank – ESI – 2005

Brasil	Rússia	Índia	China
11	33	101	133

*Este ranking é composto pelo resultado do ESI que classifica 140 países.

Fonte: The Environmental Performance Measurement Project. Center for International Earth Science Information Network (CIESIN) at Columbia University, and the World Economic Forum, the project produces a periodically updated Environmental Sustainability Index (ESI). Disponível em: <http://sedac.ciesin.columbia.edu/es/esi/ESI2005_policysummary.pdf> Acessado em: outubro de 2009.

TABELA 18
Pegada Ecológica (em hectares)*
 Ecological Footprint – EF (hectares)

Brasil	Rússia	Índia	China
439.2	536.4	986.3	786.8

* É uma medida expressada em hectares globais, e é resultado da normalização da produtividade média mundial. É uma medida usada em diversas escalas, tanto globalmente quanto em escalas nacionais e regionais. Uma medida de pegada ecológica de um país representa a capacidade biológica necessária para produzir bens e serviços consumidos pelos residentes daquele país e bem como a capacidade daquele local de processar e depurar os resíduos.

Fonte: Ecological Footprint — Global Footprint Network. Disponível em: <<http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/>> Acessado em: outubro de 2009.

TABELA 19
Relatório Anual de Competitividade – Índice 2009-2010*
 Score - Global Competitiveness Index 2009-2010

Brasil	Rússia	Índia	China
4.23	4.15	4.30	4.74

*O último Relatório apurou 140 países. Quanto mais competitivo um país, maior a sua nota no “score”, dadas as variáveis apuradas.

Fonte: The Global Competitiveness Report - World Economic Forum. Disponível em: <<http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm>> Acessado em: outubro de 2009.

TABELA 20
Relatório Anual de Competitividade – Ranking 2009-2010*
 Rankings - Global Competitiveness Index 2009-2010

Brasil	Rússia	Índia	China
56	63	49	29

*O último Relatório apurou 140 países. Quanto mais competitivo um país, maior a sua nota no “score”, dadas as variáveis apuradas.

Fonte: The Global Competitiveness Report - World Economic Forum. Disponível em: <<http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm>> Acessado em: outubro de 2009.

TABELA 21
Índice Big Mac
 The Economist's Big Mac index

	Brasil	Rússia	Índia	China
2002	US\$1,5500	US\$1,2500	--	US\$1,2700
2003	US\$1,4800	US\$1,3200	US\$1,3400	US\$1,2000
2004	US\$1,7000	US\$1,4500	US\$1,4100	US\$1,2600
2005	US\$2,7800	US\$1,4800	US\$1,7500	US\$1,2700
2006	Real6.40= US\$2,7800	Rouble 48 = US\$1,7700	Rupee 190 = US\$1.8 500	Yuan 10.5 = US\$1.3100
2007	Real6.40= US\$3,0100	Rouble 49 = US\$1,8500	Rupee 190 = US\$1.7500	Yuan 11.0 = US\$1.4100
2008	Real7.50= US\$4.7300	Rouble 59 = US\$2.5400	Rupee 210 = US\$1.8900	Yuan 12.5 = US\$1.8305
2009	Real8.03= US\$4.5509	Rouble 67 = US\$2.2966	Rupee 190 = US\$2.2752	Yuan 12.5 = US\$1.8305

Fonte: Big Mac Index. The Economist. The Purchasing Power Parity (PPP) rate is the local Big Mac price divided by its price in the United States. Disponível em: <<http://www.oanda.com/products/bigmac/bigmac.shtml>> Acessado em: outubro de 2009.

TABELA 22
Ranking da Competitividade Mundial - Competitividade global*
 World Competitiveness Rank - Overall Competitiveness

	Brasil	Rússia	Índia	China
2005	42	45	33	29
2006	44	46	27	18
2007	49	43	27	15
2008	43	47	29	17
2009	40	49	39	20

* O World Competitiveness Yearbook apresenta perfis e análises de competitividade de 57 países.

Fonte: “The World Competitiveness Scoreboard 2009”, realizado pelo IMD World Competitiveness Center. Overall Competitiveness. Disponível em: <<http://www.imd.ch/research/publications/wcy/upload/scoreboard.pdf>> Acessado em novembro de 2009.

TABELA 23
Competitividade Mundial – Pontuação 2009
 World Competitiveness – Score 2009*

Brasil	Rússia	Índia	China
56.865	52.770	66.454	76.595

* O World Competitiveness Yearbook apresenta perfis e análises de competitividade de 57 países. Quanto mais pontos um país conquista, mais competitivo ele é.

Fonte: “The World Competitiveness Scoreboard 2009”, realizado pelo IMD World Competitiveness Center. Overall Competitiveness. Disponível em: <<http://www.imd.ch/research/publications/wcy/upload/scoreboard.pdf>> Acessado em novembro de 2009.

TABELA 24
Índice de Pobreza Humana – IPH1*
 Human Poverty Index (HP1)

Brasil	Rússia	Índia	China
8,6%	7,4%	28%	7,7%

*Os quatro países aqui selecionados Brasil, Rússia, Índia e China são mensurados a partir do IPH 1 e não to IPH2. O IPH2 inclui apenas os países classificados como “*Very High Human Development*” e alguns classificados como “*High Human Development*”.

Fonte: Human Development Report 2009 - Overcoming Barriers: Human Mobility and Development. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/data/hdi2008/>> Acessado em: novembro de 2009.

TABELA 25
Coeficiente de Gini - Pontuação*

Gini Coefficient - Score

Brasil	Rússia	Índia	China
0,567 - 2005	0,41 - 2006	0,368 - 2004	0,469 - 2004

* Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100)

Fonte: Nation Master: Massive central data source and a handy way to graphically compare nations. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/graph/eco_gin_ind-economy-gini-index>. Acessado em Novembro de 2009.

TABELA 26
Coeficiente de Gini - Ranking*

Gini Coefficient - Ranking

Brasil	Rússia	Índia	China
11	62	75	34

* O ranking relativo ao Coeficiente de Gini é construído de forma diversa da usual, onde os primeiros classificados são os melhores pontuados. Neste caso, o “topo do ranking” agrupa os países mais desiguais. Por exemplo, a 11ª posição do Brasil indica a existência de uma maior desigualdade quando comparado à Rússia, em sua 62ª posição, dentre os 130 países estudados.

Fonte: Nation Master: Massive central data source and a handy way to graphically compare nations. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/graph/eco_gin_ind-economy-gini-index>. Acessado em Novembro de 2009.

TABELA 27
Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG)* – Ranking – 2002

Adjusted Development Index (GDI) - Rank

Brasil	Rússia	Índia	China
64	52	105	77

* Quanto maior a disparidade entre os sexos no desenvolvimento humano básico, menor o IDG de um país, comparado com o seu IDH. O IDG é simplesmente o IDH descontado ou ajustado para baixo pela desigualdade entre os sexos. Quando mais alta a posição no ranking, menos disparidade entre os sexos há no determinado país.

Fonte: Human Development Report 2002 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD) – ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/9-Indicadores-Partelll.pdf>> Acessado em outubro de 2009.

TABELA 28
Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG)* – Valor – 2002
 Adjusted Development Index (GDI) - Index

Brasil	Rússia	Índia	China
0,751	0,780	0,560	0,724

* Quanto maior a disparidade entre os sexos no desenvolvimento humano básico, menor o IDG de um país, comparado com o seu IDH. O IDG é simplesmente o IDH descontado ou ajustado para baixo pela desigualdade entre os sexos.

Fonte: Human Development Report 2002 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD) – ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/9-Indicadores-PartellI.pdf>> Acessado em outubro de 2009.

TABELA 29
Esperança de vida ao nascer (anos)
 Life expectancy at birth (years)

Brasil	Rússia	Índia	China
72,0	72,5	63,8	72,8

Fonte: Human Development Report 2009 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD) – ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/9-Indicadores-PartellI.pdf>> Acessado em outubro de 2009.

TABELA 30
Taxa de Alfabetização - 2008 (%)
 Literacy Rate (%)

Brasil	Rússia	Índia	China
90,0%	99,5	61,0%	93,3

Fonte: Human Development Report 2009 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD) – ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/9-Indicadores-PartellI.pdf>> Acessado em outubro de 2009.

TABELA 31
Índice de Felicidade Planetária - 2009*
 Happy Planet Index (HPI)

Brasil	Rússia	Índia	China
61.0	34.5	53.0	57.1

*Quanto mais alto o valor, maior o nível de satisfação subjetiva, a esperança média de vida e a pegada ecológica per capita.

Fonte: New Economics Foundation (NEF) – The Happy Planet Index 2.0. Disponível em: <<http://www.happyplanetindex.org/explore/historical.html>> Acessado em janeiro 2010.

TABELA 32
A Cidade Mais Feliz do Mundo* (Revista Forbes)
 The most happy city of the world

Ranking	Cidades	Países
1º	Rio de Janeiro	Brasil
2º	Sidney	Austrália
3º	Barcelona	Espanha
4º	Amsterdã	Holanda
5º	Melbourne	Austrália
6º	Madri	Espanha
7º	São Francisco	Estados Unidos
8º	Roma	Itália
9º	Paris	França
10º	Buenos Aires	Argentina

*Dados de uma recente pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa de mercado GfK Custom Research North America e pelo consultor Simon Anholt, que reuniu as respostas de dez mil pessoas em mais de 20 países.

Fonte: GREENBURG, Zack O'Malley. The World's Happiest Cities: Ten urban centers closely associated with unmitigated joy. Disponível em: <<http://www.forbes.com/2009/09/02/worlds-happiest-cities-lifestyle-cities.html>> Acesso em: jan.2010.

TABELA 33
Índice de Satisfação com a Vida – Índice 2008*
 Satisfaction With Life Index

Brasil	Rússia	Índia	China
210	143.33	180	210

*O último Relatório apurou 178 países. Quanto mais feliz o povo de um país, maior a sua nota no "score", dadas as pessoas entrevistadas e a opinião das mesmas.

Fonte: Wellbeing in Developing Countries Research Group. Disponível em: <<http://www.welldev.org.uk>> Acessado em: janeiro de 2010.

TABELA 34
Índice de Satisfação com a Vida – Ranking 2008*
 Satisfaction With Life Rank

Brasil	Rússia	Índia	China
81	167	125	82

*O último Relatório apurou 178 países. Este ranking classifica os países, tendo em vista a opinião das pessoas entrevistadas nesses locais.

Fonte: Wellbeing in Developing Countries Research Group. Disponível em: <<http://www.welldev.org.uk>> Acessado em: janeiro de 2010.

TABELA 35
Risco País 2009*

Country Risk Classification 2009

Brasil	Rússia	Índia	China
3	4	3	2

* Sistema de avaliação de risco do país e classificação dos países em oito categorias de risco (0 - 7). Quanto maior o valor, maior o risco.

Fonte: Country Risk Classifications - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Disponível em:

<<http://www.oecd.org/trade/xcred/crc/>> Acessado em: dezembro de 2009.

TABELA 36
Fazendo Negócios 2009 - Ranking*

Doing Business 2009 - Ranking

Brasil	Rússia	Índia	China
129	120	133	89

* As economias são classificadas em sua facilidade de fazer negócios. A pesquisa é feita para 183. O primeiro colocado no ranking foi Cingapura, classificado como melhor país para se fazer negócios. Já o pior, em 183ª posição, é a República Centro Africana.

Fonte: Doing Business - The World Bank Group. Disponível em:

<<http://www.doingbusiness.org/economyrankings/>> Acessado em: janeiro de 2010.

TABELA 37
Mortalidade Infantil - 2009*

Infant Mortality Rate 2009

Brasil	Rússia	Índia	China
22,58	10,56	30,15	20,25

* A mortalidade infantil é definida como o número de óbitos infantis (um ano de idade ou mais jovens) por 1000 nascidos vivos.

Fonte: Infant Mortality Rate - Country Comparison. CIA - Central Intelligence Agency. Disponível em:

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2091rank.html>> Acessado em: janeiro de 2010.

BIBLIOGRAFIA

1.IMPRESSOS:

BRESSER-PEREIRA, L. C. ***Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula***. 5a. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARNEIRO, Ricardo. ***Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto de século XX***. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CASTRO, Antônio Barros de e SOUZA, F.E.P. de. ***A Economia Brasileira em Marcha Forçada***. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

CHANG, Ha-Joon. ***Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica***. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DAHL, Robert Alan. ***Poliarquia: participação e oposição***. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Ed. USP, 1997.

DALH, Robert Alan. ***Um Prefácio à Democracia Econômica***. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DALH, Robert Alan. ***Um Prefácio à Teoria Democrática***. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FURTADO, Celso. ***O Mito do Desenvolvimento Econômico***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GERSCHENKRON, A. ***Economic Backwardness in Historical Perspective***. Harward, Cambridge, Mass., 1962.

LIMONGI, F. ; CHEIBUB, J. A. ; PRZEWORSKI, A. ; ALVAREZ, M. . ***Democracy and Development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990***. New York: Cambridge University Press, 2000.

LIST, F. ***The National System of Political Economy***. London: Longmans, Green, and Company, 1885. (tradução da edição original alemã publicada em 1841 por Sampson Lloyd).

NASSIF, André. ***“Estratégias de Desenvolvimento em Países de Industrialização Retardatária: Modelos Teóricos, a Experiência do Leste Asiático e Lições para o Brasil”***. REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 12, N. 23, P. 135-176, JUN. 2005.

SACHS, Ignacy. ***Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado***. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade** / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SOLA, Lourdes. **Estado, Mercado e Democracia: Política e Economia Comparadas**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **O Desafio da China e da Índia: a resposta do Brasil** / coordenação João Paulo dos Reis Velloso... [et al.] – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005, p.10.

VICENTINI, Paulo. **China cresce 10,7% em 2006, a maior taxa em 11 anos**. Estado de São Paulo, São Paulo, 26 jan. 2007

2.HOMEPAGES:

BRAMATTI, Daniel. Só democracia embasa crescimento, diz Lula. [online] Disponível na internet via WWW. URL: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1362772-EI6579,00.html>>. Arquivo retirado do site Terra Magazine e consultado dia 30 de janeiro de 2007.

Big Mac Index. The Economist. The Purchasing Power Parity (PPP) rate is the local Big Mac price divided by its price in the United States. Disponível em: <<http://www.oanda.com/products/bigmac/bigmac.shtml>> Acessado em: outubro de 2009.

CARDOSO, Cíntia. Brasil tem menor crescimento que Rússia, Índia e China. [online] Disponível na internet via WWW. URL: <<http://vestibular.uol.com.br/atualidades/ult1685u244.jhtm>>. Arquivo retirado do Jornal Folha de São Paulo e consultado dia 10 de julho de 2006.

Country Risk Classifications - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Disponível em: <<http://www.oecd.org/trade/xcred/crc/>> Acessado em: dezembro de 2009.

Doing Business - The World Bank Group. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/economyrankings/>> Acessado em: janeiro de 2010.

Ecological Footprint — Global Footprint Network. Disponível em: <<http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/>> Acessado em: outubro de 2009.

Economic Forum, the project produces a periodically updated Environmental Sustainability Index (ESI). Disponível em:

<http://sedac.ciesin.columbia.edu/es/esi/ESI2005_policysummary.pdf>

Acessado em: outubro de 2009.

Environmental Performance Index - A collaboration between Yale and Columbia Universities. Disponível em: <<http://epi.yale.edu/Home>> Acessado em: outubro de 2009.

GREENBURG, Zack O'Malley. *The World's Happiest Cities: Ten urban centers closely associated with unmitigated joy.* Disponível em: <<http://www.forbes.com/2009/09/02/worlds-happiest-cities-lifestyle-cities.html>> Acesso em: jan.2010.

HENDERSON, Hazel. *PIB: Um Indicador Anacrônico.* Le Monde diplomatique, Rio de Janeiro, dez. 2007. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2007-12_a2026> Acesso em: 01 set. 2009.

Human Development Report 2009 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD) – ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_indicator_tables.pdf> Acessado em outubro de 2009.

Human Development Report 2009 - Overcoming Barriers: Human Mobility and Development. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/data/hdi2008/>> Acessado em: novembro de 2009.

Human Development Report 2002 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ou PNUD) – ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/9-Indicadores-ParteIII.pdf>> Acessado em outubro de 2009.

IBGE - Vocabulário. [online] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/7a12/voce_sabia/vocabulario/vocabulario.php?id_vocabulario=92>. Arquivo consultado em 15 de outubro de 2009.

Index Mundi - Internet's most complete country profiles. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=24&c=ch&l=en>> Acessado em outubro de 2009.

Indicators on Population. In United Nations Statistics Division. Demographic and Social Statistics. Statistical Products and Databases. Social Indicators, 2009. Disponível em <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm>> Acesso em: jul.2009.

Infant Mortality Rate - Country Comparison. CIA - Central Intelligence Agency. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2091rank.html>> Acessado em: janeiro de 2010.

LABORSTA Internet. ILO – International Labour Organization – Bureau of Statistics. Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/data_topic_E.html> Acesso em setembro de 2009.

Nation Master: Massive central data source and a handy way to graphically compare nations. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/graph/eco_gin_ind-economy-gini-index>. Acessado em Novembro de 2009.

New Economics Foundation (NEF) – The Happy Planet Index 2.0. Disponível em: <<http://www.happyplanetindex.org/explore/historical.html> Acessado em janeiro 2010>.

NEWMAN, Gray. Latin America: Emerging Markets: RICs or BRICs? [online] Disponível na internet via WWW. URL: <<http://www.morganstanley.com/GEFdata/digests/20061010-tue.html>>. Arquivo consultado em 10 de outubro de 2006.

Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2008 Revision, <<http://esa.un.org/unpp>> Acesso em: jul.2009.

STEINBRUCH, Benjamin. Colar nos Brics. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=256444>>. Arquivo retirado do Jornal Folha de São Paulo e consultado dia 16 de outubro de 2006.

The Environmental Performance Measurement Project. Center for International Earth Science Information Network (CIESIN) at Columbia University, and the World Economic Forum, the project produces a periodically updated Environmental Sustainability Index (ESI). Disponível em: <http://sedac.ciesin.columbia.edu/es/esi/ESI2005_policysummary.pdf> Acessado em: outubro de 2009.

The Global Competitiveness Report - World Economic Forum. Disponível em: <<http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm>> Acessado em: outubro de 2009.

WASSERMANN, Rogério. Mantega: Brasil não precisa crescer como Índia e China. [online] Disponível na internet via WWW. URL: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u60436.shtml>>. Arquivo retirado do Jornal Folha Online e consultado dia 30 de janeiro de 2007.

Wellbeing in Developing Countries Research Group. Disponível em: <<http://www.welldev.org.uk>> Acessado em: janeiro de 2010.

World Economic Outlook Database (Abril 2009) – FMI e IBGE. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>> Acessado em Novembro de 2009.